

O MINISTÉRIO EPISCOPAL SEGUNDO JOSEPH RATZINGER

O objetivo deste capítulo é abordar a nova figura teológica do bispo (a partir do Concílio Vaticano II), a natureza do sacerdócio e as funções do Bispo na Igreja, para melhor compreendermos a estrutura e o dinamismo da colegialidade episcopal. Partiremos da fundamentação do ministério do Novo Testamento, demonstrando o sacerdócio como participação na missão de Cristo, para constatar em que medida, na era apostólica, a apostolicidade se torna decisiva na estrutura da Igreja, como elemento orgânico da mesma. Daí decorre um aprofundamento e estabelecimento da doutrina da sucessão apostólica na era pós-apostólica, o caráter de continuidade entre a missão dos apóstolos que é transmitida aos seus sucessores.

Delineados os elementos da essência do sacerdócio Ministerial (fundamentos bíblicos) e o desenvolvimento da *successio apostolorum*, ambos alicerçados no fundamento cristológico (continuidade da missão de Cristo), abordaremos a sacramentalidade da consagração episcopal, considerando que tal dimensão decorre do caráter sacramental da Igreja e de sua estrutura apostólica.⁶⁵² Trata-se de mostrar, a partir disso, o nexó existente entre o bispo e a Igreja e, nisso a sua identidade e missão: o bispo como pastor, arauto do Evangelho, seu

⁶⁵² Nesta primeira parte tomaremos como base alguns artigos de Ratzinger dispersos em diversas obras (traduzidas para o português), mas o texto referencial será o volume XII das Obras Completas, uma vez que nele estão reunidos todos os textos referentes à Teologia do Sacramento da Ordem. O conteúdo desse tomo abarca um arco temporal de quase 50 anos e remontam a alguns anos antes do início do Concílio Vaticano II. O volume XII está dividido em três grandes partes: (A) artigos referentes à Teologia do Sacramento da Ordem (a essência do sacerdócio, teologia do ministério episcopal, teologia do presbiterado e formação do sacerdote), pp. 3 – 439; (B) meditações sobre a espiritualidade sacerdotal, pp. 440 – 509; (C) homilias para as ordenações sacerdotais e diaconais, para as primeiras missas e para as celebrações jubilares, pp. 510 - 780. Embora a primeira parte seja mais específica para nosso trabalho, a riqueza de elementos teológicos presentes também nestas duas últimas partes (meditações e homilias), será recolhida e citada quando oportuno. Tomaremos novamente a versão castelhana e indicaremos pela abreviação JROC, XVII: RATZINGER, Joseph. *Obras completas - XII. Predicadores de la Palabra y servidores de vuestra alegría. Teología y espiritualidad del sacramento del Orden*. Madrid: BAC, 2014 (tradução do original alemão intitulado: *Künder des Wortes und Diener Eurer Freude*). Todas as citações são tradução nossa.

serviço na diocese, mas em solicitude com toda a Igreja, sempre atento aos sinais dos tempos. Toda reflexão, orientada por Ratzinger, estará pautada na solidez do ensinamento da Constituição *De Ecclesiae*. Aprofundaremos, por fim, a perspectiva da eclesiologia de comunhão realizada no e pelo ministério episcopal, isto é, iremos perquirir a missão do bispo a partir desta dinâmica pastoral em sua diocese mas em solicitude com toda a Igreja, para compreendê-lo como vínculo de unidade na Igreja Particular e sua presença no Colégio Episcopal. A estrutura comunal da Igreja exige um ministério voltado para a unidade, no pastoreio do rebanho, e nisto consiste a missão do bispo.⁶⁵³

5.1 - A essência do Sacerdócio Ministerial ⁶⁵⁴

“A imagem do sacerdócio católico, tal como foi validamente definida pelo Concílio de Trento e reafirmada e aprofundada pelo Concílio Vaticano II à luz da Bíblia, entrou em crise profunda depois do Concílio”.⁶⁵⁵ Para apresentar a natureza do sacerdócio, Ratzinger parte da profunda crise que o sacerdócio católico enfrentou no decorrer do século XX. Nas suas reflexões é possível perceber que sempre trata do tema do ministério sacerdotal a partir do *estado atual da questão*, demonstrando que a crise da doutrina do sacerdócio é uma crise

⁶⁵³ No final do capítulo apresentaremos uma síntese dos elementos fulcrais apresentados nesta reflexão.

⁶⁵⁴ Aqui tratamos do Sacerdócio em si, sem diferenciarmos os graus que o Sacramento da Ordem implica. A essência, ou seja, os fundamentos cristológicos do sacerdócio cristão e seus elementos, é o tema central deste tópico. No entanto, a abordagem tem como finalidade focalizar na teologia do ministério episcopal.

⁶⁵⁵ Cf. RATZINGER, J. *Compreender a Igreja hoje*, p. 59. Na obra, uma das muitas reflexões de Ratzinger: “Sobre a natureza do sacerdócio” (pp. 59-73). Trata-se de uma conferência do Cardeal Ratzinger, pronunciada em outubro de 1990, por ocasião da abertura do Sínodo dos Bispos sobre o Sacerdócio, como introdução às deliberações sobre a formação sacerdotal. Nesse momento, muitos tinham abandonado o sacerdócio e o número de vocações diminuído drasticamente. A II Assembleia Geral Ordinária, em sessão de 30 de setembro - 6 de novembro de 1971 (a mais longa até hoje), com a presença de 210 Padres Sinodais, já tinha discutido a questão, a partir do tema “O sacerdócio ministerial e a justiça no mundo”. Diante da crise, foi dada atenção às várias dificuldades que os sacerdotes encontravam em seu ministério. Os Padres Sinodais falaram também do tema da justiça reforçando a necessidade de se relacionar o Evangelho às circunstâncias mundiais e locais. Neste ano de 1971, também a Comissão Teológica Internacional e uma rica literatura teológica abordaram o tema favorecendo uma compreensão mais aprofundada do Sacerdócio Ministerial. Novamente, em 1990, o tema veio à baila. A VIII Assembleia Geral Ordinária, realizada na sessão de 30 de Setembro a 28 de Outubro de 1990, com 238 Padres sinodais, discutiu “A formação dos Sacerdotes nas circunstâncias atuais”. O Sínodo de 1971 tratou o sacerdócio e suas implicações no ministério sacerdotal do ponto de vista teológico, já o Sínodo de 1990, teve um caráter mais pastoral, concentrando-se sobre a formação sacerdotal e sobre a “pessoa” do próprio sacerdote, seja diocesano ou religioso, antes e depois da ordenação. As reflexões dos padres sinodais serviram para a preparação da Exortação Apostólica pós-sinodal “Pastores dabo vobis”, de 25 de março de 1992.

de caráter dogmático, fruto de um reducionismo que concebe o sacerdócio apenas no seu aspecto funcional,⁶⁵⁶ na qual o sacerdote foi reduzido a um mero representante da comunidade, mediante uma eliminação da diferença essencial entre o sacerdócio ordenado e aquele comum de todos os fiéis.⁶⁵⁷

A crise do conceito católico de sacerdócio foi resultado de um conjunto de circunstâncias:

Por um lado, esta crise foi resultado de um sentimento vital que havia mudado. Neste sentimento, o sagrado era cada vez menos compreendido, e o funcional era exaltado como única categoria determinante. Porém, por outro lado, a crise também possuía raízes teológicas absolutas, que, a partir de uma situação social em transformação, deu então origem a uma vitalidade imprevista. A própria interpretação do Novo Testamento parecia confirmar de forma muito enérgica uma consideração não-sagrada de todos os ministérios eclesiásticos. Não se via continuidade entre os ministérios sagrados do Antigo Testamento e os novos ministérios da Igreja nascente; muito menos poder-se-ia reconhecer uma ligação com as representações pagãs do sacerdócio. A novidade do cristão parecia se manifestar

⁶⁵⁶ Ratzinger, já como Cardeal, pregando os exercícios espirituais por ocasião da Quaresma de 1983, para João Paulo II e a Cúria Romana, dedicou algumas meditações sobre o sacerdócio. No início das meditações falou sobre a crise: “nos últimos vinte anos tem-se refletido muito sobre o sacerdócio e também tem havido muitas polêmicas. Nessas discussões, ele saiu cada vez mais reforçado pelos muitos e apressados argumentos mediante os quais se procurou eliminá-lo como sacralização mal-entendida para o substituir por simples serviços temporários de caráter funcional” (RATZINGER, J., *O Caminho Pascal, Exercícios espirituais a João Paulo II e a Cúria Romana*, Ed. Lucerna, 2006, p.147). Ainda nesta perspectiva, no Ano Sacerdotal em 2011, uma importante fala de Bento XVI no Congresso teológico sobre o sacerdócio, trata das abordagens que reduzem o sacerdócio: “É importante ter bem clara a peculiaridade teológica do ministro ordenado, para não ceder à tentação de reduzi-lo às categorias culturais dominantes [...]. É importante superar perigosos reducionismos que, nos anos passados, utilizando-se de categorias mais funcionalistas que ontológicas, apresentam o sacerdote quase como um agente social, correndo o risco de trair o próprio sacerdócio de Cristo. No modo de pensar, de falar, de julgar os fatos do mundo, de servir e amar, de relacionar-se com as pessoas, como também de se vestir, o sacerdote deve adquirir uma força profética de sua pertença sacramental, do seu ser profundo [...]” (Saudação do Papa Bento XVI aos participantes no Congresso Teológico promovido pela Congregação para o Clero. Sala da Bênção. Sexta-feira, 12 de Março de 2010. Disponível em: http://w2.vatican.va/content/benedict-xvi/pt/speeches/2010/march/documents/hf_ben-xvi_spe_20100312_clero.html). Pensando ainda nesta dimensão sobrenatural do ministério sacerdotal, Bento XVI, numa *Lectio divina* ao clero romano, afirmou que: “O sacerdócio não é uma realidade na qual se encontra um trabalho, uma profissão útil, bonita, agradável e que se escolhe. Não! Somos constituídos pelo Espírito Santo. Só Deus pode nos tornar sacerdotes e, se somos escolhidos, somos escolhidos por Ele. Sobressai aqui claramente o caráter sacramental do presbiterado e do sacerdócio, que não é uma profissão que deve ser desempenhada porque alguém deve administrar as coisas, deve também pregar. Não é algo que fazemos nós simplesmente. É uma eleição do Espírito Santo”. Nesse sentido, vale lembrar também o Documento de Aparecida e sua exortação: “O sacerdote não pode cair na tentação de se considerar somente um mero delegado ou só um representante da comunidade, mas sim em ser um dom para ela, pela unção do Espírito e por sua especial união com Cristo. ‘Todo Sumo Sacerdote é tomado dentre os homens e colocado para intervir a favor dos homens em tudo aquilo que se refere ao serviço de Deus’ (Hb 5,1)” (DAP, 193).

⁶⁵⁷ Cf. RATZINGER, J. *Convocados en el camino de la Fe*, pp.159-161. Ao tratar do “ministério e vida do sacerdote”, Ratzinger faz uma consideração breve sobre o estado da questão, na qual aborda os reducionismos supracitados.

exatamente na dessacralização dos ministros. Os servidores das comunidades cristãs não se chamavam sacerdotes (*hiereis*), mas presbíteros (mais velho). É evidente que nesta maneira de interpretar o Novo Testamento estava em ação, fundamentalmente, a origem protestante da exegese moderna, porém isto não mudava a evidência que, contrariamente, parecia corresponder a tal interpretação: a questão era candente, mesmo que Lutero não tivesse tido razão diante de Trento.⁶⁵⁸

Ratzinger sinaliza, portanto, que a crise do sacerdócio no mundo ocidental, nas últimas décadas, é também o resultado de uma desorientação da identidade cristã perante uma filosofia que transfere para o interior do mundo o sentido mais profundo e o fim último da história de cada existência humana, privando-o assim do horizonte da transcendência e da perspectiva escatológica.

Na raiz desta crise do sacerdócio, é necessário também levar em conta os fatores intra-eclesiais. Ratzinger possui desde o início uma sensibilidade aguçada para perceber imediatamente o surgimento de uma exegese sobre temas relacionados ao sacerdócio ministerial, na presunção de que ele não tem um fundamento bíblico.⁶⁵⁹ Ademais, favorece a crise do sacerdócio católico, a tentação protestante de reduzir o ministério a uma mera função da Palavra de Deus consignada na Bíblia.⁶⁶⁰

Ratzinger identificou o surgimento de uma visão teológica que constatava, por um lado, de um ponto sociológico-religioso, que Jesus não era um sacerdote com funções de culto e portanto, – para usar uma formulação anacrônica – era um leigo.⁶⁶¹ Do outro, com base no fato de que no Novo Testamento, para os serviços

⁶⁵⁸ Cf. RATZINGER, J. *Convocados en el camino de la Fe*, pp. 159-160.

⁶⁵⁹ A teologia exegética elaborou muitas críticas: a crítica teológica ao sacerdócio sacramental, tal como tinha sido afirmado pelo Concílio de Trento, que à primeira vista não parecia ser baseado na Bíblia, tanto do ponto de vista terminológico, tanto no que diz respeito às prerrogativas particulares do sacerdote sobre aos leigos, especialmente no que tange ao poder de consagrar; a crítica radical ao culto – e com ela a superação, que visava um sacerdócio que se limitaria à pretensão de mediação – parecia perder terreno para uma mediação sacerdotal na Igreja; a crítica à questão da unicidade do sumo sacerdócio de Cristo (de acordo com a Carta aos Hebreus) e marginalização do sacerdócio universal de todos os fiéis (de acordo com 1 Pedro 2,5). A esta crítica, finalmente, juntou-se a ideia moderna da autonomia do sujeito, com a práxis individualista que dela resulta, a qual vê com desconfiança qualquer exercício de autoridade.

⁶⁶⁰ Cf. RAHNER, K.; RATZINGER, J. *Episcopado y Primado*, p. 11.

⁶⁶¹ RATZINGER, J. *O novo povo de Deus*, p. 106. Diante destas concepções, muitas perguntas provocaram o debate: até que ponto pode continuar a imagem do sacerdote que se fizera clássica depois de Trento? Como fazê-la progredir a partir dos questionamentos da Reforma, da exegese crítica e do sentimento vital da Modernidade sem perder o essencial? E, também, até que ponto, ao contrário, a ideia protestante de “ministério” permite uma abertura à tradição viva da Igreja Católica do Oriente e do Ocidente, já que, na questão do sacerdócio, não há, segundo Trento, nenhum tipo de diferença essencial entre catolicismo e Igreja Ortodoxa? Segundo Ratzinger, o Vaticano II não entrou nestas questões, pois elas eram recentes. Além disso, depois dos grandes

e ministérios, não foi adotada qualquer terminologia sacral, mas denominações consideradas profanas, parecia que se poderia considerar como inadequada a transformação – na Igreja das origens, a partir do III século – daqueles que desenvolviam meras “funções” dentro da comunidade, em detentores impróprios de um novo sacerdócio do culto.

Das muitas leituras sobre o sacerdócio, duas concepções se confrontam:

Por um lado, uma perspectiva sócio-funcional que circunscreve a essência do sacerdócio ao conceito de “serviço” – concretamente serviço à comunidade no exercício de uma função no âmbito social da Igreja. Por outro lado, se encontra uma consideração ontológico-sacramental que, evidentemente, não nega o caráter de serviço do sacerdócio, porém o vê fundamentado no ser do serviço, e este ser sabe-se mais uma vez determinado por um dom concedido pelo Senhor através da mediação da Igreja, o que se chama de sacramento. Juntamente com a perspectiva funcional acrescenta-se um deslocamento terminológico. Evita-se claramente o termo marcado de sacralidade “sacerdote/sacerdócio”, que é substituído pelo termo neutro e funcional “ministério”, que, até então, não desempenhara papel algum na teologia católica.⁶⁶²

Nessa perspectiva, Ratzinger investiga a doutrina bíblica e conciliar sobre o sacerdócio ministerial para compreender os verdadeiros pilares da doutrina do sacramento da ordem. Busca uma fundamentação na reflexão patrística para compreender também o que os primeiros cristãos afirmaram a respeito dessa realidade. Apresenta, por sua vez, uma crítica histórica à teologia que reduz o sentido cristológico e eclesial do sacerdócio e o faz distinguindo os preconceitos filosóficos e teológicos do uso do método histórico. Ao fazer isso, ele consegue mostrar que com as aquisições da moderna exegese bíblica e uma análise precisa

debates sobre a colegialidade episcopal, sobre o ecumenismo, a liberdade religiosa e as questões do mundo moderno já não se dispunha nem de tempo nem de forças para tal empreitada. Assim, os sínodos de 1971 e de 1990 retomaram o tema do sacerdócio e complementaram as afirmações conciliares.

⁶⁶² RATZINGER, J. *Convocados en el camino de la Fe*, p. 160. A esta diferença na compreensão da essência do ministério sacerdotal corresponde também, até certo ponto uma acentuação diferente na definição das tarefas dos sacerdotes: opõem-se à centralidade da Eucaristia para o sacerdócio (*sacerdos-sacrificium*), até então clássica no catolicismo, o primado da palavra, que até o momento fora tipicamente protestante. Certamente, uma concepção do sacerdócio pensada desde o primado da palavra não precisa ser de forma alguma necessariamente anti-sacramental: o próprio decreto sacerdotal do Vaticano II demonstra o contrário. Neste ponto surge a pergunta de até que ponto devem ser de alguma forma excludentes as alternativas apresentadas e de até que ponto possam fazer frutificar uma à outra e, com isso, resolver-se desde dentro. São questões que Ratzinger desenvolve em muitas obras. Indicamos, para uma análise específica, a obra supracitada e uma “Meditação sobre o sacerdócio”: RATZINGER, J. *O caminho pascal*. Cascais: Lucerna, 2006, pp. 147-164.

do desenvolvimento histórico-dogmático, podemos chegar de modo bem fundamentado às afirmações dogmáticas produzidas sobretudo no Concílio de Florença, Trento e do Vaticano II.

Segundo Ratzinger, o Concílio Vaticano II tentou reabrir um novo caminho para a compreensão da verdadeira identidade do sacerdócio. Toda a fundamentação desta identidade deve estar centrada em Cristo. O que Jesus significa para o relacionamento de todos os homens e de toda a criação com Deus – portanto, o reconhecimento de Cristo como o Redentor e Mediador universal de salvação, desenvolvido na Carta aos Hebreus através da categoria de “Sumo Sacerdote” – nunca dependeu, como condição, da sua participação no sacerdócio levítico. O sacerdócio de Cristo, como demonstraremos, está fundado na missão que o Pai lhe confiou.

O fundamento do ser e da missão de Jesus reside na sua proveniência do Pai. É a divindade do Verbo que faz de Jesus, na natureza que Ele assumiu, o único e verdadeiro Mestre, Pastor, Sacerdote, Mediador e Redentor. Ele torna partícipes desta sua consagração e missão por meio do chamado dos Doze. A partir deles, surge o círculo dos Apóstolos que fundaram a missão da Igreja na história como dimensão essencial da natureza eclesial. Eles transmitem o seu poder aos pastores da Igreja universal e particular, os quais operam a nível local e supra-local.

Ratzinger está convicto de que, apesar do Concílio não se referir expressamente às controvérsias da atualidade, mesmo assim, ele proporcionou uma orientação fundamental sobre a qual todo o resto poderia ser construído. A novidade, diante de Trento, além do acento cristológico, deve ser notada na *forte ênfase da relação entre vida eclesial e o caminho comunitário de toda Igreja* onde se coloca esta visão clássica. A missão do bispo está inserida expressamente em uma perspectiva histórico-dinâmica da Igreja, num serviço específico: na Igreja todos têm “parte na missão” de todo o corpo, porém “nem todos têm a mesma função” (Rom 12, 4). Assim, a doutrina católica, segundo a compreensão ratzingeriana, põe ênfase claramente no aspecto ontológico do ser sacerdotal, e com isso sublinha o caráter de serviço: trata-se de uma promoção ao serviço de Cristo Mestre, Sacerdote e Rei, e à participação de seu ministério, pelo que a Igreja é edificada como povo de Deus, corpo de Cristo e templo do Espírito Santo. O *ontológico* está relacionado ao *serviço*. Tal perspectiva só é possível graças à

fundamentação cristológica conferida pelo Concílio Vaticano II e o caráter eclesial do sacerdócio, elementos que demonstraremos a seguir.

5.1.1 - A fundamentação do ministério neotestamentário na missão de Cristo

O ponto de partida para a compreensão do sacerdócio ministerial cristão consiste na descoberta da novidade do Novo Testamento e da correta unidade que existe entre a Antiga e a Nova Aliança, a unidade da Obra de Deus. Trata-se de focalizar em Jesus Cristo, na sua mensagem e obra, como fundamento último do ministério sacerdotal, pois ele é o cumprimento de tudo o que o precedera e a manifestação do centro unificador da história de Deus conosco: “se indagarmos em que consiste o centro do Novo Testamento, deparamo-nos com o próprio Cristo. O que existe aí de novo não são propriamente ideias. A novidade é uma pessoa: Deus que se faz homem e atrai o homem para si”.⁶⁶³

A Cristologia, como ponto de partida para nossa questão, explicita que Jesus recebeu uma missão diretamente de Deus e, por isso, Jesus pretende concretizar a autoridade de Deus em sua pessoa. Jesus age como o detentor de um poder que vem de Deus (Mt 7,29; 21,23; Mc 1,27; 11,28; Lc 20,2; 24,19; etc). São João o apresenta como o “enviado do Pai”, isto é, com uma missão que lhe foi confiada pelo Pai (aspecto central da cristologia joanina, segundo Ratzinger).⁶⁶⁴ Ser enviado significa que tudo provém do Pai e se dirige para Ele.

Jesus cria a nova figura dos Doze,⁶⁶⁵ a qual depois da Ressurreição passa a constituir o ministério dos Apóstolos (“os enviados”),⁶⁶⁶ conferindo sua

⁶⁶³ RATZINGER, Joseph. *Compreender a Igreja hoje*, p. 62.

⁶⁶⁴ Cf. RATZINGER, Joseph. *Compreender a Igreja hoje*, p. 63.

⁶⁶⁵ A criação de um grupo de Doze, tal como o apostolado na Igreja primitiva, não é uma questão de denominação ou de fatos sem alcance teológico. Os Doze são características da consciência escatológica da comunidade e, por isso, fundamento da Igreja. A pregação do Reino de Deus arrastou os homens a entrarem na espera do fim. A ignorância do quando e do como dividia a esperança num sentimento de proximidade e numa necessidade de ter em conta as realidades vitais e cotidianas. A fé na Ressurreição de Jesus, a descida do Espírito, o anúncio da presença no seio das comunidades do Senhor exaltado não alteraram nos homens, que O tinham seguido e por Ele tinham sido escolhidos, a sua certeza de terem sido os eleitos, os chamados, os enviados, os delegados para continuarem e proclamarem o Reino de Deus. Esta consciência do apelo pré-pascal, vivificado pela missão pós-pascal, instituiu a continuidade que assegurava a permanência da nova economia. As fórmulas evoluíram, mas a realidade impôs-se e adaptou-se às novas condições. Assim se construiu a Igreja, a cidade de Deus. No fim do século I, João podia escrever: “A muralha da cidade continha doze envasamentos e, neles, doze nomes: os dos doze Apóstolos do Cordeiro” (Ap 21,14).

autoridade e seu ministério a eles, em estreito paralelismo com sua própria missão: “Quem vos recebe, a mim recebe” (Mt 10,40; Lc 10,16; Jo 13,20). É São João quem melhor apresenta o paralelismo entre o envio de Jesus e aquele dos Apóstolos: “Como o Pai me enviou, também eu vos envio” (Jo 13,20; 17,18; 20,21).⁶⁶⁷

Jesus, por si mesmo, “nada pode fazer” (Jo 5,19.30), pois todo poder lhe é dado do alto. Isto significa que todo ser de Cristo é missão, é relação obediente ao Pai, que tudo lhe confiou. A partir da estrutura da missão de Cristo, compreendemos que o mesmo se dá com os discípulos. O enviado é dependente daquele que envia: “sem mim nada podeis fazer” (Jo 15,5). Segundo Ratzinger, esse “nada” é paradoxal, uma vez que expressa, ao mesmo tempo, o poder e a impotência do ministério apostólico:

Por si mesmos, pelas forças da própria inteligência, da própria vontade, eles são incapazes de fazer aquilo que devem fazer como Apóstolos. Como poderiam eles dizer: “Eu te perdô os teus pecados”? Como poderiam dizer: “Isto é o meu corpo”? Como poderiam eles impor as mãos e dizer: “Recebei o Espírito Santo”? Nada daquilo que constitui a ação dos apóstolos é o resultado de suas próprias forças. Mas é justamente este “nada” de seu que constitui a sua comunhão com Jesus, o qual procede também inteiramente do Pai, só existe por meio dele e nele, e simplesmente não existiria, se não procedesse constantemente do Pai e se não se entregasse ao Pai. O “nada” de próprio de cada um os insere na comunhão de missão com o Cristo. A este ministério, no qual somos totalmente de um outro, e a este doar, pelo qual transmitimos o que não provém de nós próprios, a Igreja dá o nome de sacramento.⁶⁶⁸

Aqui fica evidente, na compreensão de Ratzinger, a natureza cristológica do sacerdócio ministerial. Segundo o Evangelho, o próprio Cristo comunicou a estrutura de sua missão e de sua existência missionária aos Apóstolos, aos quais conferiu seu poder, vinculando-os, assim, a seu poder. A estrutura sacramental é

⁶⁶⁶ O nome *apóstolo* bem como a fórmula *Doze Apóstolos* são de origem pós-pascal. Passaram a assumir todo o significado contido pelas fórmulas “os Doze discípulos”, “os Doze”. Deve-se tal enriquecimento à morte e Ressurreição de Jesus. Ser incluído entre os Doze Apóstolos implicava o testemunho das palavras e dos fatos do ministério de Jesus bem como da experiência da sua Ressurreição. A isto se acrescentava a missão pós-pascal que ampliava a vocação original. Ser “um apóstolo”, sobretudo no caso de Paulo, explica-se por duas componentes estreitamente unidas: a visão do Ressuscitado e o envio em missão. Assim se formou uma segunda classe de apóstolos, não menos autorizada do que a primeira, se bem que a comunhão com os Doze fosse sentida como uma necessidade.

⁶⁶⁷ Podemos incluir aqui todos os textos nos quais Jesus confere seu próprio “poder” (autoridade) aos discípulos: Mt 9,8; 10,1; 21,23; Mc 6,7; 13,34; Lc 4,6; 9,1; 10,19.

⁶⁶⁸ RATZINGER, J. *Compreender a Igreja hoje*, p. 64.

resultado, em último sentido, da missão de Cristo, Sacramento do Pai. Nesse sentido, a novidade bíblica, a Pessoa de Jesus, gera um novo ministério, inaudito, pois só é explicado à luz da Cristologia: “a função ministerial da Igreja é a expressão da novidade de Jesus e de sua presença contínua através da História”.⁶⁶⁹

Para Ratzinger, o centro do *novo ministério* está no *próprio Cristo*. Novo, porque não se refere diretamente ao sacerdócio levítico, mas essencialmente a Cristo. Em relação àquele sacerdócio Jesus era leigo, neste ele é o único sacerdote: “Ele, que era juridicamente um leigo, era, na realidade – assim diz a Carta aos Hebreus -, o único verdadeiro sacerdote do mundo”.⁶⁷⁰

Assim, o ponto de partida para a compreensão da essência e da existência do poder eclesial é Jesus Cristo. O sacerdócio ministerial, o poder eclesial não é nada mais do que participação no de Cristo. A legitimidade do poder eclesial provém do próprio Cristo. Ratzinger faz notar em primeiro lugar que Cristo, considerando-se as leis religiosas, não era sacerdote, mas, sim, leigo,⁶⁷¹ portanto, do ponto de vista jurídico, não tinha nenhum poder. Todavia, se apresentou como aquele que tem o dever de desempenhar uma missão divina, claramente definida.

Jesus se apresenta como o enviado pelo Pai, seu “poder” e sua “missão” vinham do alto, portanto não a recebeu de um voto democrático, nem como fruto de anseios humanos.⁶⁷² Trata-se de uma missão divina entre os homens que irá encontrar seu prolongamento nos apóstolos. Cristo os convoca para participarem do seu poder e de sua missão: Cristo enviado do Pai, envia os apóstolos (Jo 17,18; 20,21). Assim, Ratzinger compreende aquilo que é essencial do sacerdócio: um poder do alto, uma missão divina. O sacerdócio é algo estabelecido do alto, não de baixo, de uma eleição popular. Tem seu novo começo e sua raiz em Cristo.⁶⁷³

Aos Doze é confiada a missão de Cristo, portanto seu poder: “O ofício ou o poder deles era simplesmente o de pertencerem ou de formarem os *doze*. E pelo fato de serem doze, eles representam e antecipam o novo Israel. Eles são os mensageiros do Israel atual e serão também o seu juiz no fim dos tempos”.⁶⁷⁴

⁶⁶⁹ Cf. RATZINGER, J. *Compreender a Igreja hoje*, p. 65.

⁶⁷⁰ JROC, XII, p. 326

⁶⁷¹ Cf. RATZINGER, J. *O novo povo de Deus*, p. 106.

⁶⁷² Cf. RATZINGER, J. *O novo povo de Deus*, p. 106.

⁶⁷³ Cf. JROC, XII, p. 327.

⁶⁷⁴ RATZINGER, J. *O novo povo de Deus*, p. 107.

O grupo dos Doze remonta ao ministério de Jesus na Galileia. Acha-se no seguimento da reunião de discípulos e insere-se na constituição do novo Israel. À instituição dos Doze acham-se ligadas a eleição, a vocação e também o envio em missão através da Galileia e, depois da Ressurreição, ao mundo inteiro.⁶⁷⁵

No Evangelho parece que Jesus limita a sua missão unicamente a Israel: “Não fui enviado senão às ovelhas perdidas da casa de Israel” (Mt 15, 24). De modo análogo parece que ele circunscreve a missão confiada aos Doze: “Jesus enviou estes Doze, depois de lhes ter dado as seguintes instruções: ‘Não sigais pelo caminho dos gentios, nem entreis em cidade de samaritanos. Ide, primeiramente, às ovelhas perdidas da casa de Israel’” (Mt 10, 5s.). De acordo com Ratzinger, uma certa crítica moderna de inspiração racionalista tinha visto nestas expressões a falta de uma consciência universalista do Nazareno. Na realidade, elas devem ser compreendidas à luz da sua relação especial com Israel, comunidade da aliança, em continuidade com a história da salvação. Segundo a expectativa messiânica as promessas divinas, imediatamente dirigidas a Israel, ter-se-iam concretizado quando o próprio Deus, através do seu Eleito, reunisse o seu povo, como faz um pastor com o rebanho.⁶⁷⁶ Jesus é o pastor escatológico, que reúne as ovelhas perdidas da casa de Israel e vai à procura delas, porque as conhece e ama (Lc 15, 4-7 e Mt 18, 12-14; cf. também a figura do bom pastor em Jo 10, 11ss.). Através desta “reunião” o Reino de Deus é anunciado a todas as nações: “Manifestarei a minha glória entre as nações, e todas me verão executar a minha justiça e aplicar a minha mão sobre eles” (Ez 39, 21). E Jesus segue precisamente este caminho profético. O primeiro passo é a “reunião” do povo de Israel, para que assim todas as nações, chamadas a reunirem-se na comunhão com o Senhor, possam ver e crer.

Assim os Doze, chamados a participar na mesma missão de Jesus, cooperam com o Pastor dos últimos tempos, indo também eles, em primeiro lugar, até às ovelhas perdidas da casa de Israel, isto é, dirigindo-se ao povo da promessa, cuja

⁶⁷⁵ Os Doze e a sua missão provisória eram um prelúdio à missão universal da nova economia. No momento da redação dos evangelhos, instituição e missão integraram-se numa mais ampla perspectiva baseada no desenvolvimento do cristianismo nascente. Fatos e interpretação acham-se intimamente unidos. Constitui por isso um erro separar teologia e autenticidade dos acontecimentos, pois aí acha ela sua origem e fundamentos.

⁶⁷⁶ Vale lembrar o que Deus falou pelo profeta: “Eu virei em socorro das minhas ovelhas, para que elas não mais sejam saqueadas... Estabelecerei sobre elas um único pastor, que as apascentará, o meu servo Davi; será ele que as levará a pastar e lhes servirá de pastor. Eu, o Senhor, serei o seu Deus, e o meu servo Davi será um príncipe no meio delas” (Ez 34, 22-24).

reunião é o sinal de salvação para todos os povos, o início da universalização da Aliança. Longe de contradizer a abertura universalista da ação messiânica do Nazareno, a inicial limitação a Israel da sua missão e da dos Doze torna-se assim o seu sinal profético mais eficaz. Depois da paixão e da ressurreição de Cristo este sinal será esclarecido: o caráter universal da missão dos Apóstolos tornar-se-á mais explícito. Cristo enviará os Apóstolos “a todo o mundo” (Mc 16, 15), a “todas as nações” (Mt 28, 19); Lc 24, 47), “até aos extremos confins da terra” (At 1, 8). A missão apostólica deve contribuir para a universalidade, para a verdadeira unidade na riqueza das culturas, em comunhão com o Jesus Cristo. Destarte, a Igreja será sacramento de unidade de todo gênero humano (LG 1).

Assim fica explícito que o chamamento dos Doze possui um caráter todo especial dentro do ministério de Jesus, pois a comunidade dos Doze representa a totalidade do povo de Deus, mas por outro lado não coincide com a totalidade dos eleitos, nem as suas funções com aquelas da totalidade. Nem tudo que é próprio dos Doze é apropriado à totalidade. Nesta distinção de função e missão entre os Doze e a totalidade dos eleitos, Ratzinger destaca que há um poder exclusivo conferido ao colégio apostólico que não é compartilhado com os demais.⁶⁷⁷ Esse poder é conferido por Cristo aos Apóstolos e seus sucessores.

Aos poucos fica claro, para a comunidade cristã, que existem determinadas funções que só os membros da hierarquia podem desempenhar. Ratzinger explica que desde o princípio sempre existiram certas vocações e cada qual só pode fazer aquilo para o qual foi chamado. Ninguém pode ser apóstolo só por iniciativa própria. É preciso atender ao chamado do Senhor. E, nesse sentido, Paulo colabora para uma “teologia do poder eclesiástico” a partir de uma dupla referência. Primeiramente, ele acentua fortemente o seu chamamento pessoal e

⁶⁷⁷ É necessário salientar também as distinções dentro da própria comunidade dos Doze. Neste grupo, destacam-se três (Pedro, Tiago e João), os mais próximos a Jesus. Mas a principal distinção se dá em relação à pessoa e ministério de Pedro. Todo o Novo Testamento fala dele com uma linguagem especial. Ele é a primeira testemunha da ressurreição, segundo Paulo (1 Cor 15,5) narrando uma tradição da comunidade primitiva. Paulo, Mateus e Lucas dão destaque a Pedro em inúmeras ocasiões (Gl 1,18; 2,9; Mt 16,18; Lc 22,31; etc). Mesmo João, que o trata com certa parcimônia, reserva uma palavra especial com referência a Pedro, para a conclusão do seu evangelho. O que se faz notar é, sobretudo, que mesmo que cada autor neotestamentário conserve sua perspectiva teológica, eles são concordantes em atribuir uma posição de destaque especial a Pedro. A aceitação unânime de Pedro deve ser fruto de uma iniciativa de Jesus, caso contrário não seria tão facilmente aceita. A função simbólica e escatológica dada pelo Senhor aos doze, e Pedro em particular, será o ponto de partida para o desenvolvimento do poder eclesiástico. O fato é que, na comunidade dos doze, fundada por Jesus, recebe dele mesmo uma autoridade própria e uma missão específica.

momentâneo feito pelo Senhor Ressuscitado, em virtude do qual se tornou detentor de poder apostólico igual aos Doze. Num segundo momento, fica claro em Paulo o liame que existe com o *kerigma* de Jesus e com a *paradosis* dos doze, numa linha histórica que continua unida ao Cristo histórico. Ratzinger frisa a presença destes dois elementos fundamentais, o pneumático e o histórico, explicando que

Ao lado da liberdade do Espírito, que sopra onde quer (Jo 3,8), há também um elo de união com a forma histórica da Igreja e com a sua tradição. Portanto, ocupar um cargo outra coisa não significa do que pôr-se a serviço da edificação do corpo do Senhor. O serviço é a razão de ser do cargo. Da ideia de dinâmica e de pneuma surge ainda o pensamento referente à ordem e ao serviço. Os múltiplos serviços e encargos devem ser coordenados pela autoridade apostólica.⁶⁷⁸

A teologia paulina aponta, de uma parte, a igualdade de condição dele mesmo com os demais apóstolos e, por outro lado, a particularidade do seu serviço, que lhe confere, porém, a mesma posição de destaque dos demais. Considerando-se tudo conjuntamente, percebe-se que o poder neotestamentário é determinado em virtude da *palavra*.⁶⁷⁹ A essência do ministério apostólico e

⁶⁷⁸ RATZINGER, J. *O novo povo de Deus*, p. 109.

⁶⁷⁹ Diante das disputas, que havia na Igreja de Corinto entre as diversas correntes que se referiam a diferentes Apóstolos, ele pergunta: o que é um Apóstolo? Quem é Apolo? Quem é Paulo? São servos; conforme o que o Senhor concedeu a cada um (cf. 1 Cor 3, 5). “Considerem-se todos como ministros de Cristo e administradores dos mistérios de Deus. Ora, o que se requer dos administradores, é que sejam fiéis” (1 Cor 4, 1 s.). Em Jerusalém o próprio Jesus falou em duas parábolas daqueles servos aos quais o Senhor confia os seus bens no tempo do mundo, e revelou-vos três características do serviço no mundo, nas quais se concretiza também a imagem do ministério sacerdotal: fidelidade, prudência e bondade. Ratzinger-Bento XVI apresenta e comenta estas três características do servo e do serviço: “*A primeira característica*, que o Senhor exige do servo, é a fidelidade. Foi-lhe confiado um grande bem, que não lhe pertence. A Igreja não é a nossa Igreja, mas a sua Igreja, a Igreja de Deus. O servo deve prestar contas do modo como administrou o bem que lhe foi confiado. Não vinculemos os homens a nós; não procuremos o poder, o prestígio e a estima para nós mesmos. Conduzamos os homens para Jesus Cristo e deste modo para o Deus vivo. Assim, introduzimo-los na verdade e na liberdade, que deriva da verdade. A fidelidade é altruísmo, e precisamente assim é libertadora para o próprio ministro e para quantos lhe são confiados. [...] A fidelidade do servo de Jesus Cristo consiste precisamente também no fato de que ele não procura adaptar a fé às modas do tempo. Somente Cristo tem palavras de vida eterna, e são estas as palavras que temos de levar ao povo. Elas são o bem mais precioso que nos foi confiado. Tal fidelidade nada tem de estéril e de estático; é criativa. [...] *A segunda característica*, que Jesus requer do servo, é a prudência. Aqui é necessário eliminar imediatamente um mal-entendido. A prudência é algo diferente da astúcia. Segundo a tradição filosófica grega, prudência é a primeira das virtudes cardeais; indica o primado da verdade, que mediante a “prudência” se torna critério do nosso agir. A prudência exige a razão humilde, disciplinada e vigilante, que não se deixa obcecar por preconceitos; não julga segundo desejos e paixões, mas procura a verdade até a verdade incômoda. Prudência significa pôr-se à procura da verdade e agir em conformidade com ela. O servo prudente é antes de tudo um homem de verdade e um homem

sacerdotal (do poder eclesiástico), segundo Paulo, é serviço da palavra.⁶⁸⁰ Mas é também, serviço de *unidade*.

O poder eclesiástico vai aos poucos assumindo uma importância fundamental para a *unidade da Igreja*. Nas comunidades paulinas encontramos três princípios que demonstram esta questão.⁶⁸¹ Primeiramente, a unidade de todas as comunidades paulinas é alcançada por meio da ação do apóstolo. Todas as comunidades estão sujeitas a ele e é ele mesmo que assegura a unidade entre todas elas. Para que a unidade seja algo de real, Paulo estabelece muitos contatos pessoais, faz visitas, manda seus auxiliares e escreve cartas importantes para as comunidades.⁶⁸² Cartas estas que também expressam uma preocupação que visa a unidade das comunidades que vivem em meio aos cristãos. As cartas são, pois, o instrumento principal para manter a unidade. Em segundo lugar, Paulo, conservando o nexos com a *paradosis* dos outros apóstolos, procura inserir a Igreja que vive no meio pagão e que a ele foi confiada, na grande unidade da Igreja

da razão sincera. Por meio de Jesus Cristo, Deus abriu-nos de par em par a janela da verdade que, exclusivamente diante das nossas forças, permanece muitas vezes limitada e apenas parcialmente transparente. Ele mostra-nos na Sagrada Escritura e na fé da Igreja a verdade essencial sobre o homem, que imprime o rumo certo ao nosso agir. Assim, a primeira virtude cardinal do sacerdote, ministro de Jesus Cristo, consiste em deixar-se plasmar pela verdade que Cristo nos indica. Desta maneira, tornamo-nos homens verdadeiramente razoáveis, que julgam com base no conjunto e não a partir de pormenores casuais. Não nos deixemos orientar pela pequena janela da nossa astúcia pessoal, mas pela grande janela, que Cristo nos abriu sobre toda a verdade, olhemos para o mundo e para os homens e reconhecemos assim o que é verdadeiramente importante na vida. *A terceira característica* de que Jesus fala nas parábolas do servo é a bondade: "Servo bom e fiel... entra no gozo do teu Senhor" (*Mt 25, 21.23*). Aquilo que se entende com a característica da "bondade" pode tornar-se-nos claro, se pensarmos no encontro de Jesus com o jovem rico. Este homem dirigiu-se a Jesus, chamando-lhe "bom Mestre" e recebeu a resposta surpreendente: "Por que me chamas bom? Ninguém é bom, senão só Deus" (*Mc 10, 17 s.*). Bom, em sentido pleno, é somente Deus. Ele é o Bem, o Bom por excelência, a Bondade em pessoa. Numa criatura, no homem, o ser bom fundamenta-se necessariamente numa profunda orientação interior para Deus. A bondade cresce com o unir-se interiormente ao Deus vivo. A bondade pressupõe, sobretudo, uma comunhão viva com Deus, o Bom, uma crescente união interior com Ele. E com efeito: de quem se poderia aprender a verdadeira bondade senão dele, que nos amou até ao fim, até ao extremo (cf. *Jo 13, 1*)? Tornamo-nos servos bons mediante a nossa relação viva com Jesus Cristo. Só se a nossa vida se desenvolver no diálogo com Ele, somente se o seu ser, as suas características penetrarem em nós e nos plasmarem, poderemos tornar-nos servos verdadeiramente bons." BENTO XVI. *Homilia*. Ordenação episcopal a cinco prelados. Festa Litúrgica do Santíssimo Nome de Maria. Basílica Vaticana. Sábado, 12 de Setembro de 2009. Disponível em: w2.vatican.va/content/benedict-xvi/pt/homilies/2009/documents/hf_ben-xvi_hom_20090912_ord-episcopale.html

⁶⁸⁰ O *poder* é um serviço da palavra assumido com responsabilidade. Mas o fato de a palavra ter encontrado o seu alveo autêntico na celebração eucarística, fez com que o serviço da palavra e o serviço da mesa confluíssem rapidamente, fazendo surgir assim, aquela forma de poder que se tornou característica na Igreja católica.

⁶⁸¹ Ratzinger apresenta os princípios paulinos em: *O novo povo de Deus*, p. 111.

⁶⁸² Ratzinger salienta que se considerarmos cada uma das comunidades em particular, poderemos sentir-nos tentados a falar em "democracia pneumática" ou simplesmente em "pneumatocracia", mas não nos devemos esquecer de que todas as comunidades juntas estão sujeitas à autoridade do apóstolo que exerce um certo "primado" sobre todo o mundo heleno-cristão e que há assim, uma grande unidade concreta.

universal que se formara de judeus e de pagãos.⁶⁸³ O terceiro princípio: Paulo sempre busca uma união com Jerusalém, sendo que para lá são enviadas as coletas. Essas não visam apenas a parte caritativa, mas através das coletas, aparece o reconhecimento de Jerusalém como lugar de origem e como centro do cristianismo.

Nas comunidades judaico-cristãs, o poder eclesiástico é ainda mais relevante para o fortalecimento da unidade porque mais estreito é o seu relacionamento com a comunidade hierosolimitana, presidida pelo bispo Tiago. Diante de ambos os grupos há uma figura de destaque que é a de Pedro. Encontramo-lo em Jerusalém como responsável pela tradição e o encontramos também em Antioquia como centro do cristianismo que surgira em meio ao paganismo. Enfim, encontramos-lo também em Corinto e em Roma. Todo o papel de destaque de Pedro parece ter início com o fato da conversão de Cornélio e com o Concílio Apostólico (At 15,6-29). Ele surge como coordenador dos dois grupos de cristãos. Paulo reconhece-se enviado aos pagãos e procura manter a unidade entre as diversas comunidades. Tiago dedica-se ao serviço dos judeu-cristãos e Pedro, por sua vez, aparece como ponto de convergência de ambos os grupos. Encontramo-nos aqui de frente a um fato de grande importância. Diversamente de Paulo e Tiago, Pedro não pertence a nenhum dos dois grupos, mas ele está presente nos dois. Assim, fica claro que dentre a diversidade das funções ministeriais, destaca-se a tarefa de Paulo, como missionário entre os pagãos. De outro lado, sobressai a importância de Jerusalém para os cristãos de origem judaica e ainda, como elemento catalisador, aparece a incumbência específica de Pedro, sendo que esta provém de uma instituição do Senhor.⁶⁸⁴

⁶⁸³ Ratzinger esclarece que Paulo jamais pensou em uma autonomia da Igreja de origem pagã nem em uma autonomia do seu próprio serviço. Ele simplesmente “transmite” aquilo que ele “recebeu” (1Cor 15,1-3; 11,23), manifestando a sua obediência ante a unidade da Igreja universal.

⁶⁸⁴ RATZINGER, J. *O novo povo de Deus*, p. 112. Ratzinger compreende que os evangelistas não tiveram intenção de construir arquivos históricos. Eles transmitiram simplesmente os pronunciamentos e os fatos operados pelo Senhor e que pudessem encerrar um valor para a Igreja de então. Se a palavra sobre a incumbência de Pedro chegou até nós é, pois, concludente que a palavra escrita por Mateus 16,17 ss era considerada importante para aquele momento. Mateus não escreveu sobre o que fora importante a um tempo e que já não o era mais ao seu próprio tempo, mas ele escreveu sobre algo que tinha valor e validade para o seu momento. Este fato mostra que a incumbência de Pedro não acabou com a morte deste. O evangelho de Mateus, escrito após a morte de Pedro, prova a sobrevivência do que havia sido instituído em um tempo precedente. Suas palavras não se referem apenas a uma incumbência recebida do Senhor, mas elas exprimem também algo sobre a forma e a auto-afirmação da Igreja nascente.

Nessa dinâmica em busca da unidade no cristianismo incipiente não há ainda muita clareza quanto ao poder eclesiástico, mas já é visível que ele deverá sempre estar a serviço da unidade.⁶⁸⁵ Ratzinger conclui que “o poder e a unidade sofrem de dependência mútua, no sentido de que fora da realidade apostólica não existe a Igreja e, portanto, menos ainda a unidade da Igreja, pois esta unidade depende do poder apostólico”.⁶⁸⁶ Não podemos chegar a outra conclusão: o episcopado (enquanto poder eclesiástico) estará a serviço da unidade, por isso, o Bispo deve exercer seu múnus em espírito de *diakonia*.

5.1.2 - O sacerdócio de Cristo segundo a Carta aos Hebreus

Ratzinger, em um artigo intitulado “*A cruz é o fundamento e centro do sacerdócio cristão*”, escrito na Primavera de 1970, na época professor de dogmática na universidade de Regensburg, dizia:

O sacerdócio da Igreja não é contrário ao testemunho do Novo Testamento, mas está firmemente ancorado nele. Sob o ponto de vista da história das religiões, isto representa naturalmente algo completamente novo: não provém do sacerdócio da Antiga Aliança nem da ideia veterotestamentária do “sacerdócio real”, que na primeira carta de Pedro é aplicada de modo evidente a todo povo; provém antes de um vínculo messiânico-apostólico: a missão da continuidade da missão de Jesus Cristo.⁶⁸⁷

No tradicional curso para os bispos oferecido pela Arquidiocese do Rio de Janeiro, o então Cardeal Ratzinger, no ano de 1990, também falou sobre o tema do sacerdócio. Citamos o famoso trecho em que ele explanou sobre a natureza do

⁶⁸⁵ Ratzinger compreende que já no tempo de Paulo existe uma estrutura dos ministérios, embora muito incipiente. Para ele, a *teologia do apostolado* se desenvolveu muito mais em Paulo do que os *ministérios* das Igrejas Locais. A hierarquia, conforme Paulo dá a entender em suas cartas (sobretudo nas primeiras), inicialmente não era bem estruturada, mas já é possível perceber na Carta aos Filipenses (1,1) um esboço quando ele fala de *Episkopoi*, de *Diakonoi*, e de *Presbyteroi*. Estes últimos têm caráter judaico-cristão e, ao fim do primeiro século, os dois tipos (paulino e judaico-cristão) chegam a confundir-se. E isto faz com que o poder eclesiástico se torne estável. O fato é que o desenvolvimento do poder eclesiástico consolidou-se mais graças à influência judaica e judaico-cristã.

⁶⁸⁶ RATZINGER, J. *O novo povo de Deus*, p. 113.

⁶⁸⁷ RATZINGER, J. *A cruz é o fundamento e centro do sacerdócio cristão*. In.: *L'Osservatore Romano*, Ed. portuguesa, n.13, 26 de Março de 2011, p.8. Em um volume italiano, comemorativo pelos seus setenta e cinco anos, tocava mais uma vez sobre a questão sacerdotal, explicitando que a missão de Cristo consiste num serviço: “O sacerdócio do Novo Testamento está no seguimento do Senhor que lava os pés. A sua grandeza pode consistir somente na sua humildade. Grandeza e pequenez caminham juntas, quando Cristo, o maior, se fez pequeno e assumiu o último lugar. Ser sacerdote significa entrar nesta comunidade de pequenos e participar assim da glória comum da redenção” (RATZINGER, J. *La Comunione nella Chiesa*, p. 187).

ministério ordenado: “o sacerdócio do Novo Testamento, instaurado com os Apóstolos, tem uma estrutura inteiramente cristológica e significa inserção do homem na missão de Jesus Cristo. Uma ligação pessoal com Cristo constitui, portanto, essência e fundamento para o ministério sacerdotal”.⁶⁸⁸

Estas duas referências resumem o que já apontamos como elemento decisivo da perspectiva sacerdotal de Ratzinger. Cabe agora demonstrarmos como, segundo o teólogo alemão, é possível compreender o sacerdócio de Cristo. Se a natureza do ministério, no Novo Testamento, não é continuidade do Antigo Testamento, mas continuidade da missão de Jesus Cristo, como entender o caráter sacerdotal desta missão? Em que medida estão unidos sacerdócio, culto e missão? Que sacerdócio é atribuído a Jesus?

Ratzinger descobre na Carta aos Hebreus um verdadeiro tratado de cristologia sacerdotal,⁶⁸⁹ pois nela o autor abriu um novo caminho para compreender o Antigo Testamento como livro que fala de Cristo Sacerdote. A tradição precedente tinha visto Cristo sobretudo, essencialmente, na chave da

⁶⁸⁸ RATZINGER, J. *Compreender a Igreja hoje*, p. 71. Ratzinger explica, a partir desse pressuposto, as exigências espirituais para o sacerdote: “Daí depende tudo o mais, e nisso consiste o cerne de toda preparação para o sacerdócio e de qualquer formação subsequente. O sacerdote deve ser um que conhece Jesus Cristo a partir de dentro, que se encontrou com Ele e aprendeu a amá-Lo. Por isso o sacerdote deve ser, antes de tudo, um homem de oração, um homem realmente 'espiritual'. Sem este forte conteúdo espiritual ele não é capaz de perseverar em seu ministério com o passar do tempo. Deve aprender também com Cristo que o que importa em sua vida não é a auto-realização nem o sucesso. Deve aprender a não construir uma vida interessante e agradável para si, a não criar uma comunidade de admiradores e seguidores para si, mas a trabalhar para Cristo, centro único de toda pastoral. A isso se opõe a tendência natural de nossa existência, mas com o tempo se perceberá que esta perda de importância do eu é que nos liberta verdadeiramente. Quem trabalha para Cristo sabe que é sempre um outro que semeia, um outro que colhe. Não precisa questionar-se a todo momento. Qualquer que seja o resultado, ele entrega a Deus e faz a sua parte, despreocupadamente, livre, jubiloso, porque sua vida está integrada numa causa imensa. Se os sacerdotes, hoje em dia, se sentem extenuados, fatigados e frustrados, a razão é uma busca crispada de eficiência. A fé se tornou um fardo pesado, difícil de arrastar, quando deveria ter asas que nos transportam. Da íntima vida de comunhão com Cristo brota a participação em seu amor pelos homens e em seu desejo de salvá-los e ajudá-los. Hoje muitos sacerdotes duvidam se fazemos verdadeiramente bem às pessoas quando guiamos para a fé, ou se, deste modo estamos tornando mais pesada a sua vida. Pensam que seria melhor deixá-las na boa fé de sua descrença, porque assim a vida lhes parece mais fácil de viver. Quando a fé é vista como um peso adicional que dificulta a vida, ela não pode tornar alguém feliz, e servirmos a essa causa de fé já não nos traz realização. Quem, entretanto, descobriu o Cristo a partir de dentro, que o conhece de primeira mão, descobre a força renovadora que confere sentido a todas as coisas e torna grandioso mesmo o que é difícil. Somente uma alegria como esta, *por causa de Cristo, é capaz de nos dar alegria para o ministério e torná-lo frutuoso*” (idem).

⁶⁸⁹ Cf. JROC, XII, p. 324 – 339. Aqui Ratzinger aborda *a questão do sentido do ministério sacerdotal* a partir da “cristologia sacerdotal” da Carta aos Hebreus. O artigo continua, depois dessa consideração bíblica, com uma análise dos enunciados do Concílio sobre o Sacerdócio (pp. 340 – 361). Também se pode consultar a *lectio divina* de Bento XVI sobre alguns trechos da Carta aos Hebreus (Hb 5, 1-10; 7, 26-28; 8, 1-2) publicada em *L'Osservatore Romano*, ed. em Português, 27 de Fevereiro de 2010.

promessa davídica, do verdadeiro Davi, do verdadeiro Salomão, do verdadeiro Rei de Israel, verdadeiro Rei porque homem e Deus.⁶⁹⁰ Mas a Carta aos Hebreus descobriu uma citação que até àquele momento não tinha sido notada: Salmo 110, 4: “Tu és sacerdote segundo a ordem de Melquisedec”. Isto significa que Jesus não só cumpre a promessa davídica, a expectativa do verdadeiro Rei de Israel e do mundo, mas realiza também a promessa do verdadeiro Sacerdote, uma vez que, no Antigo Testamento, há duas linhas separadas de expectativa: o Rei e o Sacerdote, isto é, em Cristo estão unidas as duas promessas: Cristo é o verdadeiro Rei, o Filho de Deus (segundo o Salmo 2, 7) mas é também o verdadeiro Sacerdote (segundo o Salmo 110, 4).

Os autores do Novo Testamento, exceto o da Carta aos Hebreus, nunca chamam Cristo de Sacerdote, assim como nunca chamam de sacerdotes aos apóstolos ou ministros do Evangelho. Trata-se de um silêncio deliberado ou é afirmação de um rompimento com a tradição sacerdotal do AT ou ainda, uma negação do sacerdócio cristão? Ratzinger, no conjunto dos seus escritos, demonstra que se trata de um silêncio significativo, mais eloquente que todas as palavras, porque é uma maneira de afirmar e de expressar claramente a distinção com o sacerdócio pagão e levítico, pois enquanto este é ritual e cerimonial, o sacerdócio de Cristo é real e existencial, abarca toda a sua pessoa, todo o seu ser e existência, uma vez que Ele próprio é a vítima do Sacrifício: “Cristo se ofereceu a si mesmo” (Hb 9,14; 7,9), seu próprio sangue é derramado (Hb 9,12). Agora, no sacerdócio de Cristo, o cultural estará vinculado à existência, não há mais distinção e distância entre vida e culto.

A Carta aos Hebreus, segundo Ratzinger, reflete sobre o culto e o sacerdócio à luz de Cristo e explicita claramente a razão de ser da atitude genérica do Novo Testamento ante o culto.⁶⁹¹ Para esta Carta, Cristo é a chave para todo o mundo cultural, toda a realidade dos sacrifícios, do sacerdócio, que está à procura do verdadeiro sacerdócio, do verdadeiro sacrifício. Cristo é o seu cumprimento e, a partir dele, pode reler o Antigo Testamento e mostrar como precisamente também a lei cultural, que depois da destruição do Templo é abolida, na realidade se

⁶⁹⁰ A inscrição sobre a Cruz (INRI) tinha realmente anunciado ao mundo esta realidade: agora há o verdadeiro Rei de Israel, que é o Rei do mundo, o Rei dos Judeus que está na Cruz. É uma proclamação da realeza de Jesus, do cumprimento da expectativa messiânica do Antigo Testamento, a qual, no fundo do coração, é uma expectativa de todos os homens que esperam o verdadeiro Rei, que dá justiça, amor e fraternidade.

⁶⁹¹ Cf. JROC, XII, p. 325.

orientava para Cristo; por conseguinte, não é simplesmente abolida, mas renovada, transformada, visto que em Cristo tudo encontra o seu sentido.⁶⁹² Em Cristo, a Carta aos Hebreus fundamenta a inutilidade do culto antigo e a ideia de representação ganha um novo significado naquele que é o sumo e eterno sacerdote.

Todo sacrifício da humanidade, toda intenção de reconciliar-se com Deus mediante culto e rito foram impotentes obras humanas. Tinham que ser, porque Deus, a quem pertence o universo, não tem necessidade de touros nem carneiros ou qualquer outra coisa que lhe é sacrificado. Tudo já pertence a Ele. Têm que ser inúteis, porque o homem, cujo “sim” a Deus é o único ato de adoração, não pode ser substituído nem representado pelo sangue de carneiros e touros, porque o homem – como disse o evangelho – não pode de nenhuma maneira oferecer um substituto por si mesmo (Mc 8,37). Somente o próprio do homem, seu sim a Deus, sua entrega a Deus, pode ser verdadeira adoração. Mas, como todo o culto pré-cristão, inclusive o do Antigo Testamento, se baseia na ideia de substituição, e como a representação, a substituição é a categoria propriamente constitutiva desse culto, e como, por outro lado, o homem segue sendo insubstituível, esse culto tinha que resultar inútil.⁶⁹³

Diante dessa compreensão negativa da história das religiões (dos seus cultos e ritos), a Carta aos Hebreus apresenta o novo sentido para o sacerdócio adquirido em Cristo. Deste modo, a Carta trata do tema do sacerdócio de Cristo, *Cristo sacerdote*, em três níveis: (a) o sacerdócio de Aarão, o do Templo, que mesmo sendo diferente do de Cristo, é contudo “caminho” rumo a Cristo, e já neste sacerdócio se delineiam os elementos essenciais; (b) o sacerdócio de Melquisedec, que é um pagão,⁶⁹⁴ de tal modo que também do mundo pagão provém a expectativa e a prefiguração profunda do mistério de Cristo, no qual tudo é sintetizado, purificado e guiado para o seu termo, para a sua verdadeira essência; por fim, (c) o próprio Cristo como o verdadeiro sacerdote.⁶⁹⁵

⁶⁹² Vale recordar que o cumprimento definitivo das Escrituras, de fato, requer sempre três aspectos: um aspecto de continuidade com o que havia sido anunciado/preparado; mas também um aspecto de ruptura com as imperfeições precedentes; e, finalmente, um aspecto de superioridade. Assim, notamos no sacerdócio de Cristo, tal como entendido pela Carta aos Hebreus, o cumprimento destes três aspectos indispensáveis. Cristo é, portanto, o único sacerdote perfeito, o verdadeiro cumprimento do sacerdócio, isto é, da mediação entre os homens e Deus.

⁶⁹³ JROC, XII, p. 326.

⁶⁹⁴ O mundo pagão entra no Antigo Testamento, entra numa figura misteriosa, sem pai, sem mãe – diz a Carta aos Hebreus – aparece simplesmente, e nele aparece a verdadeira veneração do Deus Altíssimo, do Criador do céu e da terra.

⁶⁹⁵ Analisaremos, brevemente, tão somente os dois primeiros tópicos. O terceiro subtema abordado no conjunto do capítulo.

(a) do sacerdócio de Aarão ao de Cristo⁶⁹⁶

A Carta aos Hebreus apresenta duas condições sobre a Lei e o sacerdócio de Aarão: um sacerdote para ser realmente mediador entre Deus e o homem, deve ser *homem*. Isto é fundamental e o Filho de Deus fez-se homem precisamente para ser sacerdote, para poder realizar a missão do sacerdote. Deve ser homem, mas não pode sozinho fazer-se mediador com Deus. O sacerdote precisa de uma *autorização, de uma instituição divina* e só pertencendo às duas esferas – a de Deus e a do homem – pode ser mediador, pode ser “ponte”. É esta a missão do sacerdote: combinar, relacionar estas duas realidades aparentemente tão separadas, isto é o mundo de Deus – distante de nós, muitas vezes desconhecido do homem – e o nosso mundo humano. Assim, a missão do sacerdócio é a de ser mediador, ponte que une, e assim levar o homem a Deus, à sua redenção, à sua verdadeira luz, à sua verdadeira vida.

Jesus Cristo, o Filho de Deus, faz-se homem para que exista a verdadeira ponte, a verdadeira mediação. Os ministros, no caso da Igreja, só o podem ser mediante o Sacramento que os configura no sacerdócio de Cristo. Só com o Sacramento, com este ato divino que cria sacerdotes na comunhão com Cristo, é possível realizar a missão. Nesse sentido, Ratzinger insiste que ninguém se faz sacerdote por si mesmo; só Deus pode atrair, pode autorizar, pode induzir à participação no mistério de Cristo. O Sacramento não é direito do homem, mas graça de Deus.⁶⁹⁷ Trata-se, portanto, de um dom, da precedência divina, da ação divina, não de algo que o homem por si só possa realizar, por isso novamente destacamos: “sem mim nada podeis fazer” (Jo 5,19.30).

Assim, o sacramento, como instituição divina, é a autorização para que o homem possa ser mediador. Mas não basta apenas o sacramento, é necessário, segundo a Carta aos Hebreus, um outro elemento: o sacerdote deve ser homem. Homem em todos os sentidos, isto é, deve viver uma verdadeira humanidade, um verdadeiro humanismo; deve ter uma educação, uma formação humana, virtudes

⁶⁹⁶ Ratzinger desenvolve o sacerdócio de Aarão com maiores detalhes e elementos teológicos. Optamos por abstrair esta reflexão para centralizar nosso estudo naquilo que se refere diretamente ao sacerdócio de Cristo.

⁶⁹⁷ Dedicaremos uma parte para esta reflexão sobre a questão sacramental: “a sacramentalidade da episcopal” (neste trabalho cf. 5.2.2).

humanas; deve desenvolver a sua inteligência, a sua vontade, os seus sentimentos, os seus afetos; deve ser realmente homem, homem segundo a vontade do Criador, do Redentor, porque sabemos que o ser humano está ferido e a questão de “o que é o homem” é obscurecida pelo fato do pecado, que ofendeu a natureza humana até às suas profundezas. Ser homem: a Carta aos Hebreus faz um realce da nossa humanidade que nos surpreende, porque diz: deve ser um que “pode compadecer-se dos ignorantes e dos que erram, pois também ele está cercado de fraqueza” (5, 2) e – depois ainda muito mais forte – “quando vivia na carne, ofereceu, com grande clamor e lágrimas, orações e súplicas Àquele que O podia salvar da morte, e foi atendido pela Sua piedade” (5,7). Para a Carta aos Hebreus é elemento essencial do nosso ser humano a compaixão, o sofrer com os outros: esta é a verdadeira humanidade.⁶⁹⁸ Não é o pecado, porque o pecado nunca é solidariedade, mas é sempre uma não-solidariedade, um tomar a vida para mim mesmo, em vez de a doar. A verdadeira humanidade é participar realmente no sofrimento do ser humano, significa ser um homem de compaixão, isto é, estar no centro da paixão humana, carregar realmente com os outros os seus sofrimentos. Por isso a Carta fala do Sacerdócio de Cristo que é Misericórdia, um sacerdote misericordioso:

Ele não veio ocupar-se com os anjos, mas, sim, com a descendência de Abraão. Convinha, por isso, que em tudo se tornasse semelhante aos irmãos, para ser, em relação a Deus, sumo sacerdote misericordioso e fiel, para expiar assim os pecados do povo. Pois, tendo ele mesmo passado pela prova, é capaz de socorrer os que são provados (Hb 2,16-18).

Cristo mostrou o verdadeiro humanismo (GS 22). Certamente o seu coração está sempre fixo em Deus, vê sempre Deus, intimamente está sempre em diálogo com Ele, mas Ele carrega, ao mesmo tempo, todo o ser, todo o sofrimento humano entra na Paixão. Ele “ofereceu orações e súplicas com fortes gritos e lágrimas” (Hb 5, 7). Esta não é só uma menção à hora da angústia no Monte das Oliveiras, mas é um resumo de toda a história da paixão, que engloba toda a vida

⁶⁹⁸ Esta humanidade (do sacerdote), da qual fala a Carta, não corresponde ao ideal platônico e aristotélico, segundo o qual o verdadeiro homem seria aquele que vive unicamente na contemplação da verdade, e assim é bem-aventurado, feliz, porque tem só amizade com as coisas belas, com a beleza divina. A verdadeira humanidade, agora, é ser *imago Christi*. Toda a doutrina cristã aponta para este elemento antropológico que, em Cristo, encontra sua plena realização.

de Jesus.⁶⁹⁹ Ele se torna semelhante a nós para ser a Misericórdia de Deus a todos os que pecaram. Ele se tornou o homem também para nos humanizar.

A fé cristã acredita ser Jesus de Nazaré o ser humano exemplar, e por isso o fator de humanização.⁷⁰⁰ Paulo oferece uma chave de leitura para compreendermos tal realidade. Cristo é o “último homem” (1 Cor 14,45), isto é, o homem definitivo que leva o ser humano ao seu futuro que consiste em ser não apenas homem e sim um com Deus, uma vez que ultrapassa os limites humanos. Noutras palavras:

Justamente como o ser humano exemplar e terminante, Jesus ultrapassa o limite do ser humano; só assim, e por causa disso, ele se torna o ser humano exemplar. Pois o ser humano está tanto mais em si mesmo quanto mais ele estiver no outro. Ele só chega realmente a si na medida em que ele se afastar de si. Ele só chega a si mesmo pelo outro e pelo ser no outro.⁷⁰¹

O profundo significado humanizador desta declaração de Ratzinger afirma que o ser humano está destinado àquele outro, ao verdadeiro outro, a Deus. Se o ser humano estiver apenas diante de qualquer encontrará sua perdição, pois é chamado a estar no totalmente outro, em Deus. Sua abertura total em direção a Deus significa uma abertura total para ele mesmo. Somente quando deixar de estar em si, quando for além de si é que chegará a si mesmo.

Assim, sendo Jesus Cristo aquele que foi totalmente além de si mesmo podemos compreender que ele é o ser humano que verdadeiramente chegou a si e, por isso, pode abrir o ser humano a si na medida em que este deixar de fechar-se e de afirmar-se. A abertura ao outro e é a possibilidade do encontro consigo mesmo. A humanização passa pela abertura, pela saída de si, pelo êxodo, constante exigência de Deus para o cristão. A abertura do ser humano, a saída de si em prol de é a exigência para a sua humanização, isto é, para o encontro de si mesmo. No

⁶⁹⁹ Jesus chora com fortes gritos. Sabemos pelos Evangelhos que Jesus gritou da Cruz, bradou: “Meu Deus, Meu Deus, porque Me abandonas-Te?” (Mc 15, 34; cf. Mt 27, 46), e bradou mais uma vez no fim. E este brado responde a uma dimensão fundamental dos Salmos: nos momentos terríveis da vida humana, muitos Salmos são um forte grito a Deus: “Ajuda-nos, ouve-nos!”. Para Ratzinger, Jesus, que é o verdadeiro sujeito dos Salmos, leva realmente este grito da humanidade a Deus, aos ouvidos de Deus: “Ajudai-nos e ouvi-nos!”. Ele transforma todo o sofrimento humano, assumindo-o sobre si mesmo, num grito aos ouvidos de Deus (cf. Jesus de Nazaré, vol. II, p. 175-177).

⁷⁰⁰ Ratzinger, através da definição “ser humano exemplar”, se refere à expressão de Paulo “último Adão”, “último homem”. Ele crê ser esta a melhor maneira de traduzir adequadamente a fórmula paulina.

⁷⁰¹ RATZINGER, J. *Introdução ao Cristianismo*, pp. 174-175.

encontro com Ele, o ser humano por excelência, o homem pode mergulhar em si também. Na relação com o Logos, o entendimento, a razão criadora, que o ser humano entende-se e não apenas toca o infinito, mas é um com ele: Jesus Cristo. Ratzinger esclarece melhor este processo:

A hominização completa do ser humano pressupõe a hominização de Deus. (...) É a abertura para o todo e para o infinito que faz com que o ser humano seja humano. O homem é homem porque ultrapassa infinitamente a si mesmo, e por isso ele é tanto mais homem quanto menos ele fica fechado em si, “limitado”. Nele (Jesus Cristo), o passo da hominização chegou realmente a seu objetivo.⁷⁰²

Conclui-se que é mais humano, e até o ser humano por excelência, aquele que é mais ilimitado, que é um com Jesus Cristo, o ser humano exemplar. A superação fundamental de si próprio, segundo a fé cristã, é determinante para que o ser humano e o ser divino formem uma unidade

Mas há um segundo aspecto que deve ser considerado a partir desta ideia de “ser humano exemplar”, trata-se do fato que a existência de Jesus diz respeito a toda humanidade. Jesus não é uma exceção absoluta. Ele, como ser humano exemplar em que se manifesta plenamente a verdadeira figura do homem segundo a ideia de Deus, é a meta última da humanidade. O Novo Testamento o chama de “Adão”, palavra usada para indicar a unidade do ser humano como um todo, como justifica Ratzinger:

Se Jesus é chamado de “Adão”, há nisso a intenção de afirmar que ele é destinado a reunir em si todo o ser de “Adão”. Podemos concluir, portanto, que aquela realidade que Paulo chama de “corpo de Cristo”, uma expressão que para muitos hoje parece incompreensível, constitui uma exigência intrínseca dessa existência que não pode ser uma exceção, pois deve “atrair a si” (Jo 12,32) toda a humanidade.⁷⁰³

Diante desse caráter universal, de reunir em si toda a humanidade e levá-la a plenificação, compreende-se que o movimento da existência humana tem algo maior que ela mesma. A fé vê em Jesus o ser humano pleno porque já superou a condição humana limitada, encerrada numa existência monádica. Em Jesus, e por isso ele é o fator de humanização,

⁷⁰² RATZINGER, J. *Introdução ao Cristianismo*, p. 175.

⁷⁰³ RATZINGER, J. *Introdução ao Cristianismo*, p. 176.

a personalização e a socialização, em vez de se excluírem, se confirmam; nele a máxima união e a maior individualidade são uma e a mesma coisa; ele é o ser humano em que a humanidade atinge seu futuro, tornando-se, em grau máximo, ela mesma, porque, nele, ela toca no próprio Deus, participa dele e alcança a sua possibilidade verdadeira.⁷⁰⁴

Assim, a fé compreende que Cristo é o unificador da existência da humanidade, o sentido da humanidade, isto é, é o começo de um movimento em que a humanidade dividida é integrada no ser de um único Adão. Neste Adão todo ser humano estará “socializado” sem ser dissolvido, incorporado num todo único sem deixar de ser ele próprio, tal como ele é. Daqui nasce a ideia paulina de “corpo de Cristo”, ou mais enfaticamente: “Todos vós sois um só em Jesus Cristo” (Gl 3,28).

Além da teologia paulina, João também aponta nessa direção comum: “Quando eu for elevado da terra, atrairei a mim todos os homens” (Jo 12,32). Interpretando a morte de Cristo na cruz na teologia joanina, a qual ocupa o lugar central no quarto Evangelho, Ratzinger descreve que “o evento da crucificação aparece como um ato de abertura pelo qual as mônadas-homens dispersas são abrigadas, pelo abraço de Jesus Cristo, no amplo espaço de seus braços abertos, para chegar nessa união à sua verdadeira meta, à meta da humanidade”.⁷⁰⁵

Novamente é reafirmado que Cristo não é o homem para si, mas essencialmente o homem para os outros. A vida do cristão, a vida nova em Cristo, é a recusa de ficar preso em si mesmo, é a opção por ser totalmente aberto. A vida cristã é, então, “um ser para”, é uma existência atual-dinâmica, é abertura no movimento entre o “de” e o “para”, é “páscoa”. Cristo é inteiramente “para”, pois deixou de ser realmente um ser individual, para ser “Adão” de cujo lado é formado Eva, a nova humanidade:⁷⁰⁶

⁷⁰⁴ RATZINGER, J. *Introdução ao Cristianismo*, p. 178.

⁷⁰⁵ RATZINGER, J. *Introdução ao Cristianismo*, p. 179.

⁷⁰⁶ Ratzinger, para chegar a estas conclusões, reflete algumas imagens bíblicas que compreendem este mistério da abertura de Cristo à humanidade. Recorda aquela descrição profunda do Antigo Testamento que diz ser a mulher tirada do lado do homem (Gn 2,21ss), bem como o relato do evangelho de João que apresenta o lado aberto de Cristo como sinal de abertura: “um dos soldados feriu-lhe o lado com a lança e imediatamente saiu sangue e água” (Jo 19,34). Nesse quadro descrito por João, do lado transpassado, culmina a cena da cruz e, com ela, toda a história de Jesus. Sua existência não conhece delimitações, ele é agora inteiramente “para”.

O lado aberto do novo Adão repete o mistério da criação, com o “lado aberto” do homem: ele é o começo de uma união nova e definitiva entre os homens; seus símbolos são aqui o sangue e a água, com que João remete aos sacramentos básicos dos cristãos, o batismo e a eucaristia, e, através deles, à Igreja como sinal da nova união entre os seres humanos.⁷⁰⁷

O evento da cruz não é somente um fato histórico, mas é um início e também futuro. A fé cristã não se prende no que aconteceu no passado, nem é tampouco um olhar fixado no eterno. É, sobretudo, um dinamismo criativo, isto é, desde Abraão até o retorno do Senhor, a fé vai ao encontro daquele que virá, sabendo que em Cristo, a face daquele que virá já se tornou manifesta. Assim é possível dizer que, para a história, Deus está no fim do percurso, mas, para o ser, ele está no início, de modo que Deus no mundo e o mundo em Deus sejam verdadeiramente o ômega da história.⁷⁰⁸

É como Verdadeiro Deus e Verdadeiro Homem que Jesus realiza o sacerdócio, a função do mediador, transportando em si, assumindo em si o sofrimento e a paixão do mundo, transformando-os em grito a Deus, levando-os diante dos olhos e das mãos de Deus, e assim levando-os realmente ao momento da Redenção. Ele ofereceu não só orações e súplicas, mas sobretudo ofereceu a si mesmo.⁷⁰⁹ A cruz é o altar do seu ofertório, do seu sacrifício. A angústia do Monte das Oliveiras, o grito da Cruz, todo o seu sofrimento não são uma coisa ao lado da sua grande missão. Precisamente deste modo Ele oferece o sacrifício, com o qual se torna sacerdote. A Carta aos Hebreus com este “ofereceu”, demonstra a realização do seu sacerdócio, assim leva a humanidade a Deus, deste modo faz de mediador, faz-se sacerdote.

Portanto, Jesus não ofereceu a Deus algo, mas ofereceu-se a si mesmo e este oferecer-se a si mesmo realiza-se precisamente nesta compaixão, que transforma em oração e em grito ao Pai o sofrimento do mundo. Neste sentido também o sacerdócio cristão não se limita ao ato cultural da Santa Missa, no qual

⁷⁰⁷ RATZINGER, J. *Introdução ao Cristianismo*, p. 179.

⁷⁰⁸ RATZINGER, J. *Introdução ao Cristianismo*, pp. 180-181.

⁷⁰⁹ Na realidade a Carta aos Hebreus diz que “ofereceu orações e súplicas”, “gritos e lágrimas” (5, 7). É uma tradução justa do verbo *propherein*, que é uma palavra cultural e exprime o ato da oferenda dos dons humanos a Deus, exprime precisamente o ato do ofertório, do sacrifício.

tudo é colocado nas mãos de Cristo, mas toda a compaixão em relação ao sofrimento deste mundo tão distante de Deus, é ato sacerdotal, é oferecimento.⁷¹⁰

(b) O sacerdócio de Melquisedec⁷¹¹

A Carta aos Hebreus faz menção ao sacerdócio de Melquisedec. Pergunta sobre a necessidade de outro sacerdote, segundo a ordem de Melquisedec, e não “segundo a ordem de Aarão”. Declara que está ab-rogada a prescrição anterior porque era fraca e sem valor (7, 18) e que chegou o tempo do sacerdócio com o poder de vida imperecível (7,16), que permanece para a eternidade, um sacerdócio imutável (7,24).

Melquisedec é uma figura misteriosa que entra na história sagrada em Gênesis 14: depois da vitória de Abraão sobre alguns Reis, aparece o Rei de *Salem*, de Jerusalém, Melquisedec, e traz pão e vinho. Uma história não comentada e um pouco incompreensível, que aparece de novo só no Salmo 110. A Carta aos Hebreus não faz especulações, mas se refere apenas ao quanto diz a Escritura, e são diversos elementos: é Rei de justiça, habita na paz, é Rei onde reina a paz, venera e adora o Deus Altíssimo, o Criador do céu e da terra, e leva pão e vinho (cf. Hb 7, 1-3; Gn 14, 18-20). Não é comentado que aqui aparece o Sumo Sacerdote do Deus Altíssimo, Rei da paz, que adora com pão e vinho o Deus Criador do céu e da terra.⁷¹²

Melquisedec é Rei de *Salem*. Jerusalém é central para a fé judaica. Toda a tradição davídica se referiu a Jerusalém como o lugar do verdadeiro culto. A concentração do culto a Jerusalém já vem dos tempos abraâmicos, Jerusalém é o verdadeiro lugar da veneração justa de Deus. Mas a partir de Cristo, a verdadeira Jerusalém, a *Salem* de Deus, é o Corpo de Cristo, a Eucaristia é a paz de Deus

⁷¹⁰ Tal perspectiva traz inúmeras incidências pastorais, sobretudo a necessidade de entender e aprender a aceitar mais profundamente os sofrimentos da vida pastoral, a dor humana, as feridas existenciais, o acolhimento misericordioso de tantas pessoas marcadas pelo pecado, porque é exatamente esta a ação sacerdotal; agir assim como Cristo, *sacerdote misericordioso*, é mediação. Sacerdócio é entrar no mistério de Cristo, é comunicação com o mistério de Cristo, muito real e essencial, existencial e depois sacramental. Por isso, iniciamos este tópico com o artigo intitulado “*A cruz é o fundamento e centro do sacerdócio cristão*”.

⁷¹¹ Cf. JROC, XII, p. 325-327.

⁷¹² Ratzinger ainda destaca que os Padres ressaltaram que é um dos santos pagãos do Antigo Testamento e isto mostra que também do paganismo há um caminho para Deus e os critérios são: adorar o Deus Altíssimo, o Criador, cultivar justiça e paz, e venerar Deus de modo puro. Assim, com estes elementos fundamentais, também o paganismo está a caminho rumo a Cristo, torna de certa forma presente a luz de Cristo.

com o homem. Sabemos que São João, no Prólogo, chama a humanidade de Jesus “a tenda de Deus” (Jo 1, 14). Aqui o próprio Deus criou a sua tenda no mundo e esta tenda, esta nova, verdadeira Jerusalém está, ao mesmo tempo, na terra e no céu, porque este Sacramento, este sacrifício se realiza sempre entre nós e chega sempre até ao trono da Graça, à presença de Deus. Aqui é a verdadeira Jerusalém, ao mesmo tempo, celeste e terrestre, a tenda, que é o Corpo de Deus, que como Corpo ressuscitado permanece sempre Corpo e abraça a humanidade e, ao mesmo tempo, sendo Corpo ressuscitado, nos une com Deus. Tudo isto se realiza sempre de novo na Eucaristia. Por isso, Ratzinger relaciona diretamente a eclesiologia eucarística com o ministério sacerdotal, de tal modo que, os sacerdotes são chamados a ser ministros deste grande Mistério, no Sacramento e na vida.

5.1.3 - O sacerdote como mediador e servidor de Cristo à luz da mensagem do NT⁷¹³

Vimos até agora que o sacerdócio do Novo Testamento tem uma estrutura inteiramente cristológica, pois significa a inserção do homem na missão de Jesus Cristo. Ele constitui a essência e fundamento para o ministério sacerdotal da Igreja. Tratamos também do sacerdócio de Cristo na Carta aos Hebreus, único texto a falar explicitamente do seu sacerdócio (segundo Melquisedec!), da nova e verdadeira liturgia realizada na cruz, *o dia da reconciliação cósmica*, que Ele realizou não com sangue de animais, mas *seu sangue derramado por nós*, não como oferenda de *uma* coisa, mas oferta oblativa de si mesmo, da totalidade de sua existência. Aquele que era juridicamente um leigo, era, na realidade, como bem expressa a Carta aos Hebreus, o único e verdadeiro sacerdote do mundo.⁷¹⁴ Agora precisamos adentrar na fé e mentalidade geral do Novo Testamento: de Cristo ao ministério cristão como mediador e servidor de Cristo.

O que, então, significa o sacerdócio da Igreja segundo o Novo Testamento? Ele existe de alguma forma ou trata-se de uma invenção eclesial? Não deveria ter

⁷¹³ Esse tópico visa abordar o problema da identidade do sacerdote segundo o NT, na leitura de Ratzinger. Trata-se de um tema vasto, com muitas leituras e caminhos de abordagem. Devido a limitação do trabalho, escolhemos perquirir aqui duas ideias centrais: o sacerdote como *mediador e servidor* como elementos fundamentais da teologia sacerdotal do NT. Tal perspectiva será o fundamento do ser e fazer do bispo hoje. O sentido do ministério episcopal está em ser mediador e servidor.

⁷¹⁴ Cf. JROC, XII, p. 326.

permanecido sem sacralização nem sacramentalização em estreita sintonia com o que é mais antigo? Em que consiste propriamente o sacerdócio?

Para responder adequadamente a estas perguntas, Ratzinger afirma que não bastam meras investigações terminológicas sobre a distinção inicial e a fusão que aconteceu posteriormente entre os conceitos de “presbíteros”/“episkopos” e “hierós” (sacerdote). É necessário partir da relação entre o Antigo e o Novo Testamento, assim como da compreensão apostólica da comunidade primitiva.⁷¹⁵ A chave de interpretação de conjunto seria a unidade mediada cristologicamente entre Antigo e Novo Testamento.

Deve-se rechaçar uma concepção que pressuponha nos elementos do culto e do sacerdócio a ruptura total com a história salvífica pré-cristã, e negue a conexão entre o sacerdócio vetero-testamentário e o do Novo Testamento. Pois, desta maneira, o Novo Testamento não seria a realização, mas uma contraposição à Antiga Aliança; a unidade interna da história salvífica seria destruída. Através do sacrifício de Cristo e sua aceitação na ressurreição, toda a herança cultural e sacerdotal da Antiga Aliança foi entregue pela Igreja. Toda esta plenitude do sim cristão deve ser sublinhada diante de uma redução da Igreja a uma sinagoga; só assim se compreende a largueza e a profundidade do ministério da sucessão apostólica.⁷¹⁶

Noutras palavras, a grandeza e a profundidade do acontecimento neotestamentário só é compreensível à luz do Antigo e as promessas veterotestamentárias tem seu cumprimento em Cristo Jesus. Na ressurreição de Cristo o templo foi construído de uma forma nova através do próprio poder de Deus (*Jo* 2,19). Este templo vivo – Cristo – é ele mesmo o novo sacrifício, que tem no corpo de Cristo, a Igreja, seu hoje permanente. A partir dele e nele existe o verdadeiro ministério sacerdotal do novo culto, no qual se realizam todas as “figuras”.⁷¹⁷ Assim, compreende-se que o sacerdócio e o culto não são coisas do passado, mas realidade vital da Igreja que celebra o culto da Cruz.

⁷¹⁵ Ratzinger não escolhe o caminho da evolução terminológica, mas teológica, sobretudo a partir da relação entre o AT e NT, para explicar o sacerdócio da Nova Aliança. Em todos seus artigos referentes a este tema, o teólogo alemão considera a unidade entre o AT e o NT, na perspectiva de que o NT supõe um cumprimento essencial em que tudo é assumido, mas de forma transformada, mas plena, realizada em Jesus Cristo. Por isso, Jesus é o fundamento do novo ministério. O Novo Testamento não supõe uma ruptura essencial com o Antigo, mas um cumprimento essencial em que tudo é assumido de forma transformada e, justamente na renovação, tudo se conserva.

⁷¹⁶ RATZINGER, J. *Convocados en el camino de la Fe*, p. 179.

⁷¹⁷ Ratzinger recorda que no cânone romano, depois da Consagração, temos a oração *supra quae*, que menciona algumas prefigurações de Cristo, do seu sacerdócio e do seu sacrifício: Abel, o primeiro mártir, com o seu cordeiro; Abraão, que sacrifica na intenção o filho Isaac, substituído pelo cordeiro dado por Deus; e Melquisedec, Sumo Sacerdote do Deus Altíssimo, que leva pão e

De acordo com os dados do Novo Testamento, na Igreja de Jesus Cristo não há sacerdotes. Só um é “Sumo Sacerdote”, Jesus. Em seu seguimento estão os apóstolos, os “episcopos”, os presbíteros, os diáconos.⁷¹⁸ Estas são as principais denominações dos novos serviços que aparecem e que, para o ministério neotestamentário e sua autocompreensão, não se tomou o conceito de *hierós* (sacerdotes). Qual a relação então entre os ministérios e o sacerdócio?

Os ministros são enviados para realizar um serviço, dar continuidade ao próprio ministério de Jesus. Este realizou uma missão sacerdotal, um sacerdócio existencial, de oferta total de si, em prol de, para os outros, tão logo a Igreja compreende a configuração ministerial e sacerdotal dos ministros com Cristo Sacerdote. Ratzinger explica este novo elemento fundamental do ministério neotestamentário: “é, de acordo com sua estrutura, vicária, é estar no lugar do outro, isto é, no lugar de Jesus Cristo. E isto difere, uma vez mais, decisivamente, do ofício sacerdotal não cristão”.⁷¹⁹ Se o sacerdote não cristão é um titular *autônomo* de seu ofício, o sacerdote cristão nunca é um mediador autônomo, não age por si mesmo, é sempre vicário: “Ele é só o representante, que não fala nem atua para si mesmo, mas para aquele que nos representou a todos e nos representa, e que agora quer ser representado por meio de nós [sacerdotes]”.⁷²⁰ Assim, a partir dele e nele [Jesus Cristo] existe o verdadeiro ministério sacerdotal do novo culto, representado pelos ministros de Cristo no hoje da Igreja. Tem sua referência no Antigo Testamento, mas o fundamento em Cristo Servo:

O sacerdócio da Igreja é continuação e recepção do sacerdócio veterotestamentário, que, justamente na novidade radical e transformadora, encontra sua autêntica realização. [...] O sacerdócio do Novo Testamento se encontra em continuidade com o Senhor que lava os pés: sua grandeza só pode consistir em sua humildade.⁷²¹

vinho. Isto significa que Cristo é a novidade absoluta de Deus e, ao mesmo tempo, está presente em toda a história, através da história, e a história vai ao encontro de Cristo. E não só a história do povo eleito, que é a verdadeira preparação desejada por Deus, na qual se revela o mistério de Cristo, mas também pelo paganismo se prepara o mistério de Cristo, existem caminhos para Cristo, o qual leva tudo em si.

⁷¹⁸ Pelos escritos dos santos Clemente Romano e Inácio de Antioquia, deduzimos a existência e a difusão, na Igreja subapostólica, de três graus de ministério ordenado: o episcopado, o presbiterato e o diaconato.

⁷¹⁹ JROC, XII, p. 337.

⁷²⁰ JROC, XII, p. 337.

⁷²¹ RATZINGER, J. *Convocados en el camino de la Fe*, p. 180.

A existência sacerdotal na Igreja, ou seja, o ministério sacerdotal na Igreja só pode ser entendida enquanto relacionada ao ministério de mediação de Jesus Cristo, que é ao mesmo tempo exclusivo e inclusivo. Não se pode entender a partir de um esquema cútico-teológico geral, mas que tem seu ponto de partida, sua condição de possibilidade na figura de Jesus Cristo. Nesse sentido, para Ratzinger, “o ministério de sacerdote e mediador de Jesus Cristo tem seu lugar de consumação na cruz e seu pressuposto e fundamento na encarnação, que o estabeleceu como Filho, e, assim como ‘sumo sacerdote dos bens futuros’ (Hb 9,11)”.⁷²²

A norma imediata e o ponto de partida do ministério é o apostolado. Enquanto prolongamento da missão de Cristo, o apostolado consiste no encargo de evangelizar, mas o serviço da palavra, que o ministério representa, deve ser entendido a partir da *palavra que se fez carne* e foi crucificada. A partir da encarnação e da cruz compreende-se a missão mediadora de Cristo.

A teologia (paulina) de apostolado permite, em princípio, uma compreensão do sacerdote como mediador, enquanto que o serviço de mediação de Cristo se realiza e está representado na ação e sofrimentos do apóstolo. Mas, “o sacerdote só é ‘mediador’ enquanto servidor de Cristo”.⁷²³ Assim, não existe nenhum outro sacerdote, na Igreja, senão Cristo, isto é, o sacerdócio de Cristo é único. O sacerdócio ministerial na Igreja existe em Cristo e para Cristo. O ministro participa do sacerdócio de Cristo na medida em que serve a Ele, na condição de mediador.

“Mediador” não é a principal categoria bíblica para explicar o sacerdócio ministerial no Novo Testamento. É, antes, um conceito um tanto marginal, que não chegou a ser um conceito central de interpretação da realidade cristã, assim como não foi um conceito específico de Cristo, nem entrou nas confissões de fé, isto é, é um conceito de segunda ordem que não forma o depósito central da Tradição. No entanto, Ratzinger o toma com grande valorização a partir de sua presença positiva na Carta aos Hebreus e na Primeira de Timóteo.⁷²⁴

⁷²² JROC, XII, p. 95.

⁷²³ JROC, XII, p. 95.

⁷²⁴ Cf. JROC, XII, pp. 80-84. O conceito *mediador* também é utilizado em Gl 3,19s, mas num sentido negativo, quando discute a mediação de que a lei necessitava, quando Paulo tenta explicar o aspecto meramente provisional da lei, em contraposição a promessa feita a Abraão, que se cumpriu em Cristo. Não é a lei, ou mediador dela, mas o próprio Deus quem cumpre a promessa.

A Carta aos Hebreus denomina Jesus como *mediador* (8,6; 9,15; 12,24). O novo do cristianismo (em relação ao AT) consiste em que agora, no lugar dos anjos, aparece o Filho. O contato direto com Deus não exclui a ideia de mediador. Na mesma linha, 1Tm 2,5 afirma que: “Há um só Deus e único também é o mediador entre Deus e os homens: o homem Jesus Cristo”.

Segundo Ratzinger, ao usar o conceito de mediador, a Carta aos Hebreus quer mostrar o quanto está superado todo o conjunto cúlrico do Antigo Testamento, o qual alcançava tão somente uma realidade intramundana, mas que agora, com Jesus Cristo, chega-se ao autêntico âmbito divino, na realidade mesma. Somente Cristo, que se entrega a si mesmo na cruz, sai do âmbito das imagens, ao morrer a morte real de um homem, passa pelo muro divisório que limita nossa existência terrena e chega ante a glória celeste do Deus vivo. Assim, “o realismo da cruz é para o autor da carta aos Hebreus a autêntica resposta ao culto das sombras da antiga aliança, isto é, é o sacerdócio real e a real mediação até Deus”.⁷²⁵ Também a carta a Timóteo trabalha nessa íntima conexão entre a mediação e a cruz, entre a mediação e o sacerdócio, quando fala que este mediador “se entregou em resgate por todos” (2,6).

A partir desses dados, Ratzinger chega a uma afirmação decisiva: a carta aos Hebreus entende sua teologia da mediação de Cristo como teologia do sacerdócio de Cristo, pois o fato de que Cristo seja mediador em um sentido pleno e verdadeiro significa que ele é o sacerdote autêntico, único real e verdadeiro. Assim, os conceitos *mediador* e *sacerdote* estão intimamente unidos. Dessa compreensão de Cristo como mediador, da mediação de Cristo, resultam duas características, segundo Ratzinger:

- a. Esta mediação é exclusiva porque – paradoxalmente – é inclusiva:

A mediação que Jesus realiza até Deus em favor dos homens não se insere em uma série de outras muitas possíveis mediações, mas é a única mediação autêntica do ser humano até Deus, de tal sorte que todas as demais mediações não merecem este nome. Jesus exclui qualquer outra mediação a Deus porque pode incluir tudo em si, porque sua mediação tem validade para todos os lugares e em todos os tempos. Sua singularidade se fundamenta em sua universalidade e sua universalidade deriva de sua singularidade.⁷²⁶

⁷²⁵ JROC, XII, p. 82.

⁷²⁶ JROC, XII, p. 83.

b. A singularidade da mediação de Cristo está fundada no realismo da cruz, fruto da iniciativa de Deus:

O realismo da cruz é o fundamento autêntico da mediação de Cristo. É claro que a importância da cruz depende por sua vez de que Deus instituiu a Cristo, enquanto “Filho”, como sumo sacerdote e o capacitou para celebrar a liturgia cósmica que ninguém podia realizar por si mesmo (Hb 5,5; 9,11). Nesse sentido, a raiz genuína da mediação de Cristo é instituição de Deus mesmo: só o Filho podia, nesse sentido, ser mediador. O homem Jesus só pode ser mediador dos homens para Deus porque Deus nele se fez mediação para os homens.⁷²⁷

Destarte, no mediador Cristo encontramos imediatamente a Deus, e Deus mesmo se mostra como o verdadeiro mediador: Cristo é a imediatez da mediação. Jesus mesmo é a imediatez porque é Deus conosco, o Emanuel. A cruz, por sua vez, é o lugar de realização da mediação de Cristo; também é o lugar da instituição por parte do Pai para o ministério sacerdotal de Jesus, como serviço de mediador.

Como consequência principal para a Igreja, associada a Cristo, isto é, edificada em Cristo como seu corpo, está o fato de participar de sua mediação: “é mediação até Deus, porque é a forma sob a qual Cristo prolonga sua presença atual na história. A íntima interpenetração de cristologia e eclesiologia permite ampliar o conceito de mediação sem lesionar a singularidade da mediação de Cristo”.⁷²⁸ Por isso, a Igreja, e nela o ministro, não é um mediador autônomo, mas sempre vigário de Cristo, ou melhor, servo de Cristo.

A referência ao caráter vicário do ministério, na qual se é representante do Sacerdote propriamente dito, significa que no ministro que atua segue atuando o próprio Cristo. Na deficiência de cada servo é Cristo que leva a cabo a salvação do mundo. O “servidor” (= ministro da Igreja) será sempre servo *dos outros*, sempre a serviço *com os outros*. Neste *com* está o núcleo mais profundo do que o Concílio chama de “colegialidade”.⁷²⁹

Portanto, o ministério sacerdotal só será compreendido enquanto ordenado ao ministério de mediação de Jesus Cristo. A figura de Jesus é o ponto de partida para pensarmos o sacerdócio cristão e, nele, o ministério episcopal enquanto

⁷²⁷ JROC, XII, p. 83.

⁷²⁸ JROC, XII, p. 84.

⁷²⁹ JROC, XII, p. 338.

forma básica do sacramento da ordenação sacerdotal,⁷³⁰ e a forma de poder eclesiástico que nasce da estrutura apostólica desde o começo do cristianismo.

5.1.4 - O sacerdócio como serviço

Jesus resumiu todos os múltiplos aspectos do seu Sacerdócio na única frase: “O Filho do Homem não veio para ser servido, mas para servir e dar a vida em resgate por muitos” (Mc 10, 45). Servir, e nisto entregar-se a si mesmo; não viver para si próprio, mas para os outros, do lado de Deus e em vista de Deus: este é o núcleo mais profundo da missão de Jesus Cristo e, ao mesmo tempo, a verdadeira essência do seu Sacerdócio. Assim, Ele fez do termo “servo” o seu título de honra mais elevado. Com isto, realizou uma alteração dos valores, ofereceu-nos uma nova imagem de Deus e do homem. O seu Sacerdócio não é domínio, mas serviço: este é o novo Sacerdócio de Jesus Cristo segundo Melquisedec.⁷³¹

No cristianismo, o serviço, o estar voltado para o outro, o viver para o outro é a *verdadeira diaconia instaurada por Cristo*. A fé cristã não parte de indivíduos atomizados, mas da convicção de que não existe o ser humano isolado. O ser humano é um ser integrado no todo, na humanidade, no cosmos. Os seres humanos vivem uns dos outros num sentido muito concreto e complexo. É o ser que só pode ser a partir dos outros. É essencialmente um ser de relações. É um ser com os outros em todos os sentidos. Nele está presente o passado e o futuro da humanidade. A história é parte integrante de cada ser, ao mesmo tempo que caracteriza por estar voltado para o futuro. Noutras palavras, o ser humano só existe como ser humano na trama da história e na perspectiva do futuro.

É assim que a fé cristã compreende o ser humano. Não o trata como uma mônada, mas se refere ao ser humano que existe ao lado de outros seres humanos numa trama coletiva de inter-relacionamentos que determinam seu ser. O seu sentido consiste em servir à história como história, rompendo ou transformando as

⁷³⁰ JROC, XII, p. 43.

⁷³¹ Em um volume italiano, comemorativo pelos seus setenta e cinco anos, tocava mais uma vez sobre a questão sacerdotal: “Precisamos de menos discussões e mais oração (...). O sacerdócio do Novo Testamento está no seguimento do Senhor que lava os pés. A sua grandeza pode consistir somente na sua humildade. Grandeza e pequenez caminham juntas, quando Cristo, o maior, se fez pequeno e assumiu o último lugar. Ser sacerdote significa entrar nesta comunidade de pequenos e participar assim da glória comum da redenção” (RATZINGER, J. *La Comunione nella Chiesa*, p. 187). Vale também conferir: BENTO XVI. *Homilia*. Ordenação episcopal a cinco prelados. Festa Litúrgica do Santíssimo Nome de Maria. Basílica Vaticana. Sábado, 12 de Setembro de 2009. Disponível em: w2.vatican.va/content/benedict-xvi/pt/homilies/2009/documents/hf_ben-xvi_hom_20090912_ord-episcopale.html

grades coletivas que definem o lugar da existência. Destarte, ser cristão é participar de uma *diaconia* em prol do todo.⁷³²

A verdadeira lei fundamental da existência cristã (por consequência do sacerdócio cristão) se encontra no termo “em prol de”. A fé cristã não requisita o indivíduo para si mesmo, mas para o todo. Tal como Jesus não viveu para si, mas “em prol de vós”, isto é, com uma existência aberta que possibilita e cria a comunicação de todos entre si. Noutras palavras, a existência de Cristo se exprime como existência exemplar na cruz. Anunciando e interpretando a sua morte, ele pode dizer: “Eu vou e venho a vós” (Jo 14,28).

Esta implicação da existência de Cristo exige um significado próprio para o ser cristão, em especial para o ser ministro: ser cristão significa essencialmente passar do ser em prol de si mesmo para o ser em prol dos outros. A opção fundamental do cristão, isto é, a aceitação da maneira cristã de ser, significa o abandono de uma atitude de centralização em si e a adoção da existência de Jesus Cristo, voltada totalmente para o todo. “Seguimento da cruz” torna-se expressão da ideia fundamental do ser cristão que, deixando para trás o isolamento e a tranquilidade do próprio eu, afasta-se de si mesmo, para, contrariando o próprio eu, seguir o crucificado e colocar-se a serviço dos outros.⁷³³

Jesus estabelece o princípio cristão do “em prol de”: “Quem ama a sua vida perde-a; e quem deixa de se apegar a ela neste mundo a guardará para a vida eterna” (Jo 12,25). No entanto, diante da prática do êxodo da autotransposição, é necessário acrescentar o sentido evangélico da reciprocidade. Quem quer apenas dar, sem estar pronto para receber, quem viver apenas para os outros, sem reconhecer que ele próprio também vive da doação inesperável e improvável dos outros, desconhece a condição fundamental do ser humano e destrói o verdadeiro sentido da reciprocidade.

Para ser fecunda, a autotransposição precisa ser aceita pelo outro. Precisa, sobretudo, ser aceita pelo homem-Deus Jesus Cristo, que é o verdadeiro outro da humanidade, ao mesmo tempo que é totalmente um com ela. A aceitação gera a

⁷³² Cf. RATZINGER, J. *Introdução ao Cristianismo*, pp. 182 - 186.

⁷³³ Ratzinger trabalha com as abundantes imagens bíblicas de êxodos para exprimir esse ser “em prol de”. A partir da figura de Abraão, passando pelo êxodo clássico do AT, a saída do Egito, percorre os diversos êxodos narrados na Bíblia como ideia fundamental que caracteriza a existência do povo de Deus: a prática do êxodo da autotransposição. A imagem da Páscoa de Cristo é categórica para tal princípio (Cf. RATZINGER, J. *Introdução ao Cristianismo*, pp. 182 – 186).

fraternidade total e inseparável entre Jesus e os homens. Assim, compreende-se o ser “em prol de” como princípio da existência humana que, quando é integrado pelo princípio do amor, se transforma no lugar da manifestação do divino no mundo. O ser humano pode vislumbrar Deus ao mesmo tempo em que o percebe como ser totalmente diferente, alteridade total, de modo que Deus fica incognoscível.

Assim, o poder eclesiástico deverá sempre ser compreendido como serviço, uma vez que a característica essencial do ministério é o serviço, fundamentalmente serviço *a Cristo*, que envolve o serviço aos outros, uma vez que Cristo é a origem e o fim do serviço apostólico. A radicalidade dessa assertiva ratzingeriana é expressa pela categoria de relação:

É significativo para nossa questão que o conceito de *servo* seja um conceito de relação. Servo é alguém em relação com outro. Quando o sacerdote é definido como servo de Jesus Cristo, isto significa que sua existência está essencialmente determinada de forma relacional: o fato de estar orientado para o Senhor configura a natureza de seu ministério de uma forma tal que se estende para dentro de seu próprio ser. Ele é servidor de Cristo, para, a partir dele, ser com ele e para ele servidor dos homens. A relação com Cristo não se contrapõe à orientação para a comunidade (para a Igreja), mas, ao contrário, é o seu próprio fundamento e somente esta relação concede a esta orientação a sua profundidade absoluta. Ser remetido a Cristo significa ser introduzido em sua própria existência de servo, e estar com ele a serviço do “corpo”, da Igreja. Justamente porque o sacerdote pertence a Cristo, pertence de forma radical aos homens. Somente assim pode se dedicar a ele de forma tão profunda e incondicional. Isto significa, novamente, que a compreensão ontológica do ministério sacerdotal, que se estende ao interior do ser com o qual está unido, não se opõe à seriedade do funcional, da dimensão social, mas alcança uma radicalidade no servir que não seria pensável no âmbito meramente profano.⁷³⁴

Aqui radica a fundamentação estritamente cristológica e eclesiológica do sacerdócio ministerial da Nova Aliança. O sacerdócio cristão é, essencialmente, configuração a Cristo Servo, por isso trata-se de um sacerdócio existencial vivido na liberdade e serviço à humanidade. Assim, o episcopado será sempre dom e serviço, tal como expressa o Concílio Vaticano II.

De acordo com a concepção do Vaticano II, a hierarquia tem uma função essencialmente ministerial, de serviço. Ela existe “para apascentar e aumentar o

⁷³⁴ RATZINGER, J. *Convocados en el camino de la Fe*, p. 168.

Povo de Deus” (LG 18). Constantemente o Concílio nos lembra o exemplo de Cristo que veio para servir e não para ser servido: assim também a Igreja “não foi instituída para buscar a glória terrestre, mas para proclamar, também pelo seu próprio exemplo, a humildade e a abnegação” (LG 8). Note-se ainda que o sacerdócio hierárquico, precisamente na passagem essencial onde é confrontado com o sacerdócio comum, é designado como “sacerdócio ministerial” (LG 10): existe para a comunidade e em função dela (LG 20). “Esta missão, portanto, que o Senhor confiou aos Pastores do seu povo, é um verdadeiro serviço, que nas Sagradas Escrituras significativamente se chama ‘diakonia’ ou ministério” (LG 24).⁷³⁵

Os Bispos têm indiscutivelmente “autoridade e sacro poder”, “mas deste poder não usarão senão para edificar sua grei na verdade e santidade, lembrados de que quem é o maior deve portar-se como o menor, e o que manda como quem serve” (LG 27). “O Bispos, enviado pelo Pai de família para governar sua família, tenha diante dos olhos o exemplo do Bom Pastor, que veio não para ser servido, mas para servir e para dar a sua vida pelas ovelhas” (LG 27). Daí também a recomendação do Decreto *Christus Dominus*: “No exercício de seu ofício de pai e pastor, estejam os Bispos no meio dos seus como quem serve” (16). Constituídos a favor dos homens nas coisas que se relacionam com Deus (CD 15), têm eles uma só grande missão: salvar as almas (CD 19). Por conseguinte será esta sua norma suprema: o bem da grei do Senhor (CD 25).

5.1.5 - A questão da sucessão dos Apóstolos

Até aqui demonstramos o ponto de partida cristológico e o centro cristológico do novo ministério: a participação no próprio poder da missão de

⁷³⁵ A afirmação do caráter “serviçal” da autoridade eclesiástica poderia levar-nos também a duas perigosas consequências na concepção constitutiva da própria Igreja: a de atribuir uma prioridade à comunidade, reconhecendo-lhe poderes carismáticos eficientes e próprios; e a de menosprezar o aspecto potestativo da Igreja, com acentuado descrédito das funções canônicas na sociedade eclesial, de onde nasceu a opinião de uma liberdade indiscriminada, de um pluralismo autônomo e uma acusação de “juridismo” à tradição e à praxe normativa da Hierarquia. Perante estas interpretações que não correspondem fundamentalmente aos desígnios de Cristo e da Igreja, vale recordar que a autoridade, ou seja, o poder de coordenar os meios aptos para alcançar o objetivo da Igreja, não é contrária à efusão do Espírito no Povo de Deus, mas sim veículo e guarda. Não podemos contrapor Instituição e Carisma. Podemos conferir, por exemplo, a Carta *Iuvenescit Ecclesia* sobre a relação entre dons hierárquicos e carismáticos para a vida e a missão da Igreja, de 15 de maio de 2016, da Congregação para a Doutrina da Fé.

Jesus. Agora, convém tratar de uma segunda coluna mestra da doutrina sobre o sacerdócio da Nova Aliança: o modo como o Novo Testamento reflete a *successio apostolorum*, a transição da era apostólica para a era pós-apostólica.

O serviço apostólico vai fortalecendo tanto a unidade na diversidade das Igrejas quanto a estruturação do poder eclesiástico. Os apóstolos transmitem a sua responsabilidade a outras figuras, como, por exemplo, a Tito e a Timóteo. Desta maneira, ao fim dos tempos apostólicos, dá-se como cristalizado o poder episcopal. Com o advento do poder judeu-cristão dos presbíteros, o binômio cristão-helenístico de bispos e diáconos, transforma-se no tríplice poder: bispo – presbítero – diácono. Mas a delimitação entre o poder do “bispo” e o do “presbítero” só se torna clara com o correr do tempo e, além do mais, a sua evolução não foi igual em todos os setores do cristianismo. A identidade que se notava inicialmente entre as duas instituições (At 20, 17.28), desapareceu em seguida, primeiramente no oriente e depois também no ocidente.⁷³⁶

A estruturação em cada comunidade cristã se desenvolve verticalmente (bispo-presbítero-diácono), mas fundamentalmente se estabelece uma estruturação horizontal, que consiste no fato de cada bispo possuir o seu episcopado, mas somente se ele estiver em *comunhão* com os outros bispos. Efetivamente, nenhum dos bispos é sucessor de um determinado apóstolo e por isso a exigência da unidade com o colégio. Ratzinger esclarece que:

A totalidade dos bispos, ou digamos, o seu *collegium*, dá continuidade ao *collegium* dos apóstolos. Cada bispo, portanto, faz parte da sucessão apostólica, somente e necessariamente, pelo fato de pertencer a este *collegium*. Para os bispos é sumamente importante estarem juntos e estabelecerem uma comunhão entre todas as comunidades católicas. Tornam-se assim visíveis, tanto a forma concreta da unidade da Igreja, como também a sua construção.⁷³⁷

Essa estruturação não é aleatória ou improvisada, mas reflete a maneira como era interpretado o ministério no seio da Igreja nascente. Além disto, porém, temos antes de tudo o testemunho imponente de São Paulo cujas cartas nos permitem, por assim dizer, contemplar o uso prático do apostolado. A passagem mais importante parece ser aquele insistente apelo com que conjura os coríntios:

⁷³⁶ RATZINGER, J. *O novo povo de Deus*, p. 113.

⁷³⁷ RATZINGER, J. *O novo povo de Deus*, p. 114.

“Somos embaixadores em nome de Cristo e é Deus mesmo que vos exorta por nosso intermédio. Em nome de Cristo vos suplicamos: reconciliai-vos com Deus” (2Cor 5,20).

Aqui aparece claro o caráter representativo e missionário do ministério apostólico que acima aprendemos a entender como a essência do “sacramento”. Aqui aparece claramente a autoridade que vem do próprio Deus e que, no Apóstolo que já não se pertence, decorre precisamente do não-falar-em-seu-próprio-nome e que leva Paulo a dizer, um pouco mais adiante: “Somos ministros de Deus”. Aqui também encontramos um resumo do conteúdo do ministério apostólico a que Paulo dá o nome de “ministério da reconciliação” (5,18), isto é, da reconciliação com Deus, a qual emana da cruz de Cristo e possui assim caráter sacramental.⁷³⁸

Paulo mostra também, segundo Ratzinger, que o poder “sacramental” do apostolado é um ministério específico e não define absolutamente a existência cristã como um todo. O específico do ministério apostólico vem descrito no sentido acima, quando Paulo afirma na Primeira Carta aos Coríntios: “Portanto, considerem-nos os homens como servidores de Cristo e administradores dos ministérios de Deus” (4,1).

As cartas paulinas confirmam e precisam aquilo que aprendemos dos evangelhos, ou seja, a função dos “ministros da Nova Aliança” (2Cor 3,6) é *estruturalmente cristológica* e, por isto, deve ser entendida em *sentido sacramental*.⁷³⁹ Elas mostram o Apóstolo como depositário de uma autoridade que vem de Cristo.⁷⁴⁰ Nesta posição do Apóstolo frente à comunidade é continuada a relação de Cristo com o mundo e com a Igreja, ou seja, aquela estrutura dialógica que é intrínseca à natureza da revelação.

O Novo Testamento é muito claro quanto à autoridade dos Apóstolos. Mas este ministério dos Apóstolos continua depois de sua morte? Existe uma “sucessão apostólica”, ou esta missão é única e irrepetível como a vida, morte e ressurreição do Senhor? Esta questão, que é central na perspectiva ratzingeriana, é desenvolvida a partir do Novo Testamento e da Tradição.

⁷³⁸ RATZINGER, J. *Compreender a Igreja hoje*, p. 65.

⁷³⁹ Cf. RATZINGER, J. *Compreender a Igreja hoje*, p. 66.

⁷⁴⁰ Na Primeira Carta aos Coríntios aparece claramente a autoridade do Apóstolo frente à comunidade, por exemplo quando ele pergunta: “Preferireis que eu vos visite com vara ou com amor e com espírito de mansidão?” (4,21). O Apóstolo que exerce a excomunhão, “a fim de que o espírito seja salvo no dia do Senhor” (5,5), e que se mostra pronto, quando necessário, a vir também “com vara”, nada tem a ver com o ideal da anarquia pneumática que, numa leitura distorcida, pode ser extraída da Primeira Carta aos Coríntios como imagem ideal da Igreja.

A primeira consideração a ser feita é a de que a explicação teológica e a estruturação eclesial amadurece lentamente e só encontrará sua forma essencial na fase de transição para a era pós-apostólica.

Nos primeiros tempos, somente o ministério apostólico apresentava uma fisionomia claramente definida, e foi somente na teologia de Lucas que se processou a limitação do título de apóstolo ao círculo dos Doze. Paralelamente se encontram ministérios de natureza distinta, ainda sem formas e sem nomes fixos, certamente muito diversos entre si, de acordo com as respectivas situações locais. Existem ministérios primordialmente supralocais, como o do profeta e do doutor. Paralelamente se encontram funções ligadas a lugares, designadas pelo vocábulo presbítero, no âmbito judeu-cristão, certamente em conexão com a constituição da sinagoga, ao passo que, para o âmbito gentílico-cristão, a primeira vez que aparece a ligação “episcopos e diaconos” é na Carta aos Filipenses (1,1).⁷⁴¹

Este processo de clarificação se reflete de múltiplas maneiras no Novo Testamento. O discurso de despedida de Paulo em Mileto para os presbíteros de Éfeso, formulado por Lucas como o testamento do Apóstolo, é um texto particularmente importante e esclarecedor.⁷⁴² Segundo Ratzinger, o texto exprime uma investidura formal na sucessão: “Sede solícitos por vós mesmos e por todo o rebanho, sobre o qual o Espírito Santo vos constituiu *episcopos*, para apascentardes a Igreja de Deus que ele adquiriu com seu próprio sangue” (20,28). Identificam-se aqui os vocábulos “presbíteros” e “episcopos” e equiparam-se ofícios judeu-cristãos e gentílico-cristãos, definidos indiferenciadamente como um ministério da sucessão apostólica.

De acordo com o texto, é o Espírito Santo quem investe neste ministério: não se trata de uma delegação da comunidade que confia funções comunitárias a alguns por razões meramente utilitárias; trata-se, pelo contrário, de um dom do Senhor, que nos dá aquilo que só Ele nos pode dar. Trata-se de um ministério “sacramental”, por ser conferido pneumaticamente. Trata-se, enfim, da continuação da missão confiada aos Apóstolos, para apascentarem o rebanho de Deus, ou seja, trata-se, conseqüentemente, da recepção do ministério pastoral de Jesus Cristo.⁷⁴³

⁷⁴¹ RATZINGER, J. *Compreender a Igreja hoje*, p. 67.

⁷⁴² Voltaremos a analisar este texto quanto tratarmos da figura do bispo como “pastor”, ainda neste capítulo (5.2.1). Aqui nos interessa perceber somente a questão da sucessão e a estruturação do poder eclesial.

⁷⁴³ RATZINGER, J. *Compreender a Igreja hoje*, p. 68.

O texto demonstra as “três gerações”, os três eixos do ministério: o próprio Deus como fundamento, a estrutura apostólica e o alcance da sucessão aos novos ministros. Noutras palavras, por sua natureza espiritual, o ministério dos presbíteros e dos episcopos é idêntico ao dos Apóstolos. O princípio da sucessão apostólica é formulado com essa identificação, salvaguardando a índole irrepetível da origem (o que é próprio dos Doze) e o que permanece na sucessão.

Neste sentido o ministério dos presbíteros e dos episcopos é algo diferente do apostolado dos Doze. Os presbíteros-episcopos são sucessores, mas não propriamente apóstolos. O início irrepetível e a perpetuidade são intrínsecos à estrutura da revelação e da Igreja. O poder de reconciliar, de apascentar e de ensinar, essencialmente cristológico, se perpetua inalteradamente nos sucessores, mas estes só são sucessores, no verdadeiro sentido, se “perseveram na doutrina dos Apóstolos” (At 2, 42).

Estes princípios também aparecem formulados, de maneira mais abrangente, na advertência aos presbíteros na Primeira Carta de Pedro 5, 1-4.⁷⁴⁴ Encontramos aqui, afirma Ratzinger, um processo importante de identificação teológica entre o ministério do Apóstolo, que se designa a si mesmo com o título de co-presbítero, e a função episcopal. E o teólogo alemão conclui: “esta ligação de conteúdos é decisiva na história da Igreja: este texto subentende o fato da sucessão; é, por assim dizer, a *sucessio apostolica* realizada”.⁷⁴⁵

Outro argumento a favor desta tese reside no fato do conteúdo da missão apostólica e sacerdotal ser resumido na palavra “apascentar”, ou seja, é definido a partir da figura do pastor. O mesmo conteúdo confirma a transferência de toda a Teologia do apostolado para a função episcopal, e se cria destarte uma Teologia verdadeiramente neotestamentária do sacerdócio, tal como esclarece Ratzinger:

O termo “episcopos”, antigamente de âmbito profano, é agora identificado com a imagem do pastor e se torna assim um título verdadeiramente teológico, mediante o qual a Igreja nascente desenvolve sua própria e nova sacralidade. Ao fazer a ligação do sacerdote com o apóstolo através do

⁷⁴⁴ Também retomaremos este texto para analisar mais profundamente quem é o bispo segundo o Novo Testamento, ainda neste capítulo (cf. 5.2.3). Quanto ao texto citado, diz São Pedro: “Aos presbíteros que estão entre vós, exorto eu, seu co-presbítero e testemunha dos sofrimentos de Cristo e participante da glória que há de ser revelada. Apascentai o rebanho de Deus que vos foi confiado, cuidando dele não por coação, mas de livre vontade, segundo Deus, nem por torpe lucro, mas por devoção, nem como senhores daqueles que vos foram confiados, mas antes como modelos do rebanho. Assim, ao aparecer o supremo Pastor, receberéis a coroa imarcescível da glória”.

⁷⁴⁵ RATZINGER, J. *Compreender a Igreja hoje*, p. 68.

termo co-presbítero, Pedro o liga ao Cristo Pastor, mediante o termo episcopos, vigilante, encerrando, assim, tudo na Cristologia. Neste sentido podemos dizer, com toda precisão, que existia no Novo Testamento, no final da era apostólica, uma Teologia já constituída do sacerdócio neotestamentário, que foi entregue às mãos fidelíssimas da Igreja e fundamenta para sempre a identidade inalienável do sacerdote em meio às vicissitudes da História.⁷⁴⁶

Assim, Ratzinger considera o Sacramento da Ordem como expressão sacramental do ministério do Apóstolo, isto é, do missão do próprio Cristo, de tal modo que “a sucessão apostólica não é uma potestade puramente formal, mas participação na missão em favor do evangelho”.⁷⁴⁷ A *sucessio apostolica* é, portanto, expressão da continuidade da Igreja, continuidade da missão confiada por Cristo aos Apóstolos e transmitida aos bispos, mas também, da comunhão episcopal, porque nenhum dos bispos é sucessor de um determinado apóstolo, mas a totalidade dos bispos, isto é, o seu *collegium*, dá continuidade ao *collegium* dos apóstolos. Cada bispo, portanto, faz parte da sucessão apostólica, somente e necessariamente, pelo fato de pertencer a este *collegium*.⁷⁴⁸ Em suma, por serem o prolongamento do *collegium apostolorum*, cabe aos bispos a responsabilidade de conservar a autenticidade da palavra e a integridade da comunhão.

5.2 - O ministério episcopal

A partir dessa fundamentação da essência do sacerdócio ministerial a partir do Novo Testamento, ou melhor, a partir da Cristologia, podemos compreender mais profundamente a figura teológica do bispo segundo a Constituição Dogmática *Lumen Gentium*, bem como sua identidade e missão. Agora, portanto, cabe demonstrar a doutrina da *Lumen Gentium* e a sacramentalidade do ministério episcopal, a condição de pastor do rebanho e sua imediata tarefa de evangelizar, realizando este ministério, na Igreja Particular que lhe foi confiada, e em obediência e solicitude com toda a Igreja, sempre atento aos sinais dos tempos. Nisso compreender-se-á o específico da perspectiva ratzingeriana: a estrutura de comunhão da Igreja exige um ministério voltado para a comunhão, para a unidade, no pastoreio do rebanho, e nisto consiste a missão do bispo.

⁷⁴⁶ RATZINGER, J. *Compreender a Igreja hoje*, p. 69.

⁷⁴⁷ RATZINGER, J. *Teoría de los principios teológicos*, p. 294.

⁷⁴⁸ RATZINGER, J. *O novo povo de Deus*, p. 114.

5.2.1 - A doutrina cristológica do ministério episcopal segundo a LG⁷⁴⁹

O Vaticano II explicou, aprofundou e revalorizou a competência pastoral própria, ordinária e imediata do Bispo na Igreja Particular e Universal. Novos acentos foram colocados pelo Vaticano II nas relações do Bispo com Cristo, com o Colégio Episcopal, com o Papa, com a Conferência dos Bispos, com a Diocese, com o Presbitério, no ofício de ensinar, santificar e conduzir, no poder ordinário próprio e imediato, em sua atitude perante os leigos e o mundo de hoje. Sobretudo, para o Concílio Vaticano II, o Bispo deve *ser e agir* como sinal vivo e eminente de Cristo em Sua tríplice missão; e não como mero vigário do Papa ou como tendo autoridade e poder por conta própria.

A fundamentação do episcopado é essencialmente cristológica: “Deus enviou Seu Filho, a quem constitui herdeiro de todas as coisas, para que Ele fosse Mestre, Rei e Sacerdote de todos, Cabeça do novo e universal Povo dos Filhos de Deus” (LG 13). Segundo o Concílio, Jesus é, na ordem da Nova Aliança, único Mediador, eterno Sacerdote e sumo Pontífice; um só e grande Profeta, exclusivo Mestre e radiante Luz do mundo; um só Rei, Pastor, Senhor e Cabeça.

De acordo com uma terminologia tradicional adotada também, e sistematicamente, pelos documentos do Vaticano II, podemos distinguir em Cristo três funções essenciais: *ensinar* (Profeta, Mestre, Luz), *santificar* (Sacerdote, Mediador, Pontífice) e *conduzir* (Pastor, Rei, Senhor, Cabeça). Absolutamente todos os batizados participam destas três funções de Cristo. E por isso é “comum a dignidade dos membros [do povo de Deus] pela regeneração em Cristo, comum a graça de filhos, comum a vocação à perfeição” (LG 32); “e ainda que alguns por vontade de Cristo sejam constituídos mestres, dispensadores dos mistérios e pastores em benefício dos demais, reina, contudo, entre todos verdadeira

⁷⁴⁹ A figura do bispo, a questão grave e complexa do episcopado ocupou um lugar central no Concílio Vaticano II. No discurso de abertura da II sessão (14-9-1964) acentuou o Papa Paulo VI que o presente Concílio “terá como *fim principal* descrever e honrar as prerrogativas do Episcopado” (KLOPPENBUR, B. *Concílio Vaticano II*, vol. IV, p. 606). Com efeito, dos 2.217 discursos pronunciados durante o Concílio, 311 se ocuparam com a natureza e as funções do Bispo na Igreja: 123 durante o debate do atual cap. III da Constituição *Lumen Gentium*; e 188 por ocasião da discussão do Decreto *Christus Dominus*. Aqui não entraremos nos debates fecundos em torno da figura do bispo, mas tão somente focalizaremos nossa reflexão na fundamentação cristológica do episcopado, segundo o Concílio, na compreensão de Ratzinger. Citaremos abundantemente os textos conciliares sob guia do nosso teólogo, dada a superioridade das afirmações conciliares.

igualdade quanto à dignidade e ação comum a todos os fiéis na edificação do Corpo de Cristo” (LG 32).

Eis o ponto de partida fundamental no qual Ratzinger insiste muito: a centralidade de Cristo, referência única para o episcopado.⁷⁵⁰ Na Igreja, além de Cristo, não existem outros mestres, profetas, sacerdotes, mediadores, pontífices, pastores, senhores, reis, cabeças. Esses termos nunca deverão ser tomados em sentido próprio, unívoco (tal como os entendemos realizados em Cristo), mas apenas em sentido analógico de participação. Há uma participação comum e igual em todos os batizados (e nesse nível, que é propriamente ontológico e permanente – e por isso continuará na eternidade – todos são de fato iguais em dignidade) e há uma participação que o Concílio (LG 10) chama “ministerial”.⁷⁵¹

⁷⁵⁰ RATZINGER, J. *Teoria de los principios teológicos*, p.330.

⁷⁵¹ A LG desenvolve a teologia do sacerdócio comum de todos os fiéis no segundo capítulo – *O Povo de Deus*, especialmente no número 10 trata da relação com o sacerdócio ministerial: “Cristo Nosso Senhor, Pontífice escolhido de entre os homens (cfr. Hebr. 5, 1-5), fez do novo povo um «reino sacerdotal para seu Deus e Pai» (Apor. 1,6; cfr. 5, 9-10). Na verdade, os batizados, pela regeneração e pela unção do Espírito Santo, são consagrados para serem casa espiritual, sacerdócio santo, para que, por meio de todas as obras próprias do cristão, ofereçam oblações espirituais e anunciem os louvores daquele que das trevas os chamou à sua admirável luz (cfr. 1 Ped. 2, 4-10). Por isso, todos os discípulos de Cristo, perseverando na oração e louvando a Deus (cfr. Act., 2, 42-47), ofereçam-se a si mesmos como hóstias vivas, santas, agradáveis a Deus (cfr. Roma 12,1), dêem. testemunho de Cristo em toda a parte e àqueles que lha pedirem dêem razão da esperança da vida eterna que neles habita (cfr. 1 Ped. 3,15). O sacerdócio comum dos fiéis e o sacerdócio ministerial ou hierárquico, embora se diferenciem essencialmente e não apenas em grau, ordenam-se mutuamente um ao outro; pois um e outro participam, a seu modo, do único sacerdócio de Cristo. Com efeito, o sacerdote ministerial, pelo seu poder sagrado, forma e conduz o povo sacerdotal, realiza o sacrifício eucarístico fazendo as vezes de Cristo e oferece-o a Deus em nome de todo o povo; os fiéis, por sua parte, concorrem para a oblação da Eucaristia em virtude do seu sacerdócio real, que eles exercem na recepção dos sacramentos, na oração e ação de graças, no testemunho da santidade de vida, na abnegação e na caridade operosa”. Na obra *Compreender a Igreja hoje* (pp. 69-70), Ratzinger trata do modo como este ministério sacerdotal, derivado da missão de Cristo, se relaciona com o sacerdócio comum na Igreja da Nova Aliança. Parte de dois textos do Novo Testamento que nos falam do sacerdócio comum: a antiga catequese batismal que chegou até nós no capítulo segundo da Primeira Carta de Pedro, e as palavras de saudação dirigidas às sete comunidades e com as quais João abre o Apocalipse (1Pd 2,9; Ap 1,6). Afirma o nosso teólogo que “as fórmulas usadas são citações extraídas do Êxodo (19,6), ou seja, palavras divinas dirigidas a Israel, o povo assumido por Deus na Aliança do Sinai, recebendo, assim, em meio às nações que não conhecem a Deus, a vocação de estabelecer o verdadeiro culto a Deus. Enquanto povo eleito, ele deve ser o lugar da verdadeira adoração e, assim, e por via de consequência, o sacerdócio e o templo para o mundo inteiro. O fato de a catequese batismal cristã ter aplicado estas palavras da instituição da Aliança do Antigo Testamento aos batizados indica que os cristãos pelo batismo se tornam participantes da dignidade de Israel, que o batismo é o novo Sinai. Isto significa que Teologia da escolha de Israel é aplicada à Igreja enquanto novo povo de Deus. A Igreja como um todo deve ser morada de Deus no mundo e o lugar de sua adoração. Por meio dela o mundo deve participar da adoração, como explica Paulo na carta aos Romanos, ao falar da graça que lhe fora concedida: “Liturgo de Cristo Jesus entre os gentios, exercendo o ministério sacerdotal a serviço do Evangelho de Deus, para que os gentios se tornem oblação agradável a Deus, santificada pelo Espírito Santo” (Rm 15,16). O sacerdócio comum dos batizados, que resulta de nossa inserção na história da aliança iniciada por Deus no Sinai, em nada contradiz os ministérios sacerdotais, da mesma forma como o sacerdócio comum em Israel em

Portanto, o episcopado é colocado exclusivamente na linha da participação ministerial nas funções de Cristo. O Bispo é o sinal vivo, sensível, eficaz e eminente de Cristo na Sua tríplice função. É sinal vivo e instrumento: “instrumentos vivos de Cristo Eterno Sacerdote” (PO 12).

Ensina a *Lumen Gentium* no n. 21 que “os Bispos de maneira eminente e visível fazem as vezes do próprio Cristo, Mestre, Pastor e Pontífice e agem em Seu nome”. Só na medida em que o Bispo for mesmo sinal destas três funções de Cristo e se identificar com Jesus, ele estará autenticamente integrado em suas funções específicas. Todas as suas iniciativas de ensinar, santificar e dirigir (ou “governar”) devem partir não dele mesmo, de suas ideias e ideais pessoais, do amor-próprio, do interesse próprio, mas de sua identificação com Cristo, que é e continua sempre o verdadeiro e único Mestre, Sacerdote e Pastor. Porquanto “as ovelhas de Cristo, embora governadas por pastores humanos, são contudo incessantemente conduzidas e nutridas pelo próprio Cristo, o bom Pastor de Príncipe dos pastores, que deu sua vida pelas ovelhas” (LG 6). Pois na verdade o próprio Cristo continua, Ele mesmo, a reger a estrutura visível da Igreja “por meio do Sumo Pontífice e dos Bispos” (LG 14). Por isso pode a *Lumen Gentium* ensinar: “O Senhor Jesus Cristo, Sumo Pontífice, está presente no meio dos crentes na pessoa dos Bispos”; e através deles ensina, santifica, dirige e ordena o Povo da Nova Aliança (LG 21). São eles “vigários e legados de Cristo” (LG 27), exercendo seu poder “em nome de Cristo”.

nada contradizia as suas ordens sacerdotais. Ao mesmo tempo isto nos permite ver claramente em que sentido a função ministerial que se inaugura com os apóstolos na Igreja é algo de inteiramente novo e em que sentido ele assume as formas preparatórias da Antiga Aliança não obstante sua novidade. Podemos simplesmente dizer que o ofício ministerial apostólico da Igreja é novo da mesma forma como o Cristo é novo. Este ofício participa da novidade do Cristo e decorre dela. Mas assim como o Cristo faz novas todas as coisas e Ele próprio é a nova obra de Deus, embora assumindo em si todas as promessas através das quais a História inteira se encaminhou para Ele, assim também o novo sacerdócio dos enviados de Jesus traz em si a realização de toda a profecia da antiga aliança. Isto se verá muito claramente, se considerarmos a fórmula com a qual Jean Colson descreveu a natureza mais profunda do sacerdócio do Antigo Testamento, mediante uma análise minuciosa das fontes. Afirma ele: ‘A função dos ‘Kohanim’ consiste essencialmente em manter o povo consciente de seu caráter sacerdotal e agir no sentido de que ele viva como tal, a fim de glorificar a Deus com toda a sua existência’. É inegável a proximidade com a fórmula de São Paulo sobre sua missão como liturgo de Jesus Cristo, acima citada. Aparece agora muito mais claramente o caráter missionário e dinâmico desta missão como decorrência do rompimento dos limites de Israel, operado na cruz de Cristo: o objetivo final de toda a liturgia e do ministério sacerdotal do Novo Testamento consiste em fazer do mundo inteiro um templo e uma oblação para Deus, ou seja, consiste em incluir o mundo inteiro no corpo de Cristo, para que Deus seja tudo em todos (cf. 1Cor 15,28).’

A peculiar participação ministerial (“de maneira eminente”) na tríplice missão de Cristo, ou, como diz o Concílio, “a plenitude do Sacramento da Ordem” (LG 21), é transmitida aos Bispos mediante um sacramento, portanto dado por Deus. Antes do Concílio era comum distinguir nas funções episcopais o poder de Ordem (isto é: de santificar) e o poder de jurisdição (isto é: de ensinar e de governar). Concedia-se que o poder de santificar era dado ao Bispo mediante a sagração episcopal (que muitos já consideravam como verdadeiro sacramento); mas era comum dizer que o poder de ensinar e reger (jurisdição) era conferido ao Bispo diretamente pelo Papa. Agora a *Lumen Gentium* ensina que “a sagração episcopal, juntamente com o múnus de santificar, confere também os de ensinar e de reger” (LG 21; CD 3).

Ratzinger insiste no significado mais profundo desta importante doutrina do Concílio, pois rompe definitivamente com uma concepção predominantemente jurídica do Bispo, segundo a qual ele era um sacerdote que tinha recebido do Papa jurisdição especial, um chefe de diocese, uma espécie de governador e administrador que, na medida em que recebera a jurisdição, podia exercer mais ou menos sua função pastoral imediata e ordinária: tudo quanto tinha de poder era por mercê da Santa Sé, que poderia também diminuir ou tirar de todo a jurisdição benignamente concedida. Este tipo de Bispo era, em outras palavras e na prática, não um vigário de Cristo, mas um vigário do Papa, que parecia ser na realidade o único e verdadeiro sucessor dos Apóstolos e vigário de Cristo. Por isso Ratzinger reitera: “O papa não pode reivindicar para si os direitos dos bispos, nem substituir o poder destes pelo seu. A jurisdição episcopal não está absorvida pela jurisdição papal”.⁷⁵²

Com a nova concepção, que é predominantemente sacramental, o Bispo é portador de um carisma, de um poder recebido diretamente de Deus, poder que, por certo, deve ser exercido dentro da comunhão hierárquica (e é, portanto, juridicamente regulamentável) mas que liga diretamente a Cristo e, no Colégio, aos Apóstolos e transforma seu portador em vigário de Cristo e membro daquele Colégio “que sucede ao Colégio apostólico no magistério e no regime pastoral e no qual em verdade o Corpo Apostólico continuamente perdura” (LG 22).

⁷⁵² RATZINGER, J. *Primado, episcopado y “successio apostólica”*, p. 47.

Segundo Ratzinger, esta diferença gera uma profunda mudança com repercussões pastorais.⁷⁵³ O conceito jurídico do Bispo, aparentemente reduzido a uma espécie de vigário do Papa, parecia ter recebido uma sanção definitiva com a solene definição do Vaticano I sobre o poder primacial, que é um verdadeiro poder pleno e supremo de jurisdição sobre toda a Igreja, poder ordinário (anexo ao próprio ofício primacial), imediato (a ser exercido diretamente sobre todos os Bispos e fiéis do mundo inteiro), episcopal (incluindo as funções pastorais da mesma natureza que a dos Bispos), pleno (nenhum poder eclesiástico existe que não esteja também compreendido no Primado), universal (sem limites de tempo, pessoa, lugar ou coisa, poder que se estende individualmente, ou coletivamente sobre todos os fiéis, todos os pastores, todos os ritos, em questões de doutrina de fé, de moral, de governo, de liturgia, de costumes) e supremo (não há, na Igreja, autoridade superior, nem mesmo o Concílio Ecumênico). Diante de uma definição tão categórica e terminante surgia a questão se havia ainda lugar, na Igreja, para alguma outra autoridade que não fosse meramente delegada ou executiva das ordens e determinações papais. A resposta nos foi dada pelo Concílio: “os Padres Conciliares sublinharam o significado autônomo do ministério episcopal diante do ministério do sucessor de Pedro”.⁷⁵⁴

Os Bispos “gozam de poder próprio para o bem dos seus fiéis e mesmo para o bem de toda a Igreja” (LG 22). “Este poder que eles pessoalmente exercem em nome de Cristo é próprio, ordinário e imediato... Em virtude deste poder os Bispos têm o sagrado direito e o dever perante Deus de legislar para seus súditos, de julgar e de ordenar tudo o que se refere à organização do culto e do apostolado” (LG 27).

Agora, portanto, vale e vige este princípio: “Aos Bispos é confiado plenamente o *múnus* pastoral, ou o cuidado habitual e cotidiano das almas. E porque gozam de um poder que lhes é próprio e com toda razão são chamados chefes dos povos que eles governam, não devem ser considerados como vigários do Romano Pontífice” (LG 27). O Papa já não é mais o grande senhor feudal para ser doravante apenas Sucessor de São Pedro; e os Bispos já não são príncipes feudais para serem agora exclusivamente sinais vivos e eminentes de Cristo em

⁷⁵³ RATZINGER, J. *As implicações pastorais da doutrina sobre a colegialidade dos Bispos*. *Concilium*, v.1, n.1, p. 27-49, jan. 1965.

⁷⁵⁴ Cf. RATZINGER, J. *Convocados em el camino de la Fe*, p. 159.

Sua tríplice missão; e de um Cristo que, na vida terrestre, se caracterizou por ser servo, obediente a Deus.

O Bispo é sumo sacerdote (LG 21), é o sumo sacerdote de sua grei, do qual, de algum modo, deriva e depende a vida de seus fiéis (SC 41 a/589). Ele tem o ápice do ministério sagrado (LG 21), tem a plenitude do Sacramento da Ordem (LG 21; 26; 41; CD 15), é o administrador da graça do sacerdócio supremo (LG 26), o principal despenseiro dos mistérios de Deus (LG 21; CD 15), moderador, promotor e guardião da vida litúrgica (LG 26; CD 15), mestre da perfeição (CD 15; LG 41).

5.2.2 - A sacramentalidade episcopal

O capítulo III da *Lumen Gentium*, depois de lembrar que Cristo instituiu doze apóstolos, e que estes têm por sucessores os bispos, consagra um parágrafo importantíssimo ao *episcopado como sacramento*. Esse parágrafo – o nº 21 da Constituição – pode ser considerado como fundamental para todos os outros aspectos da teologia do episcopado, pois os bispos não agem em seu nome, nem como delegados do papa, mas “são ministros de Cristo e dispensadores dos mistérios de Deus”.⁷⁵⁵

A fonte do ministério na Igreja é o próprio Cristo. Foi Ele que o instituiu e lhe deu autoridade e missão, orientação e finalidade. Deu um *poder sagrado* para o *serviço* dos seus irmãos. Já vimos também que ninguém pode dar a si próprio o mandato e a missão de anunciar o Evangelho. O enviado do Senhor fala e atua, não por autoridade própria, mas em virtude da autoridade de Cristo; não como membro da comunidade, mas falando à comunidade em nome de Cristo. A graça deve ser dada e oferecida. Portanto, é de Jesus que os bispos recebem a missão e a faculdade (o “poder sagrado”) de agir *na pessoa de Cristo Cabeça*, a serviço do *Corpo*. A este ministério, no qual os enviados de Cristo fazem e dão, por graça de Deus, o que por si mesmos não podem fazer nem dar, a tradição da Igreja chama “sacramento”.

⁷⁵⁵ A autoridade dos bispos não deriva do Papa, nem mesmo da própria comunidade que preside, mas do próprio Cristo. Ratzinger faz notar que o ponto de partida para a compreensão da essência e da existência do poder episcopal é Jesus Cristo. “A legitimidade do poder eclesiástico provém do próprio Cristo”. Em Cristo, portanto, reside o poder sacramental dos bispos. Cf. RATZINGER, J. *O novo povo de Deus*, p. 106.

Nesse sentido, afirma a *Lumen Gentium* 20: “entre os vários ministérios, que na Igreja se exercem desde os primeiros tempos, consta da Tradição que o principal é o daqueles que, constituídos no episcopado através de uma sucessão que remonta às origens, são os transmissores da semente apostólica”. O II Concílio do Vaticano também “ensina que, pela consagração episcopal, se confere *a plenitude do sacramento da Ordem*, à qual o costume litúrgico da Igreja e a voz dos santos Padres chamam sumo sacerdócio e vértice [“summa”] do sagrado ministério” (LG 21).

O ministério da Igreja é, portanto, conferido por um sacramento próprio. E foi justamente esta, segundo Ratzinger, uma das principais questões que o Concílio Vaticano II quis resolver: “a orientação do ministério episcopal como forma básica do sacramento da ordenação sacerdotal”.⁷⁵⁶ Intrinsecamente ligado à natureza sacramental do ministério eclesial o Concílio fala do *seu caráter de serviço*. Com efeito, inteiramente dependentes de Cristo, que lhes dá missão e autoridade, os ministros são verdadeiramente “servos de Cristo” (Cf. *Rm* 1, 1), à imagem do mesmo Cristo que por nós livremente tomou “a forma de servo” (*Fl* 2, 7). E uma vez que a palavra e a graça, de que são ministros, não são deles, mas de Cristo que lhas confiou para os outros, eles tornar-se-ão livremente servos de todos (Cf. *I Cor* 9, 19).

Com o conceito de “servo” está relacionada a imagem de *caráter indelével* do Sacramento da Ordem, que passou a ser parte da fé da Igreja.

“Caráter” significa, na linguagem da antiguidade tardia, o selo de propriedade que se imprime em alguma coisa, um animal, ou, até mesmo, uma pessoa, e que já não pode ser apagado. Desta forma, declara a propriedade de forma irrevogável e “evoca seu Senhor”. Poderíamos dizer que “caráter” significa pertença que sela a própria existência.⁷⁵⁷

Assim, a imagem de caráter volta a expressar um estar remetidos, um estar referidos, no caso, a Jesus Cristo. E, concretamente, é uma pertença da qual já não se pode dispor por si mesmos; a iniciativa para isto provém do proprietário, de Cristo. Assim, declara-se a natureza do sacramento que se dá pela consagração:

⁷⁵⁶ JROC, XII, p. 43.

⁷⁵⁷ RATZINGER, J. *Convocados en el camino de la Fe*, p. 168.

A consagração episcopal, juntamente com a função de santificar, confere também as funções de ensinar e governar [...] De fato, pela imposição das mãos e pelas palavras da consagração, a graça do Espírito Santo é dada e é impresso o caráter sagrado, de tal modo que os bispos fazem as vezes, de uma forma eminente e visível, do próprio Cristo, Mestre, Pastor e Pontífice, e atuam em vez d'Ele [*«in Eius persona agant»*] (LG 21).

A palavra “caráter” descreve, portanto, o caráter próprio do serviço a Cristo que reside no sacerdócio e esclarece, ao mesmo tempo, o que se quer dizer com sua sacramentalidade. Só a partir disto pode-se compreender, portanto, como o caráter funcional (e igualmente ontológico) possa ser descrito como *ius dandi*, como pressuposto da administração válida dos sacramentos. A pertença ao Senhor que se fez servo é pertença para os seus. Significa que agora *o servo pode dar nos sinais sagrados o que por si mesmo não é capaz de dar*: ele administra o Espírito Santo, absolve os pecados, atualiza o sacrifício de Cristo e o próprio Cristo, em seu santo corpo e sangue; todas estas são prerrogativas de Deus que nenhum homem pode dar a si mesmo, e para as quais nenhuma comunidade poderia delegá-lo.

Portanto, segundo Ratzinger,

o fato de que o “caráter” seja expressão do serviço para a comunhão demonstra, *por um lado, como, finalmente, o próprio Senhor sempre atua e, por outro lado, como ele, na Igreja visível, atua através dos homens*. Assim, o caráter da “validade” do sacramento é garantido, também no caso de servos indignos. Ainda que ele se transforme, ao mesmo tempo, num juízo para estes servos, e numa exigência para viver o sacramento.⁷⁵⁸

O serviço exige a participação na *kénosis* de Cristo, o abrir-se e o perecer em Cristo. O fato de ele não falar de si mesmo, mas de levar a mensagem de outro não significa, certamente, uma falta de participação pessoal, mas o contrário: um perder-se dentro de Cristo que assume o caminho do mistério pascal e, desta forma, conduz para o verdadeiro encontro consigo mesmo e à comunhão com ele, que é a Palavra de Deus em pessoa. Esta estrutura pascal do “não eu” e, por consequência, do plenamente “eu mesmo”, mostra como, de forma totalmente definitiva, para além de todo o funcional, conduz ao Ser e pressupõe o sacerdócio como sacramento.

⁷⁵⁸ RATZINGER, J. *Convocados en el camino de la Fe*, p. 168.

Nesse sentido, o Concílio fala de uma presença de Cristo no meio dos crentes na pessoa dos bispos (LG 21). Assim, a presença de Cristo não se limita à atividade litúrgica,⁷⁵⁹ mas também se dá pelo ministério dos Bispos. Na pessoa do bispo, sacramentalmente, é Cristo quem prega a todas as nações a Palavra de Deus e quem administra aos crentes os sacramentos da fé; é ainda ele que, pela função paternal que eles desempenham, incorpora novos membros ao seu Corpo, fazendo-os renascer no batismo; é ele, enfim, quem, por eles, dirige e ordena o Povo da Nova Aliança na sua marcha para o céu. Esta breve descrição dos encargos episcopais, só é feita aqui (LG 21) para ilustrar como Cristo continua a estar presente em seus ministros, os Bispos, quando eles desempenham as suas funções.

Cristo ensina, santifica e governa pelos Bispos; isto não exclui que ele aja também por meio de outros ministros, mas é sobretudo (*imprimis*) pelo serviço deles que Ele continua sua obra sacerdotal na Igreja. A tarefa dos bispos não é, pois, uma obra puramente humana: é Cristo quem fala neles, como falava pelos Apóstolos, consoante a palavra de S. Paulo: “Cristo fala em mim, ele que não é fraco a vosso respeito, mas é poderoso entre vós” (2 Cor 13,3).

O ministério sacramental na Igreja é, portanto, um serviço exercido em nome de Cristo. Tem um caráter pessoal, pois mesmo que os ministros de Cristo atuem em comunhão, é sempre um agir de modo pessoal, e uma forma colegial, pois desde o princípio do seu ministério, Jesus instituiu os Doze, “germens do novo Israel e ao mesmo tempo origem da hierarquia sagrada” (*Ad gentes*, 5). Foram escolhidos e enviados, e a sua unidade fraterna estará a serviço da comunhão fraterna de todos os fiéis. E nesse sentido, do caráter pessoal (eleição) e forma colegial (comunhão), que o sacramento deve ser entendido, pois o eleito é ordenado para a comunhão, ou melhor, ele recebe a ordenação de outros que o precedem na sucessão apostólica, numa transmissão de poder.

⁷⁵⁹ Nessa questão, a Constituição *De Sacra Liturgia*, do Concílio Vaticano II, já afirmara: “De fato, para levar a efeito obra tão importante, Cristo está sempre presente em sua Igreja, sobretudo nas ações litúrgicas. Presente está no Sacrifício da Missa, tanto na pessoa do ministro... quanto sobretudo sob as espécies eucarísticas. Presente está pela sua força nos sacramentos, de tal forma que quando alguém batiza é Cristo mesmo que batiza. Presente está pela sua palavra, pois é Ele mesmo que fala quando se leem as Sagradas Escrituras na Igreja”.

Segundo a Tradição apostólica,⁷⁶⁰ o Sacramento da Ordem⁷⁶¹ é conferido mediante a *imposição das mãos* e a *oração*, isto é, a *imposição das mãos* do bispo, com a *oração consecratória*, constituem o sinal visível desta consagração.⁷⁶² O Sacramento da *imposição de mãos* é ao mesmo tempo, enquanto sacramento eclesial, expressão de que a estrutura da Igreja se fundamenta na tradição. Ela não se inventa, é criada pelo Espírito Santo: “O rito pneumatológico da imposição de mãos e a oração refere-se, unido aos sinais visíveis da imposição de mãos, à sequência ininterrupta da tradição eclesial como lugar do Espírito”.⁷⁶³ E mais, “vincula entre si a apostolicidade e a catolicidade de acordo com a unidade de Cristo e do *Pneuma*, uma unidade que se expressa intimamente e se realiza na comunidade eucarística”.⁷⁶⁴ Por isso, no rito litúrgico, a imposição das mãos realiza-se em silêncio. A palavra humana emudece. A alma abre-se em silêncio para Deus, cuja mão se estende rumo ao homem, toma-o consigo e, ao mesmo tempo, cobre-o de modo a protegê-lo, a fim de que em seguida ele seja totalmente

⁷⁶⁰ O rito da imposição das mãos muito cedo aparece no Livro dos Atos, primeiramente na instituição dos sete colaboradores eleitos para o serviço das mesas (At 6,6), e que mais tarde serão identificados com os diáconos. Todavia, é sobretudo o testemunho das Epístolas Pastorais que prende a atenção do Concílio. Na primeira Carta a Timóteo, Paulo recomenda a este último: “Não descures o dom espiritual que está em ti, que te foi confiado por uma intervenção profética acompanhada da imposição das mãos do presbitério” (1 Tim 4,14). Na sua segunda carta o Apóstolo introduz uma importante precisão: “Convido-te a reavivares o dom que Deus depositou em ti pela imposição de *minhas* mãos” (2 Tim 1,6). O paralelo entre os dois textos é muito evidente para que se possa pensar em duas circunstâncias diferentes. Ora, na segunda passagem, trata-se da imposição das mãos pelo Apóstolo sozinho e não pelo presbitério. Daí pode-se concluir que, na primeira passagem, Paulo fazia parte dos “presbíteros” que impunham as mãos, e, mesmo, que a sua presença e a sua ação eram determinantes, visto já não fazer ele, na sua segunda carta, nenhuma menção dos presbíteros. Ora, a imposição das mãos deu a Timóteo um “dom espiritual” nele depositado por Deus, e o contexto mostra que esse espírito (*pneuma*) é uma graça “de força, de amor, de domínio de si”, idêntica àquela com que o próprio Paulo foi agraciado: “Pois não foi um espírito de temor que Deus *nos* deu...” (2 Tim 1,7); trata-se de uma força de Deus para não se envergonhar do testemunho a prestar a Nosso Senhor (ib. 1,8), isto é, para a pregação do Evangelho a serviço do qual Paulo fora estabelecido “arauto, apóstolo e doutor” (ib. 1,10-11). Sobre esta perspectiva das Cartas Pastorais, conferir JROC, XII, pp. 311-312.

⁷⁶¹ A palavra *Ordem*, na antiguidade romana, designava corpos constituídos no sentido civil, sobretudo o corpo dos que governavam, *Ordinatio* designa a integração num *ordo*. Na Igreja existem corpos constituídos, que a Tradição, não sem fundamento na Sagrada Escritura (Cf. Heb 5, 6; 7, 11: Sl 110, 4), designa, desde tempos antigos, com o nome de *táxeis* (em grego), *ordines* (em latim): a liturgia fala assim do *ordo episcoporum* – ordem dos bispos –, do *ordo presbyterorum* – ordem dos presbíteros – e do *ordo diaconorum* – ordem dos diáconos. A integração num destes corpos da Igreja fazia-se através dum rito chamado *ordinatio*, ato religioso e litúrgico que era uma consagração, uma bênção ou um sacramento. Hoje, a palavra *ordinatio* é reservada ao ato sacramental que integra na ordem dos bispos, dos presbíteros e dos diáconos, e que ultrapassa a simples *eleição, designação, delegação ou instituição* pela comunidade, pois confere um dom do Espírito Santo que permite o exercício dum “poder sagrado” (*sacra potestas*) (LG 10) que só pode vir do próprio Cristo, pela sua Igreja.

⁷⁶² A ordenação também é chamada *consecratio* consagração –, porque é um pôr à parte e uma investidura feita pelo próprio Cristo para a sua Igreja.

⁷⁶³ RATZINGER, J. *Teoría de los principios teológicos*, p. 294.

⁷⁶⁴ RATZINGER, J. *Teoría de los principios teológicos*, p. 296.

propriedade de Deus, lhe pertença inteiramente e introduza os homens nas mãos de Deus. É propriamente aqui que acontece a ordenação sacerdotal, o decisivo ingresso, a participação na missão dos apóstolos mediante a inclusão na comunidade das testemunhas. Não é a comunidade quem realiza este mistério e concede este ministério, mas o próprio Deus.

Este primeiro ato, unido intimamente ao segundo elemento fundamental da consagração é, essencialmente, pneumático e por isso eclesial.⁷⁶⁵ Por isso, a ordenação episcopal é um acontecimento de oração. Nenhum homem pode tornar outro homem sacerdote ou bispo. É o próprio Senhor que, através da palavra da oração e do gesto da imposição das mãos, assume aquele homem totalmente ao seu serviço, atraindo-o para o seu próprio Sacerdócio. Ele mesmo consagra os eleitos. Ele mesmo, o único Sumo Sacerdote, que ofereceu o único sacrifício por todos nós, permite-lhe participar no seu Sacerdócio, a fim de que a sua Palavra e a sua obra estejam presentes em todos os tempos.⁷⁶⁶ Essa realidade é bem apresentada pela Constituição Dogmática *De Ecclesia*:

Os Apóstolos foram enriquecidos por Cristo com uma efusão especial do Espírito Santo, que sobre eles desceu: e pela imposição das mãos eles próprios transmitiram aos seus colaboradores este dom espiritual que foi transmitido até aos nossos dias através da consagração episcopal (LG 21).⁷⁶⁷

⁷⁶⁵ O sentido desse rito já é claramente indicado por Hipólito de Roma: significa a descida do Espírito Santo sobre o eleito. Muitas vezes, e isto desde Hipólito de Roma, compara-se a graça recebida à dignidade que era conferida aos chefes e aos sacerdotes do Antigo Testamento; de maneira mais precisa, Orígenes vê a prefiguração na cena descrita no Livro dos Números, na qual, por ordem de Deus, Moisés impõe as mãos a seu sucessor Josué, para lhe dar parte na sua própria dignidade (Nm 27,18.23). A mesma aproximação é feita por Teodoreto, que vê no gesto de Moisés a prova de que “os que recebem a *quirotônia* dos sumos sacerdotes recebem a graça do Espírito”.

⁷⁶⁶ BENTO XVI. *Homilia*. Ordenação episcopal a cinco prelados. Festa Litúrgica do Santíssimo Nome de Maria. Basílica Vaticana. Sábado, 12 de Setembro de 2009. Disponível em: w2.vatican.va/content/benedict-xvi/pt/homilies/2009/documents/hf_ben-xvi_hom_20090912_ord-episcopale.html

⁷⁶⁷ É primeiramente a efusão do Espírito Santo feita no dia de Pentecostes que o Concílio se refere. E, com efeito, Jesus havia anunciado esse acontecimento como devendo conferir aos Apóstolos uma força que vem do alto (Lc 24,49), para serem eles suas testemunhas até nas extremidades da terra (At 1,8). A descida do Espírito Santo sob forma de línguas de fogo transformará, com efeito, os Apóstolos, enchendo-os de uma força nova, de uma segurança e de uma audácia que nada poderá deter, do dom da palavra que convence e que ilumina (At 2,1 ss). Assim a missão, que o grupo dos Apóstolos precedentemente recebeu, não basta para que eles sejam capazes de cumprir imediatamente sua tarefa: devem eles esperar (At 1,4; cf. Lc 24,49) até que tenham recebido o Espírito. Certamente há aí uma indicação de grande valor: a função consignada aos Apóstolos não consiste somente num *direito* que lhes é dado, ou num *dever* quem eles têm de cumprir, o que nos conduziria a uma concepção puramente jurídica da missão apostólica: ela implica uma presença do Espírito de Cristo a transformar interiormente as pessoas e a habilitá-las para a tarefa que lhes é confiada. Propriamente o caráter sacramental da consagração.

Ratzinger, na linha dos Santos Padres, compreende que a imposição das mãos da sagração episcopal significa e opera a comunicação de um dom do Espírito Santo ao novo Bispo. Pela sagração episcopal, ensina o Concílio, “se confere a plenitude do Sacramento da Ordem, que bem corretamente, tanto pelo costume litúrgico da Igreja como pela voz dos Santos Padres, é chamada o sumo sacerdócio, o ápice do ministério sagrado” (LG 21).⁷⁶⁸ Se a sagração episcopal é um rito sacramental, segundo os ensinamentos do Concílio de Trento deve ela conferir uma *graça*, e mesmo, visto tratar-se do Sacramento da Ordem, um *caráter*.⁷⁶⁹ Efetivamente, a Tradição da Igreja ensina claramente que a sagração episcopal confere uma graça do Espírito Santo. Mas, ao mesmo tempo, o Espírito de Cristo, comunicado aos Apóstolos, o dom espiritual, é identicamente recebido em cada um dos Bispos e isto assegura a unidade do colégio deles; dessa plenitude que está neles é que promanam os sacramentos e o ensino autêntico da Palavra. Pela sagração episcopal entra-se no corpo ou no colégio dos Bispos. Mas para fazer plenamente parte do colégio dos Bispos, ainda há uma condição necessária: é preciso estar em comunhão hierárquica com o Chefe e com os membros desse Colégio.

Diante dessa doutrina conciliar, Ratzinger conclui adequadamente que o Sacramento da Ordem não é um simples ofício, mas um sacramento:

O sacerdote não é simplesmente alguém que detém um ofício, como aqueles de que toda a sociedade necessita, para que possam se cumprir nela certas funções. Ao contrário, o sacerdote faz o que nenhum ser humano pode fazer por si mesmo: pronunciar em nome de Cristo a palavra de absolvição de nossos pecados, transformando assim, a partir de Deus, a situação de nossa vida. Pronuncia sobre as oferendas do pão e do vinho as palavras de ação de graças de Cristo, que são palavras de transubstanciação, palavras que tornam presente a Ele mesmo, o Ressuscitado, seu Corpo e seu sangue, transformando assim os elementos do mundo; são palavras que abrem o mundo a Deus e o unem a Ele. Portanto, **o sacerdócio não é um simples “ofício”, mas sim um sacramento**: Deus se vale de um homem com suas

⁷⁶⁸ Assim, o episcopado é a fonte da qual todos os outros graus são participações, só são compreendidas em relação a ele. O episcopado não é um complemento do presbiterato, ao contrário, os presbíteros são colaboradores da ordem episcopal.

⁷⁶⁹ É o que afirma a Constituição *De Ecclesia*, apoiando-se nos ensinamentos da Tradição: “Pois pela tradição, que se manifesta sobretudo nos ritos litúrgicos e no uso da Igreja quer do Oriente quer do Ocidente, aparece claro que mediante a imposição das mãos e as palavras da sagração é de tal maneira concedida a graça do Espírito Santo, e de tal forma impresso o caráter sagrado, que os Bispos de modo eminente e visível desempenham o papel do próprio Cristo, Mestre, Pastor e Pontífice, e agem em Sua pessoa”.

limitações para estar, através dele, presente entre os homens e atuar em seu favor.⁷⁷⁰

5.2.3 - O bispo como pastor do rebanho

O termo *bispo* se desenvolveu na palavra grega “episkopos” que remonta ao Novo Testamento. A passagem mais antiga em que ocorre não dá explicação: a epístola aos Filipenses de São Paulo (escrita cerca de 55/56) começa com as palavras de saudação que São Paulo e São Timóteo dirigem a todos os fiéis de Filipos, “junto com os bispos e diáconos”.⁷⁷¹ Segundo o sentido grego, *bispo* significa “inspetor”.⁷⁷² No mundo grego, empregava-se para muitas atividades que, de algum modo, tinham a ver com uma supervisão, não tendo chegado a um sentido circunscrito rigorosamente. Assim, o sentido deve ser buscado no contexto inicial da fé cristã.

Dois textos do Novo Testamento, segundo Ratzinger, oferecem a significação que veio a ter com a sua incorporação na linguagem da fé cristã:⁷⁷³ na primeira carta de São Pedro, Jesus Cristo mesmo é designado como o “pastor e bispo das vossas almas” (2,25);⁷⁷⁴ esse pensamento torna a aparecer, quando o apóstolo lembra aos presbíteros que devem pastorear como verdadeiros supervisores (“episcopalmente”) o rebanho de Deus – não procurando lucro, mas com prontidão espontânea, não como grandes senhores, mas como modelos que sustentam de dentro (5,2). Os dois textos mostram que São Pedro, com a palavra

⁷⁷⁰ JROC, XII, p. XVII. Grifo nosso.

⁷⁷¹ Os “episcopos” aqui citados (Fl 1,1) não são ainda “bispos”, mas presbíteros ou “anciãos” encarregados de dirigir a comunidade ou de lhe dar assistência (cf. Tt 1,5). Os “diáconos” são seus assistentes (1Tm 3,8-13; At 6,1-6). Segundo um costume do antigo Israel (Ex 18,13s; Nm 11,16; Js 8,10; 1Sm 16,4; Is 9,14; Ez 8,1.11 etc) e do judaísmo (Esd 5,5; 10,14; Jt 6,6; Lc 7,3; 22,66, At 4,5 etc), as primeiras comunidades cristãs, tanto em Jerusalém como na Diáspora, tinham à sua frente um corpo de “presbíteros” (anciãos, segundo o sentido etiológico) ou notáveis.

⁷⁷² O título se encontra no mundo grego, mas pode ser também de origem semítica (Nm 4,16; 31,14; Jz 9,28; 2Rs 11,15.18; 12,11 etc). O termo designa, num primeiro momento, uma função, um ofício, ao passo que o título “presbítero” assinala um estado, uma dignidade. É possível que os episcopos fossem designados, eventualmente, no colégio dos presbíteros, para assumirem a responsabilidade de certos encargos executivos (1Tm 5,17). De qualquer modo, os presbíteros e episcopos cristãos não são apenas encarregados da administração temporal, mas também do ensino (1Tm 3,2; 5,17; Tt 1,9) e do governo (1Tm 3,5; Tt 1,7). Instituídos pelos apóstolos (At 14,23), ou por seus representantes (Tt 1,5), pela imposição das mãos (1Tm 5,22; 1Tm 4,14; 2Tm 1,6). A diferença entre os bispos e os presbíteros exprime precisamente que na Igreja não só há muitas comunidades justapostas, mas que todas devem estar unidas.

⁷⁷³ Cf. RATZINGER, J. *Dogma e anúncio*, p. 224.

⁷⁷⁴ 1Pd 2,25: “pois vós estáveis desgarrados como ovelhas, mas agora retornastes ao Pastor e Guarda de vossas almas”. Essas ovelhas constituem agora o rebanho do qual Jesus é o pastor e o “episcopo”, o inspetor ou supervisor.

grega “supervisor”, associava o vocábulo bíblico “pastor”, entendendo-a neste sentido.

Em outro texto dos Atos dos Apóstolos, Ratzinger explica tarefas mais concretas do bispo. No capítulo 8, conta-se que Felipe converteu os homens de Samaria para a fé em Cristo e os batizou. Recebendo a notícia dessa conversão, os apóstolos enviaram para lá Pedro e João. Pela oração e a imposição das mãos, invocaram sobre os novos cristãos o Espírito Santo que ainda não tinha vindo sobre nenhum deles; apenas com isso foram incorporados plenamente na Igreja de Jesus Cristo (cf. At 8,5-17).⁷⁷⁵ Disso decorre que para a Igreja é necessário tanto a catolicidade como a apostolicidade, a unidade viva com o todo que consiste e se realiza na unidade dos portadores dos cargos.

Ao fato de os samaritanos se tornarem cristãos pertence a sua incorporação a toda a Igreja apostólica, a sua união com o todo e principalmente com a origem apostólica e com aquele que é autorizado a garantir essa origem. Isso significa que como ninguém pode ser cristão só para si, e sim apenas com os outros, com a comunidade viva dos crentes, também nenhuma comunidade, nenhuma região, pode ser Igreja só por si. Unicamente o pode pela abertura para o todo e pelo enquadramento na tradição apostólica que é garantida pelos Apóstolos e os seus sucessores.⁷⁷⁶

A Igreja, na sua universalidade, presente em toda a terra, e em todo tempo, não só existe hoje, mas ontem e amanhã, encontra sua confirmação na ação daqueles que a conduzem e geram unidade. Aos bispos é exigido a admissão da catolicidade e apostolicidade para que os novos cristãos possam estar realmente em união com os outros, com o todo e a união com aqueles que acreditaram antes de nós, em resumo, a união com a Igreja de todos os tempos. Os bispos, afirma Ratzinger, exprimem e garantem a união do rebanho, personificam a união de todas as Igrejas locais entre si e com as origens apostólicas. Portanto, no seu pensamento, ficam unidas indissociavelmente duas propriedades da Igreja, catolicidade e apostolicidade, no múnus episcopal da promoção da unidade do rebanho do Senhor.

⁷⁷⁵ Embora não se refira diretamente aos “bispos”, este texto cunhou decisivamente, para o futuro, a imagem do bispo, pois aí não se trata da constatação do direito sacramental de que o diácono só pode batizar e de que apenas o bispo pode crismar, mas de alguma coisa muito mais profunda, na qual, ao mesmo tempo, se funda a divisão posterior na administração dos sacramentos.

⁷⁷⁶ RATZINGER, J. *Dogma e anúncio*, p. 225.

Além disso, esse mesmo texto lucano, permite a Ratzinger compreender o porquê da Igreja do Ocidente reservar aos bispos a Confirmação como consumação do batismo, mostrando assim que o tornar-se cristão significa a incorporação na Igreja universal, na Igreja dos Apóstolos. Por isso, a Confirmação “não é administrada pelo pároco do respectivo lugar, mas pelo representante do todo, pela testemunha visível da unidade e da continuidade de toda a Igreja”.⁷⁷⁷

Ratzinger ainda analisa outro texto bíblico, fulcral para a compreensão da identidade do bispo como pastor: o discurso de despedida de Paulo em Mileto (Atos 20,17-38).⁷⁷⁸ Nesta cidade, Paulo convoca os “anciãos”, que agora os chama de “supervisores” (em grego *episkopous*), como nome próprio daqueles que são responsáveis nas comunidades paulinas. O tema central desse discurso testamentário é a missão recebida do Senhor Jesus, guiada pelo Espírito, a qual consiste em servir, anunciar, ensinar, testemunhar, em meio a provas e tribulações. Numa síntese eclesiológica trinitária, na qual afirma que “a Igreja é de Deus”, adquirida pelo sangue de Cristo e confiada pelo Espírito Santo, Paulo esclarece no versículo 28 a missão de pastorear como missão principal do bispo: “Estai atentos a vós mesmos e a todo o rebanho: nele o Espírito Santo vos constituiu bispos [guardiães] para apascentar a Igreja de Deus, que ele adquiriu para si pelo sangue do seu próprio Filho”.⁷⁷⁹ Paulo, portanto, confia a eles, formalmente, a Igreja, inserindo-os na sucessão dos Apóstolos. A responsabilidade que foi dada aos apóstolos passa aos bispos reunidos (colegialmente), para aqueles que, não por vontade própria, mas por instituição divina foram constituídos pastores do rebanho.

A partir desse discurso paulino, três afirmações especialmente importantes são destacadas por Ratzinger:

⁷⁷⁷ RATZINGER, J. *Dogma e anúncio*, p. 225. Nessa mesma linha de pensamento, também compreende que a ordenação sacerdotal, na sua tríplice incumbência do sacerdote – pregação, direção, ação sacramental –, só pode ser conferida por autorização eclesial universal, pois ninguém se torna sacerdote sozinho (como ninguém se torna cristão sozinho), mas a ordenação sacerdotal significa a admissão no presbitério de um bispo. Normalmente - explica Ratzinger - o ofício sacerdotal só existe na comunidade dos sacerdotes dirigida pelo bispo – cada um em particular depende do todo da comunidade; o todo o deve sustentar, como ele sustenta o todo. Por isso também ninguém precisa fazer tudo, nem poder tudo; e o trabalho na região mais remota recebe do todo a sua plena significação sacerdotal se é uma parte unida ao todo.

⁷⁷⁸ JROC, XII, pp. 304-321.

⁷⁷⁹ No texto original Ratzinger usa *bispos* enquanto a versão em português da Escritura usa *pastor* (Peregrino) e *guardião* (Jerusalém).

1ª) O Espírito Santo é quem chama ao ministério e é Ele quem o confere. A Igreja não é uma organização profana, que se auto-organiza, que estabelece suas estruturas democraticamente. Ela é criatura do Espírito Santo, que não a criou somente em Pentecostes, porque na Igreja é sempre Pentecostes. Somente o Espírito Santo a pode criar sempre; porque somente Ele pode conferir o ministério apostólico assim como sua sucessão. Trata-se de uma dependência do Espírito Santo, não só da parte do ministério dos pastores, mas da Igreja toda.⁷⁸⁰

2ª) Aos ministros, que até então eram chamados de “presbíteros”, os anciãos, Paulo agora dirige-se a eles com a palavra “epískopos”, identificando este termo com o conceito bíblico de pastor. Por isso, afirma Ratzinger,

Podemos dizer que a palavra “bispo” continua a tradição do pastor bíblico; admoesta o portador desse cargo a seguir o “bom pastor”, Jesus Cristo, que lhe é dado como modelo. Isso significa cuidado, vigilância, conservar o todo unido no seguimento da voz do Senhor; significa responsabilidade para com a união e para com o fato de que esta se funda em Cristo; finalmente, significa a oposição ao mercenário que procura a sua vantagem, enquanto o pastor verdadeiro se empenha pelo bem do rebanho, da Igreja. E isso, de algum modo, significa também a prontidão para o sofrimento com Cristo, porque tal união do rebanho não pode agradar nem aos lobos nem sempre a todas as ovelhas.⁷⁸¹

O termo *epískopos*, desde sua aceitação no Novo Testamento, levou consigo uma ampla escala de significados.⁷⁸² Todavia, o termo não serviu para designar nenhum cargo de caráter profano, mas estava circunscrito a uma função sagrada, a imagem e participação do cuidado de Deus pelos homens. Assim, não é de se estranhar que na Primeira Carta de Pedro, Cristo mesmo seja designado como o pastor e *epískopos* de vossas almas (2,25). Tanto na Primeira Carta de Pedro como em Atos (20) ambos os conceitos de *epískopos* e *pastor* aparecem juntos e, dessa forma, o termo *epískopos*, novo na tradição bíblica, se enlaça com a rica tradição bíblica do conceito de pastor, que encontramos mais uma vez em 1Pe 5,1-4,

⁷⁸⁰ Cf. JROC, XII, p. 304.

⁷⁸¹ RATZINGER, J. *Dogma e anúncio*, p. 224

⁷⁸² Na tragédia grega aparece Deus mesmo como o *epískopos*, como aquele que olha com atenção as boas e más ações dos homens. O livro da Sabedoria, Filon, e outros aceitaram o uso do termo, de modo que na primeira epístola de Clemente, como continuação desta história semântica, podemos encontrar que se menciona a Deus como o Criador e *epískopos* de todo espírito (59,3). Em Filon aparece Moisés como *epískopos* (cf. JROC, XII, p. 305).

quando designa a Cristo como Arquipastor (*archiepiskopos*)⁷⁸³, associando de novo esta função com o ministério de *episkopein*. Desse modo,

O conceito superficial de “vigilante”, que poderia tomar-se como uma tradução literal de *episkopos*, contém uma profundidade totalmente distinta: se trata de olhar com o coração, olhar desde o ponto de vista de Deus – olhar unidos com Deus; se trata desse amoroso cuidado que o pastor tem por suas ovelhas, as que conhece em particular e chama e as que ama porque são suas. “*Episkopein*” é a responsabilidade interna por aqueles que Deus confiou, como participação na própria solicitude que Deus tem pelos homens.⁷⁸⁴

O modelo bíblico de pastor alcança sua verdadeira profundidade com a expressão de que o bom pastor – Jesus – dá a sua vida pelas ovelhas (Jo 10,15) – o pastor se converte em cordeiro, redimindo assim as ovelhas. Esta relação aparece com clareza no discurso de despedida de Mileto, onde aqueles que agora se converteram em pastores da Igreja de Deus lhes é recordado que o Filho adquiriu este rebanho com seu próprio sangue. A principal implicação pastoral desse ministério consiste no fato de que *pastor* não é título, mas designa *serviço*, uma responsabilidade, oferta de si, caracterizando assim o *sacerdócio existencial* de Cristo, o sacerdócio da cruz.

Tudo isso nos mostra, enfim, que a prontidão para sofrer faz parte do ofício do bispo. Quem o considerasse sobretudo como uma honraria ou como um posto influente não alcançaria a sua essência. Sem prontidão para o sofrimento não se pode cumprir esta missão. É precisamente assim que o bispo está em comunhão com o Senhor; é precisamente assim que ele se vê a si mesmo: como o “servidor de vossa alegria” (2Cor 1,24).⁷⁸⁵

3º) O pastor é responsável pela Igreja de Deus, e esta Igreja tem seu fundamento no sacrifício da vida do Filho. De nenhum outro modo que pela Cruz de Cristo se chegou a esta realidade: a Paixão, que primeiro deu lugar a dispersão dos discípulos, agora é o grande ato de reunião. Do alto da cruz o Senhor atrai todos a si, da cruz Ele reúne os filhos de Deus dispersos (Jo 11,52). Aqui se apresenta, mais uma vez, toda a grandeza do que é a Igreja: é fruto da Paixão do

⁷⁸³ A imagem do pastor era e se tornou tradicional: Jesus Cristo é o “Arqipastor” (pastor supremo ou chefe dos pastores). Esse título de “Arqipastor” só aparece aqui e num contexto de “serviço”, pois nenhum *episkopos* deve ser “senhor”/“tirano”, mas “modelos do rebanho”.

⁷⁸⁴ JROC, XII, pp. 305-306.

⁷⁸⁵ RATZINGER, J. *Compreender a Igreja hoje*, p. 56.

Senhor. E resulta, evidentemente, que se trata da Igreja una, da Igreja em sua totalidade. Os presbíteros de Éfeso exercem sua atividade em seus respectivos lugares, mas com Ele apascentam a Igreja como totalidade, a Igreja de Cristo e não uma parte da mesma.⁷⁸⁶

O conteúdo, propriamente dito, do pastoreio, do “episkopein”, é descrito no discurso de despedida de Mileto como “ser testemunha do Evangelho da graça de Deus” (v. 24) e, depois, o dever de “anunciar inteiramente a vontade de Deus” (v. 27). Assim, a atividade do pastor é comunicar aos homens a vontade de Deus, sem reservas, na sua totalidade. O bispo é propagador e custódio da fé para nosso tempo, ele é um arauto do Evangelho. A mesma ideia aparece na introdução da Carta aos Romanos (1,1-7), na qual Paulo se designa a si mesmo como “servo de Jesus Cristo”, como chamado a ser apóstolo, eleito para o Evangelho de Deus. O serviço episcopal está, portanto, relacionado diretamente com o anúncio de Cristo, o Cristo tal como a Igreja crê e confessa, na ideia de uma obediência da fé.⁷⁸⁷

Com tal compreensão, Ratzinger define a essência do ministério episcopal: o bispo é pastor do rebanho de Cristo. Fica assim claro o caráter fundamental do cargo episcopal: a unidade do rebanho (*communio*), em nome de Cristo. Ele não é apenas o vigia do rebanho, mas guarda também a *unidade* do rebanho. E isto, numa eclesiologia eucarística de comunhão, faz do bispo o promotor da unidade, sobretudo ao celebrar a Eucaristia e na sua colegialidade. *Na Eucaristia*, porque a celebração do sacrifício eucarístico em uma comunidade particular implica a unidade e a indivisibilidade da Igreja toda; ela nunca é celebrada isoladamente, mas na sua dimensão católica. *Na unidade do Episcopado*, porque reclama a existência de um corpo ou colégio de Bispos, de uma comunhão.

5.2.4 - O bispo como arauto do Evangelho

A tarefa concreta é “anunciar a todos o Evangelho”, afirma Ratzinger referindo-se ao ministério episcopal. Trata-se de uma primazia da Palavra, do serviço de evangelizar. O primeiro dever (*primum officium*) do Bispo é, portanto,

⁷⁸⁶ JROC, XII, p. 306.

⁷⁸⁷ Sobre esta questão, Ratzinger afirma: “O que Paulo anuncia como apóstolo é a fé; aceitar a fé significa entrar em uma relação de obediência” (JROC, XII, p. 309).

anunciar o Evangelho (*evangelium evangelizandi*).⁷⁸⁸ Tal dever está intimamente relacionado ao fato de que o ministério sacerdotal consiste também em oferecer o sacrifício eucarístico e administrar os sacramentos, com a missão de apascentar o rebanho que lhe foi confiado. O dever de anunciar o Evangelho não é excludente nem discriminatório em relação as outras funções. Palavra e eucaristia estão sempre unidas, pois “o Verbo se fez carne” (Jo 1,14). No entanto,

A vigilância do pastor, sua atenção ao rebanho, que todo o Novo Testamento põe em primeiro plano, é, pois, antes de tudo o cuidado da fé – positivamente, no sentido de que esta apareça com toda a sua luminosidade; negativamente, no sentido de que deve preservá-la de adulterações.⁷⁸⁹

A Constituição Dogmática *Lumen Gentium*, no n. 25, ensina: “Entre os principais deveres dos Bispos sobressai (eminentemente) o de pregar o Evangelho”. O Decreto *Christus Dominus*, n. 12, repete que, entre os principais deveres dos Bispos, o mais eminente é anunciar aos homens o Evangelho de Cristo. E o Decreto sobre a atividade missionária: “Seja o Bispo antes de tudo um arauto da fé” (AG 20). Pois para isso ele recebeu o “carisma seguro da verdade” (DV 8), para isso é o “mestre autêntico da doutrina de Cristo” (cf. LG 20; 25), “testemunha da verdade divina e católica” (LG 25), “verdadeiro e autêntico mestre da fé” (CD 2). Para isso ele recebeu na sagração (portanto mediante um sacramento especial) a missão de ensinar (cf. LG 21). Por isso na impressionante cerimônia da sagração lhe é colocado o Evangelho sobre a cabeça. Para essa finalidade, em primeiro lugar, haviam os Apóstolos recebido a promessa do Espírito Santo.

Conseqüentemente deve o Bispo “apegar-se às Escrituras por meio de assídua leitura sacra e diligente estudo, para que não venha a ser vão pregador da palavra de Deus externamente quem não a escuta internamente” (DV 25). Deve ele ser um especialista que, pela frequente leitura das divinas Escrituras, aprende “a eminente ciência de Jesus Cristo” (Fl 3,8).⁷⁹⁰ Adverte ainda o Concílio que “a

⁷⁸⁸ Cf. RATZINGER, J. *Convocados en el camino de la Fe*, p. 163.

⁷⁸⁹ JROC, XII, p. 312.

⁷⁹⁰ Vale aqui a admoestação dada pelo Concílio aos Presbíteros: “Como são ministros da Palavra de Deus, leem todos os dias e escutam a Palavra de Deus que aos outros ensinam. Se fizerem o possível por acolhê-la a um tempo em si mesmos, tornar-se-ão de dia para dia discípulos mais perfeitos do Senhor, conforme as palavras de Paulo Apóstolo a Timóteo: ‘Medita-o, empenha-te nisso, a fim de que teus progressos a todos sejam manifestos. Vela sobre a tua pessoa e doutrina; persevera nestas disposições. Agindo desta maneira salvarás a ti mesmo e aqueles que te ouvem’

pregação sacerdotal – por vezes extremamente dificultada nas circunstâncias do mundo de hoje – para mover mais prontamente as mentes dos ouvintes não há de expor apenas de modo geral e abstrato a Palavra de Deus, mas deverá aplicar a verdade perene do Evangelho às circunstâncias concretas da vida” (PO 4). O carisma recebido pelo sacramento não age *ex opere operato*. Por isso recomendava Paulo ao Bispo Timóteo: “Aplica-te à *leitura*, à exortação, ao ensino. Não descuides a graça que possuis, a qual te foi conferida no meio de bons augúrios, com a imposição das mãos dos presbíteros. Seja este o teu cuidado, esta a tua ocupação” (1Tim 4,13). Daí a recomendação da *Lumen Gentium* (25): “O Romano Pontífice e os Bispos, cada qual na medida dos seus deveres e conforme a gravidade da matéria, esforçam-se cuidadosamente usando meios aptos para investigar exatamente e enunciar convenientemente esta Revelação”, que deve por eles ser integralmente transmitida, intactamente conservada na Igreja e fielmente exposta. “Propunham [os Bispos] a doutrina cristã por um método adaptado às necessidades dos tempos. Corresponda ele às dificuldades e aos problemas pelos quais os homens se sentem precipuamente oprimidos e angustiados” (CD 13).

Diante do dever dos Bispos, de anunciar a todos o Evangelho, devemos perguntar: o que significa realmente “evangelizar”? Em que consiste? O que é este Evangelho? Para fundamentar o primado do anúncio do Evangelho, Ratzinger remete-se aos evangelhos para aí encontrar os fundamentos cristológicos. Em inúmeras ocasiões Jesus fala da importância da pregação para seu ministério, por exemplo, Mc 1,38: “Vamos para outro lugar, para as aldeias da redondeza, pois devo pregar também ali; foi para isto que eu vim” (1,38). Ratzinger, ao comentar este versículo, explicita:

Como finalidade específica de sua vinda Jesus indica o *anúncio do Reino de Deus*. Por isso, esta finalidade deve estar de acordo com a prioridade que determina todos os seus servidores: deslocar-se para proclamar o Reino de Deus, ou seja, fazer do Deus vivo, atuante e presente a prioridade de nossa própria vida.⁷⁹¹

(1Tim 4,15-16). Procurando o melhor modo de transmitir a outros o que contemplaram, chegarão a saborear mais a fundo ‘a insondável riqueza de Cristo’ (Ef 3,8) e a sabedoria multiforme de Deus. Tendo diante dos olhos que é o Senhor que abre os corações e que a sua superioridade não provém deles próprios mas de Deus, no mesmo ato de transmitir o verbo se unirão mais intimamente com Cristo-Mestre e serão guiados pelo Seu Espírito” (PO 13b/1186).

⁷⁹¹ RATZINGER, J. *Convocados en el camino de la Fe*, p. 163.

Assim, para Ratzinger, os conceitos Evangelho e Reino de Deus estão ligados um ao outro de modo inseparável, de uma maneira que o anúncio do Reino feito por Jesus constitui seu Evangelho.⁷⁹² O falar, obrar e padecer de Cristo é evangelizador, pois Ele próprio é o Evangelho apresentado pelos evangelhos, isto é, o mesmo Jesus com toda sua obra, ensinamento, viver, padecer, ressuscitar é Evangelho, de tal modo que “a pregação de Jesus nunca foi mera prática, simples palavras; era ‘sacramental’ no sentido de que sua palavra era já inseparável de seu eu, de sua ‘carne’; sua palavra só é captada no contexto de suas ações-sinais, de sua vida e de sua morte”.⁷⁹³

Ratzinger dá um passo a mais e contempla todo o Evangelho através da pequena, porém significativa, perícopes de Marcos (1,38) para compreender corretamente a prioridade de Jesus. Ele anuncia o Reino de Deus; Ele o faz, sobretudo, através de parábolas e também sob a forma de sinais, nos quais se nota este Reino sobre os homens como um poder atual. Palavra e sinais são inseparáveis. Onde os sinais são vistos como meros milagres, sem mensagem, Jesus interrompe a sua atuação. Mas Ele não permite tão pouco que a sua pregação seja considerada como um mero assunto intelectual, como matéria para debates: sua palavra exige decisão, produz realidade. É, neste sentido, palavra “encarnada”; a correspondência de palavra e sinal mostra a estrutura “sacramental”.⁷⁹⁴

Jesus não partilha conteúdos independentes de sua pessoa, como normalmente faz um mestre ou narrador. Ele é mais do que um rabi, é diferente. Ao desenvolver sua pregação nota-se de forma cada vez mais clara que, nas parábolas fala de si mesmo, que o “Reino” e sua pessoa estão unidos, que o “Reino” chega em sua pessoa: “o Reino de Deus é Deus mesmo”.⁷⁹⁵

Assim se entrelaçam *palavra* e *realidade* de uma forma nova. A pregação de Jesus deve ser considerada desde um sentido “sacramental” ainda mais profundo: sua palavra traz consigo a realidade da Encarnação e o tema da cruz e da ressurreição. É palavra-ato neste sentido totalmente profundo. Assim o

⁷⁹² RATZINGER, J. *Evangelio, catequesis, catecismo*, Valencia (Espanha): EDICEP, 1996, p. 37.

⁷⁹³ RATZINGER, J. *Evangelio, catequesis, catecismo*, p. 40.

⁷⁹⁴ RATZINGER, J. *Convocados en el camino de la Fe*, p. 164.

⁷⁹⁵ RATZINGER, J. *Evangelio, catequesis, catecismo*, p. 32. Já citamos inúmeras vezes nos primeiros capítulos deste trabalho que, na compreensão de Ratzinger, o “Reino” e a pessoa de Jesus estão unidos, que o “Reino” chega em sua pessoa. Remetemos sobretudo a sua obra *Jesus de Nazaré*.

compreende a Igreja na correspondência entre pregação e eucaristia, porém também entre pregação e testemunho vivo e sofredor. Por isso, Jesus não apenas proclama palavras, mas é a Palavra, Ele é aquilo que anuncia:

Jesus é o Messias, dissera Pedro. Jesus é o Logos, acrescenta agora João. Ele mesmo é a Palavra do Pai que está junto de Deus e que é Deus (*Jo* 1,1). Nele esta Palavra se fez carne e habitou entre nós (*Jo* 1,14). O anúncio cristão não consiste em palavras, mas em a Palavra. Portanto, quando se fala de serviço da Palavra de Deus, pensa-se ao mesmo tempo na relação intra-trinitária, e ao mesmo tempo que este serviço participa da função da Encarnação. Com razão chama-se a atenção sobre o fato de que a pregação de Jesus se diferencia fundamentalmente do ensinamento dos rabinos no fato de que o “eu” de Jesus coloca a si mesmo no centro nevrálgico de sua mensagem.⁷⁹⁶

Assim Ratzinger esclarece o fundamento cristológico da evangelização. Aqui está o referencial para o ministério episcopal: palavra e vida são inseparáveis no anúncio do Evangelho. E, como Jesus mesmo deixou claro que não falava “em nome próprio” (*Jo* 5,43; cf. 7,16), mas que seu “eu” estava totalmente voltado para o “Tu” do Pai, conduzindo para o interior da dinâmica da relação trinitária, também o Bispo deve ter presente que “para o pregador cristão isto significa que ele não fala de si, mas se converte em voz de Cristo para assim criar espaço para o próprio Logos e, através da comunhão com o homem Jesus, conduzir para a comunhão com o Deus vivo”.⁷⁹⁷

Unido ao dever de anunciar o Evangelho, ao Bispo é conferido a missão de custódio da fé, tarefa fulcral do ministério episcopal segundo Ratzinger.⁷⁹⁸ Para isso, na continuidade da missão apostólica, o bispo é responsável pelo encontro da fé com a cultura,⁷⁹⁹ que na terminologia mais aceita é denominada como

⁷⁹⁶ RATZINGER, J. *Convocados en el camino de la Fe*, p. 166.

⁷⁹⁷ RATZINGER, J. *Convocados en el camino de la Fe*, p. 166. Ratzinger recorda que o Decreto sacerdotal do Vaticano II fala das diferentes formas de anúncio e faz notar como realidade constante em todas estas formas: que o sacerdote não pode ensinar sua própria sabedoria, mas que sempre se trata da Palavra de Deus, que conduz à verdade e à salvação. O serviço da Palavra exige uma crescente auto-expropriação do sacerdote, encontra-se sob o modelo das palavras de Paulo: “Já não sou eu quem vivo, é Cristo quem vive em mim” (*Gal* 2,20).

⁷⁹⁸ JROC, XII, p. 304.

⁷⁹⁹ Existem várias acepções para “cultura”, geralmente elas não se opõem, mas são complementares. O Concílio Vaticano II apresenta um conceito que, posteriormente, será ampliado por Ratzinger a partir de suas principais categorias de pensamento. “Pela palavra “cultura”, em sentido geral, indicam-se todas as coisas com as quais o homem aperfeiçoa e desenvolve as variadas qualidades da alma e do corpo; procura submeter a seu poder pelo conhecimento e pelo trabalho o próprio orbe terrestre; torna a vida social mais humana, tanto na família quanto na sociedade civil, pelo progresso dos costumes e das instituições; enfim, exprime, comunica e conserva, em suas obras, no decurso dos tempos as grandes experiências espirituais e

inculturação da fé, mas Ratzinger opta por uma outra terminologia:⁸⁰⁰ uma vez que a fé cristã se encontra sempre inculturada, pois não existe fé nua, o termo mais preciso seria *interculturalidade* para falar de um diálogo entre a cultura cristã (a fé) e a cultura não-cristã:

a inculturação pressupõe a substituição de uma fé por assim dizer culturalmente nua, por uma cultura indiferente religiosamente, onde dois sujeitos até agora estranhos se encontram e se fundem numa síntese. Mas essa concepção é, em primeiro lugar, artificial e mesmo irreal porque não existe fé livre de cultura e também porque não há cultura livre de fé, fora da civilização técnica moderna.⁸⁰¹

Ratzinger emprega o neologismo *interculturalidade*, pois ele entende que a vinculação da cultura a uma individualidade cultural, a um determinado sujeito cultural, fundamenta a pluralidade das culturas e também sua respectiva particularidade:

as aspirações, para que sirvam ao proveito de muitos e ainda de todo o gênero humano” (GS 53). Consciente dessa definição de cultura, Ratzinger apresenta um conceito mais preciso: “cultura é a forma de expressão comunitária, desenvolvida historicamente, que marca com seu cunho os conhecimentos e valores da vida de uma comunidade” (RATZINGER, J. *Fé, verdade e Tolerância. O cristianismo e as grandes religiões do mundo*. São Paulo: Instituto Brasileiro de Filosofia e Ciência “Raimundo Lúlio”, 2007, p. 59). Assim, cultura tem a ver com *conhecimento* e com *valores*. A cultura é um modo, ou melhor, uma tentativa de entender o mundo e, nele, a existência do homem. Este entendimento é aberto à práxis e é irrenunciável, pois pertence à dimensão dos valores, da moral. A cultura quando está aberta para o divino ultrapassa o visível, o fenômeno, para encontrar as verdadeiras razões. É nessa abertura que o indivíduo supera-se a si mesmo e se sente suportado conjuntamente em um sujeito comunitário maior. Aqui ele desenvolve e comunica seus conhecimentos. O sujeito comunitário, por sua vez, conserva e desenvolve conhecimentos que ultrapassam a capacidade do indivíduo. Dá-se a interação, a reciprocidade entre o indivíduo e o sujeito comunitário maior. Nesse sentido compreende-se que “a cultura está sempre aliada a um sujeito comunitário de maneira a incorporar as experiências do indivíduo e, inversamente, marca-as com o seu cunho. (...) A crise de um sujeito cultural aparece quando este não consegue mais levar esse dado prévio supra-racional a uma associação convincente com um novo conhecimento crítico. Então, a veracidade desse dado se torna duvidosa, deixando de ser uma verdade para ser simples costume, e perde sua força vital” (RATZINGER, J. *Fé, verdade e Tolerância*, p. 61). Uma cultura fechada ao divino, sem orientação para a Verdade, se fende, cai no relativismo e se perde no efêmero. A necessidade da relação entre fé e cultura é, portanto, indiscutível: “fé e cultura são grandezas indissolúvelmente relacionadas, manifestação daquele *desiderium naturale videndi Deum* que está presente em cada homem” (BENTO XVI. *Um humanismo novo integral e transcendente*, p. 11.). Assim, quando se interrompe essa união, a humanidade tende a fechar-se e a limitar-se às suas capacidades criativas. A questão da Verdade e do Absoluto (questão de Deus), não é uma investigação abstrata, separada da realidade do cotidiano, mas é pergunta crucial, da qual depende radicalmente a descoberta do sentido do mundo e da vida.

⁸⁰⁰ Para conhecer as principais terminologias usadas e seus respectivos significados, pode-se consultar a obra: MIRANDA, M. *Inculturação da fé. Uma abordagem teológica*. São Paulo: Paulinas, 2001, pp. 34-39. O termo *inculturação da fé* acabou se impondo, depois de repetidas clarificações. No entanto, não se trata de “inculturar” uma doutrina ou de valores do Evangelho, mas permitir que a vivência da fé de uma comunidade eclesial se realize nessa cultura.

⁸⁰¹ RATZINGER, J. *Fé, verdade e tolerância*, p. 62.

as diversas culturas não vivem apenas sua experiência de Deus, do mundo e do homem, mas reúnem-se necessariamente no seu caminho com outros sujeitos culturais e precisam situar-se ante as experiências destes, que são de outra índole. E, assim, conforme a abertura ou o fechamento, conforme a estreiteza ou a amplidão do seu sujeito cultural, chega-se ao aprofundamento e à purificação dos conhecimentos e valores próprios.⁸⁰²

Ele compreende que nesse processo de abertura ao outro, no contato com a outra cultura, as alienações do homem se esclarecem. Esse processo pode ser a Páscoa salvadora de uma cultura, que ressuscita de uma morte aparente e chega então a ser plenamente ela mesma.

O ser humano, dos diversos grupos e nações, é criador e autor da cultura de sua comunidade. E é a esse ser cultural que a fé é anunciada. O mistério da fé cristã oferece valiosos impulsos e auxílios para que possam cumprir aquela missão de, pela cultura, levar o ser humano ao exercício de sua vocação integral: “A razão principal da dignidade humana consiste na vocação do homem para a comunhão com Deus. Já desde a sua origem o homem é convidado para o diálogo com Deus” (GS 19).

A partir da fé cristã toda realidade cultural se mostra como relativa e mutável por um lado, e, por outro lado, confirmada em tudo o que ela tem de autenticamente humano. Além disso, a fé estimula um processo de aprofundamento no sentido da radicalização de tudo aquilo que efetiva a dignidade incondicional do ser humano.

O anúncio da fé a todas as culturas encontra sua possibilidade no fato de cada cultura estar profundamente radicada na natureza humana. Todas elas contêm, a seu modo, a abertura, que caracteriza o ser humano, para o universal e para a transcendência. Todo ser humano é, profundamente, integrado numa cultura, pois ele vive numa sociedade, numa rede de comunicação com os outros seres humanos e com a natureza, e habita numa história que ele cria e, ao mesmo tempo, que o cria. Cada cultura, por ser humana, é marcada pela abertura à verdade, à plenitude.

Ratzinger afirma que esse encontro da fé com todas as culturas, assim como o encontro das culturas, é possível porque

⁸⁰² RATZINGER, J. *Fé, verdade e tolerância*, p. 62.

em todas as suas diferenças históricas e nas suas formações comunitárias, o homem é um só, uma única e mesma essência. Essa essência única ‘homem’ é tocada no fundo da sua existência pela verdade mesma. Apenas esse fato oculto, de que nossas almas são tocadas pela verdade, pode explicar a mútua abertura básica de todas, bem como a concordância essencial existente entre as culturas mais afastadas.⁸⁰³

Devido a estas razões, a cultura nunca pode ser critério último da verdade da vida humana e da revelação divina, mas, ao contrário, necessita ela mesma de um critério para avaliação de sua verdade.⁸⁰⁴ Assim, a cultura, se é verdadeiramente aberta a um questionamento crítico de si mesma, não tem porque se fechar ao anúncio que o crente leva ao mundo e suas culturas, uma vez que este também, em seu princípio, pode ser libertador da própria cultura.

A fé cristã tem a pretensão de ser um anúncio libertador da desordem que o pecado introduziu na vida humana. Portanto, o encontro entre fé e culturas não vai privar as culturas de nada, antes constitui um estímulo à busca da plenitude da verdade e impulso para os novos progressos, para a autocompreensão da fé cristã, pois, como afirma Ratzinger: “Quanto mais humana é uma cultura, quanto mais elevada esteja, tanto mais ela exortará à verdade que até agora lhe permanecia encoberta; tanto mais será ela capaz de assimilar tal verdade e de assimilar-se ela mesma à verdade. Neste lugar ficará, então, visível a autocompreensão especial da fé cristã”.⁸⁰⁵

Diante de todas estas definições, é visível que as culturas estão intimamente relacionadas com os seres humanos e a sua história, partilham das mesmas dinâmicas do tempo humano. Conclui-se que toda pessoa está integrada numa cultura; depende dela e sobre ela influi, assim, o encontro fé e cultura é fundamental para a verdadeira humanização do ser humano, uma vez que a

⁸⁰³ RATZINGER, J. *Fé, verdade e tolerância*, p. 63.

⁸⁰⁴ “Todo homem está integrado numa cultura; depende dela, e sobre ela influi. É simultaneamente filho e pai da cultura onde está inserido. Em cada manifestação da sua vida, o homem traz consigo algo que o caracteriza no meio da criação: a sua constante abertura ao mistério e o seu desejo inexaurível de conhecimento. (...) Pode-se, portanto, dizer que a cultura contém em si própria a possibilidade de acolher a revelação divina” (FR 71).

⁸⁰⁵ RATZINGER, J. *Fé, verdade e tolerância*, p. 64.

própria “encarnação do Filho de Deus, por ter sido integral e concreta, foi uma encarnação cultural”.⁸⁰⁶

O Filho de Deus encarnou-se no âmbito de uma cultura, isto é, de um determinado povo, embora sua morte redentora tenha trazido a salvação a todos os homens, qualquer que seja sua cultura, raça e condição. O Verbo encarnado não ignorou a sua realidade cultural, ao contrário, anunciou numa linguagem e na cultura daqueles que o ouviam, usou linguagens, imagens e expressões ligadas a sua cultura. Há, na própria revelação de Deus, um encontro entre a Palavra divina e as palavras humanas, isto é, entre Palavra de Deus e cultura.⁸⁰⁷ Em Cristo, Verbo encarnado, se dá o encontro do Evangelho com as culturas.

De fato, o ser humano que recebe a fé, dom de Deus, é um ser profundamente ligado a uma cultura. Assim, poderia ser dito que a cultura antecede a fé. Mas a fé tende a tornar-se cultura, então ela a antecede na medida em que é seu ventre regenerador. O encontro entre cultura e fé não é apenas uma exigência da cultura, mas também da fé: a fé precisa tornar-se a cultura da pessoa, pensada e fielmente vivida. Ratzinger defende que “a fé mesma é cultura. Não existe uma fé nua, como mera religião. Logo que ela diz ao homem quem é ele e como deve começar a ser humano, a fé cria cultura, é cultura”.⁸⁰⁸

A dimensão universal da fé está vinculada a sua relação com as culturas, porque não importa evangelizar de maneira decorativa, mas de maneira vital, de tal modo que as culturas, a partir das pessoas, fomentem continuamente o apelo para as relações das pessoas e culturas entre si e com Deus. A interculturalidade, proposta por Ratzinger, quer estabelecer justamente este dinamismo que promove as relações intersubjetivas e transcendentais, demonstrando que na Sagrada Escritura estão contidos valores antropológicos e filosóficos que influíram positivamente sobre toda a humanidade e, ainda hoje, podem ser acolhidos como alicerces na promoção da dignidade humana.

⁸⁰⁶ Comissão Teológica Internacional. *Fé e inculturação* (1988). Disponível em: http://www.vatican.va/roman_curia/congregations/cfaith/cti_documents/rc_cti_1988_fede-inculturazione_po.html

⁸⁰⁷ O encontro fé-cultura consiste, portanto, na encarnação da vida cristã e da mensagem cristã em contexto particular, de tal modo que estas sejam expressas não só através de elementos próprios da cultura que hospeda, mas se tornem princípio animador e vivificante, transformando-a, efetivando a salvação: “Como Cristo, por Sua encarnação se ligou às condições sociais e culturais dos homens com quem conviveu, assim deve a Igreja inserir-se em todas essas sociedades, para que a todas possa oferecer o mistério da salvação e a vida trazida por Deus” (AG 10).

⁸⁰⁸ RATZINGER, J. *Fé, verdade e Tolerância* p. 65.

Enfim, como afirma o Concílio Vaticano II, a fé é capaz de iluminar a existência: “a fé ilumina as coisas com uma luz nova e faz-nos conhecer a vontade divina sobre a vocação integral do homem, orientando assim o espírito para soluções plenamente humanas” (GS, 2). E como declarou Bento XVI: “aquilo que a razão divisa, a fé ilumina e manifesta. A contemplação da obra de Deus abre ao saber a exigência da investigação racional, sistemática e crítica; a busca de Deus fortalece o amor pelas letras e pelas ciências profanas”.⁸⁰⁹

5.2.5 - O bispo e a diocese

O Decreto *Christus Dominus*, sobre o múnus pastoral dos Bispos, estabelece no n. 8a: “Aos Bispos, como sucessores dos Apóstolos, compete nas Dioceses a eles confiadas, de per si, todo o poder ordinário, próprio e imediato, que é requerido para o exercício de seu múnus pastoral. Continua sempre firme a faculdade do Romano Pontífice em virtude de seu encargo de reservar causas a si ou a outra Autoridade”. E na alínea *b* continua o documento conciliar: “Concedese a todos os Bispos diocesanos a faculdade de dispensar, em casos particulares, de uma lei geral da Igreja aos fiéis sobre os quais, segundo a norma do Direito, têm autoridade, sempre que julgarem que isto contribua ao bem espiritual deles, a não ser tenha sido feita especial reservação pela Suprema Autoridade da Igreja”.⁸¹⁰

Aliás, a Constituição *Lumen Gentium* havia ensinado que os Bispos têm poder “próprio, ordinário e imediato” (LG 27); e que, em virtude deste poder, os Bispos têm o sagrado direito e o dever perante Deus de legislar para seus súditos, de julgar e de ordenar tudo o que se refere à organização do culto e do apostolado” (LG 27); “e porque gozam de um poder que lhes é próprio e com toda razão são chamados chefes dos povos que eles governam, não devem ser considerados como vigários do Romano Pontífice” (LG 27).

É, pois, na Diocese que o Bispo é e deve ser própria e habitualmente Mestre, Pontífice e Pastor. É aí que ele, como vigário de Cristo e em nome de Cristo, goza do poder próprio (não vigário), ordinário (não delegado) e imediato (sem

⁸⁰⁹ BENTO XVI. *Um humanismo novo integral e transcendente*. In.: L'Osservatório Romano, Ano XLII, Número 22, 28 de maio de 2011, p. 11.

⁸¹⁰ Esta especial reservação já foi feita pelo motu proprio *De Episcoporum Muneribus*, de 15-6-1966 (cf. REB 1966, pp. 665-668).

intermediário), requerido para o exercício de seu múnus pastoral. É aí que ele pode e deve legislar, julgar e ordenar tudo que se refere à organização do culto e do apostolado. É aí que ele, em casos particulares e para o bem espiritual de seus fiéis, pode e deve dispensar de leis gerais da Igreja.

O Decreto *Christus Dominus* (n. 11) nos dá uma definição da Diocese que inclui toda uma teologia da Igreja particular. A porção do Povo de Deus que vive numa Diocese é pastoreada de tal maneira que, “congregada no Espírito Santo, mediante o Evangelho e a Eucaristia, constitua uma Igreja particular, na qual verdadeiramente está e opera a Una Santa Católica e Apostólica Igreja de Cristo”.

Congregada no Espírito Santo: Deus decretou congregar os filhos que estavam dispersos. E para isso enviou o Espírito Santo, que “congrega toda a Igreja, cada um e todos os crentes. É Ele o princípio da unidade na doutrina dos Apóstolos e na comunhão, na fração do pão e nas orações” (LG 13). “Elevado sobre a cruz e glorificado, o Senhor derramou o Espírito prometido. Por Ele chamou e congregou, na unidade da fé, da esperança e da caridade, o povo da Nova aliança, que é a Igreja... O Espírito Santo, que habita nos crentes, que enche e governa toda a Igreja, é quem realiza aquela maravilhosa comunhão dos fiéis e une todos tão intimamente em Cristo, de modo a ser o Princípio da unidade da Igreja. É Ele quem opera a distribuição das graças e dos ministérios, enriquecendo a Igreja de Jesus Cristo com diferentes dons a fim de aparelharem os santos para a obra do ministério na edificação do corpo de Cristo” (UR 2b).

...mediante o Evangelho: “O Povo de Deus se congrega antes de mais nada pela Palavra de Deus vivo, palavra que se há de encontrar com pleno direito nos lábios dos sacerdotes... É pela palavra da salvação que no coração dos infiéis se desperta e no coração dos fiéis se alimenta a fé; com ela se inicia e cresce a comunidade dos fiéis, segundo o dizer do Apóstolo: ‘A fé nasce da pregação; e da pregação a Palavra de Cristo é instrumento’ (Rom 10,17)” (PO 4). No Decreto *Ad Gentes* n. 6, descrevendo a fundação de novas Igrejas, ensina o Concílio: “O principal meio dessa fundação é a pregação do Evangelho de Jesus Cristo”. Pois “é tão grande o poder e a eficácia que se encerra na Palavra de Deus, que ela constitui sustentáculo e vigor para a Igreja e, para seus filhos, firmeza da fé, alimento da alma, pura e perene fonte de vida espiritual” (DV 21). Os Apóstolos “mantinham com fé inabalável que o próprio Evangelho era de fato a força de Deus para a salvação de todo o que crê. Deixando de lado ‘as armas carnis’,

seguindo o exemplo de mansidão e modéstia de Cristo, pregaram a Palavra de Deus, confiados plenamente na força divina desta Palavra para destruir os poderes opostos a Deus e para trazer os homens à fé e à submissão a Cristo” (DH 11).

... e a *Eucaristia*: “Não se edifica nenhuma comunidade cristã, se ela não tiver por raiz e centro a celebração da Santíssima Eucaristia: por ela há de iniciar-se por isso toda a educação do espírito comunitário” (PO 6). Pois a Eucaristia significa e realiza a unidade da Igreja (LG 3; UR 2) e a realiza de modo maravilhoso (LG 11). Por ela a Igreja continuamente vive e cresce (LG 26). Por ela vivemos o mistério pascal (CD 15). Ela é a fonte e o ápice da vida cristã (LG 11), a raiz e o eixo da comunidade cristã (AG 9), o centro e o ponto alto da vida da comunidade cristã (CD 30). “Os demais sacramentos, como aliás todos os ministérios eclesiais e tarefas apostólicas, se ligam à Sagrada Eucaristia. Pois a Santíssima Eucaristia contém todo o bem espiritual da Igreja, a saber, o próprio Cristo, nossa Páscoa e pão vivo, dando vida aos homens, através de Sua carne vivificada e vivificante pelo Espírito Santo. Desta forma são os homens convidados e levados a oferecer a si próprios, seus trabalhos e todas as coisas criadas, junto com Ele. Assim a Eucaristia se apresenta como fonte e ápice de toda a evangelização” (PO 5). – “Corpo do Verbo encarnado, a Igreja se nutre e vive da Palavra de Deus e do Pão Eucarístico” (AG 6). “Entre todos os subsídios espirituais, destacam-se aquelas ações com as quais se nutrem os fiéis do Verbo de Deus na dupla mesa da Sagrada Escritura e da Eucaristia” (PO 18).

...*constitua uma Igreja particular*: Já a Constituição Dogmática *Lumen Gentium*, n. 23, usara a expressão “Igreja particular” para designar a Diocese. Mas no n. 13 esta mesma Constituição se serve também desta locução para designar o conjunto das comunidades que gozam de tradições próprias, expressão que é neste sentido sistematicamente reassumida pelo Decreto *Orientalium Ecclesiarum* (n. 2), identificando-a com os Ritos Orientais.⁸¹¹

... *na qual verdadeiramente está e opera a Una Santa Católica e Apostólica Igreja de Cristo*: Eis um princípio preme de consequências muito importantes

⁸¹¹Algumas instituições foram valorizadas ou estimuladas pelo próprio Concílio para dar corpo e solidez à eclesiologia da Igreja Particular. Além da celebração eucarística, que é, sem dúvida, o elemento primordial, e da presidência da Igreja local pelo bispo, o Concílio valoriza o instituto do presbitério, a pluralidade carismática e ministerial, a atuação de um laicato de verdadeira expressão, no contexto de ampla e articulada “sinodalidade”. Algumas dessas, instituições foram canonicamente traduzidas e recebidas: o sínodo diocesano, as assembleias diocesanas e suas congêneres paroquiais, o conselho pastoral diocesano, o conselho presbiteral, o conselho de leigos, o colégio de consultores e o conselho de assuntos econômicos.

para a teologia da Diocese. Ensina a *Lumen Gentium* no n. 23 que as Igrejas particulares (isto é, Dioceses) são “formadas à imagem da Igreja universal, nas quais e a partir das quais subsiste a Igreja católica una e única”; e que, por isso, o Corpo Místico é o “corpus ecclesiarum” (ib. n. 23). E no Decreto *Ad Gentes*, n. 20, lemos: “Deve a Igreja particular representar de modo mais perfeito possível a Igreja universal”. Pois, ensina a Constituição dogmática *Lumen Gentium*, n. 26, “a Igreja de Cristo está verdadeiramente presente em todas as legítimas comunidades locais de fiéis, que, unidas com seus pastores, são também elas no Novo Testamento chamadas ‘igrejas’. Estas são em seu lugar o Povo novo chamado por Deus, no Espírito Santo e em grande plenitude (cf. 1Tes 1,5). Nelas se reúnem os fiéis para pregação do Evangelho de Cristo. Nelas se celebra o mistério da ceia do Senhor, ‘a fim de, comendo e bebendo o corpo e sangue do Senhor, toda a fraternidade se una intimamente’... Nestas comunidades, embora muitas vezes pequenas e pobres, ou vivendo na dispersão, está presente Cristo, por cuja virtude se consocia a Igreja una santa católica e apostólica”.

Mas isso significa – conclui Ratzinger – que a Igreja particular ou a Diocese não é um simples posto administrativo de uma organização central, mas sim célula viva na qual está presente e opera todo o mistério de vida do corpo uno da Igreja, de tal maneira que cada uma dessas células se deve chamar simplesmente e com direito “ecclesia”. É certo que esta célula não se basta a si mesma, não é autônoma: ela esta essencialmente com o todo e deve manter-se aberta para a comunhão vital com as outras células. “Cada Bispo representa a sua Igreja e todos juntamente com o Papa representam a Igreja inteira no vínculo da paz, do amor e da unidade” (LG 23). Por outro lado, “regendo bem a própria Igreja como porção da Igreja universal, contribuem [os Bispos] eficazmente para o bem de todo o Corpo Místico, que é também o corpo das Igrejas” (ib. 23).

Deste mesmo princípio tira o Decreto *Christus Dominus* (n. 22) mais outra conclusão: “Para conseguir o fim próprio da Diocese, é mister que a natureza da Igreja se manifeste perspicuamente na porção do Povo de Deus pertencente à própria diocese; que os Bispos possam realizar eficazmente seus ofícios pastorais”. Portanto, dois princípios: um positivo: deve ser possível que na Diocese se revele claramente a essência da Igreja (o que não é realizável quando a Diocese é muito pequena); outro negativo: o Bispo deve ter condições para nela exercer seu cargo de forma efetiva (o que nem sempre é possível quando a

Diocese é muito grande). Daí a norma do Concílio: “A extensão do território diocesano e seu número de habitantes de modo geral seja tal que, de uma parte, o próprio Bispo, ainda que ajudado por outros, possa exercer as atribuições pontificais e fazer eficientes visitas pastorais, regular e coordenar perfeitamente todas as obras do apostolado na Diocese, principalmente conhecer seus sacerdotes, como também os religiosos e leigos que tenham parte nas iniciativas diocesanas; de outra parte, porém, apresente-se um campo suficiente e idôneo em que tanto o Bispo como os clérigos possam utilmente empenhar todas as suas energias no ministério, sem perder de vista as necessidades da Igreja universal” (CD 23).

5.2.6 - Solicitude com toda a Igreja

Ratzinger insiste no caráter eclesial do ministério e no seu fundamento cristológico-trinitário.

A encarnação da Palavra significa que Deus não quer simplesmente chegar ao espírito dos homens através do Espírito, mas que Deus busca o homem através do mundo material, que Deus deseja afetar o homem também, precisamente, como ser social e histórico. *Deus quer chegar aos homens através dos homens*, Deus veio aos homens de tal maneira que eles se encontram entre si por Ele e n’Ele. Desta forma, a encarnação compreende a *comunitariedade e historicidade* da fé. O caminho para o corpo significa que a realidade temporal e a sociabilidade do homem se convertem em fatores da relação humana com Deus que, de novo, se baseia na precedente relação humana de Deus. Por isso, cristologia e eclesiologia são inseparáveis entre si: a ação de Deus cria o “povo de Deus” e o “povo de Deus” se transforma a partir de Cristo em “corpo de Cristo”.⁸¹²

O Concílio salientou precisamente a partir desta profundidade eclesiológica da cristologia a dinâmica histórica-universal do acontecimento de Cristo, a cujo serviço está o bispo.⁸¹³ O Concílio afirma que a meta da história é que a humanidade se transforme em amor: assim será adoração, culto vivo. E assim o desejo mais íntimo da criação inteira pode se realizar: que Deus seja tudo em todas as coisas (*ICor* 15,28; PO 2). Só é possível compreender de forma

⁸¹² RATZINGER, J. *Convocados em el camino de la Fe*, p. 171.

⁸¹³ Cf. RATZINGER, J. *La comunione nella chiesa*, p. 177.

definitiva o que é o culto, o que são os sacramentos, a partir desta grande perspectiva.

A fé cristã nunca é mera relação subjetiva ou pessoal-privada com Cristo e Sua palavra, mas é totalmente concreta e eclesial. Segundo Ratzinger, a fé é eclesial. Na exposição do significado da fé um aspecto central, que se encontra no âmago do cristianismo, é a constatação da forma eclesial da fé, da verificação de que “o lugar da fé é dentro da Igreja”.⁸¹⁴ A Igreja serve a Cristo enquanto lugar da fé, ao mesmo tempo que apresenta-se como mistério da fé. Daí decorre, no processo da evangelização, da compreensão de uma forma eclesial própria da fé. Para isso a Igreja precisa sempre de novo “encontrar nova e decididamente o seu aspecto essencial naquilo que sempre foi o seu cerne: na fé no Deus unitrino, em Jesus Cristo, o Filho de Deus feito homem, na assistência do Espírito que chega até o fim”.⁸¹⁵

A partir desta realidade, os bispos estão orientados para a grande obediência cristológica, contra a qual se voltou o Adão desobediente. A obediência *comum com relação à Palavra de Deus e sua apresentação na tradição viva da Igreja*. Este compromisso comum é também uma liberdade comum; protege da arbitrariedade e garante o verdadeiro caráter cristológico da obediência eclesiástica. “A obediência eclesiástica não é positivista, não se trata simplesmente de uma autoridade formal. Consiste naquele que é em si mesmo obediente e que personifica Cristo obediente”. Na obediência, o bispo realiza a eclesialidade da sua vocação e missão, pois, como narra o Evangelho, a “pesca milagrosa” não é fruto do esforço dos discípulos ou de suas técnicas e instrumentos, mas do mandato do Senhor e da obediência a Ele, do mesmo modo a Igreja só pode proceder, por sua vez, de missão e obediência.⁸¹⁶

No mesmo sentido está também a obediência ao bispo e nela a eclesialidade do ser cristão: a obediência ao bispo vai além da própria igreja local, trata-se também da obediência católica: o bispo é obedecido porque ele representa aqui toda a Igreja em um lugar. E se trata de uma obediência que remete para além do momento histórico até a totalidade da história da fé. Baseia-se em tudo o que se

⁸¹⁴ RATZINGER, J. *Introdução ao Cristianismo*, p. 23.

⁸¹⁵ RATZINGER, J. *Fé e futuro*, p. 77.

⁸¹⁶ Cf. JROC, XII, p. 305.

realizou na *communio sanctorum*, e justamente assim se abre para o futuro no qual Deus será tudo em todas as coisas e nós seremos um só.⁸¹⁷

Assim, a obediência é uma forma de viver a eclesialidade da fé. Ratzinger diz que não obedecemos a um Jesus que eu ou outros imaginamos a partir das Escrituras; assim eu obedeceria apenas às minhas próprias ideias preferidas e adoraria a mim mesmo na imagem de Jesus criada por mim. Não, “obedecer a Cristo significa obedecer a seu corpo, a ele em seu corpo”.⁸¹⁸ E mais, a partir da carta aos Filipenses a obediência de Jesus aparece, como desdobramento da desobediência de Adão, no centro do acontecimento salvífico.

Somente um bispo obediente é capaz de sair de si, dos seus apegos e *viver* para, *ser-com*, tal como é exigido do sacerdócio cristão. Somente assim Adão será vencido dentro de nós e terá início o novo ser humano. Num tempo em que a emancipação é vista como o núcleo próprio da libertação e a liberdade aparece como sendo o direito de fazer tudo e somente aquilo que eu mesmo quero, o conceito de obediência está, por assim dizer, anatematizado. Mas é nela e a partir dela, segundo Ratzinger, que o bispo terá aquela solicitude por toda a Igreja, na eclesialidade da fé e aquela comunhão que gera unidade.

No cargo do bispo, há também um traço dinâmico, o cuidado de que a Igreja cresça para toda a humanidade e para o futuro. Isso, por sua vez, significa que cada igreja episcopal deve olhar para além de si e tornar-se frutífera, para que a palavra de Deus penetre em espaços sempre novos. A melhor maneira de se conservar a si mesma é tornar-se fecunda para os outros.⁸¹⁹

No Decreto *Ad Gentes 38*, declara o Vaticano II que “os Bispos não foram consagrados só para uma Diocese mas para a salvação do mundo inteiro”. É legítimo sustentar que o Bispo, pela sucessão apostólica, deverá ter solicitude pela Igreja universal (LG 23). Na verdade, “o bispo é antes de mais nada, bispo, pelo fato de pertencer à comunidade de todos os bispos e é algo específico de seu poder, estar voltado para o serviço de toda a Igreja”.⁸²⁰

Esta solicitude se manifesta concretamente: promovendo e guardando a unidade da fé e da disciplina comum a toda a Igreja; instruindo os fiéis no amor a

⁸¹⁷ RATZINGER, J. *Convocados em el camino de la Fe*, p. 173.

⁸¹⁸ RATZINGER, J. *Convocados em el camino de la Fe*, p. 174.

⁸¹⁹ RATZINGER, J. *Dogma e anúncio*, p. 26.

⁸²⁰ RATZINGER, J. *O novo povo de Deus*, p. 176.

todo o Corpo Místico; favorecendo a atividade comum à Igreja inteira; e sobretudo interessando-se pelas missões, enviando missionários, dando auxílios espirituais (cf. também AG 38) e materiais, e prestando ajuda fraternal às demais Igrejas (cf. também CD 6).

Por isso os Bispos devem considerar-se unidos entre si. A solicitude pela Igreja exige a comunhão episcopal, que por sua vez é fruto da comunhão com Cristo. A motivação fundamental é a comunhão interna com o Cristo, cujo alimento é fazer a vontade do Pai (Jo 4,34). Recomenda Ratzinger:

É importante que a unidade ontológica com o Cristo torne-se viva na consciência e, assim, na atividade: tudo o que eu faço, faço-o em comunhão com ele. É justamente ao fazê-lo, que estou com ele. O que há de variedade e, muitas vezes, realmente contraditório em minhas atividades está em sintonia com uma única missão: tudo é ser com Cristo, atuação instrumental em comunhão com ele.⁸²¹

Por sua própria natureza as funções episcopais só podem exercer-se em comunhão hierárquica com o chefe e com os membros do colégio episcopal. Trata-se, com efeito, de um “serviço”, de um ministério instituído por Cristo para o bem de sua Igreja; ora, esta, que tem por escopo continuar a obra instaurada por seu fundador, de reconduzir à unidade os filhos de Deus dispersos (cf. Jo 11,52), não saberia, ela mesma, cumprir sua tarefa senão sendo una, como a quis seu fundador. Esta própria unidade deve manifestar-se visivelmente pela unidade entre os pastores estabelecidos por Cristo. Há, sem dúvida, uma unidade do episcopado proporcionada pela unidade do sacramento, pela participação da mesma graça episcopal. Todavia, isto não poderia bastar: efetivamente, a graça recebida e os poderes que eles comportam são, por sua vez, ordenados a estabelecer, a conservar e a consolidar a unidade da Igreja no prosseguimento da sua missão comum. Necessário é, pois, que o próprio exercício deles se faça na unidade visível do Corpo apostólico continuado no Episcopado. Uma comunhão de coração ou de sentimento não poderia bastar; faz-se mister aí uma comunhão hierárquica, isto é, que manifeste a aceitação da coordenação querida por Cristo entre os membros do Corpo episcopal, e da subordinação, ao sucessor de Pedro, dos outros membros do Colégio. Querer usar dos poderes recebidos pela sagração

⁸²¹ RATZINGER, J. *La comunione nella chiesa*, p. 180.

fora dessa comunhão hierárquica é querer agir contra a própria natureza desses poderes, que são dados por Cristo para serem exercidos na unidade do Colégio Apostólico; é, pois, nessa própria ação, colocar-se fora do colégio, separar-se do colégio.

Só quem é *um* Cristo e *com* os irmãos no episcopado mostrar-se-á solícito por todas as Igrejas, já que por instituição e preceito divinos cada qual, junto com os outros Bispos, é responsável pela missão apostólica da Igreja. “Membros que são do Colégio Episcopal, considerem-se os Bispos unidos entre si” (CD 6), pois “desde os primórdios da Igreja os Bispos, colocados à testa de Igrejas particulares, levados pela comunhão fraterna da caridade e pelos cuidados da missão universal confiada aos Apóstolos, uniram suas energias e suas vontades na promoção do bem tanto comum quanto de cada uma das Igrejas” (CD 36).⁸²²

A eclesialidade do ministério episcopal reside também no fato de que o sacerdócio ministerial não tem somente o encargo de representar Cristo, cabeça da Igreja, perante a assembleia dos fiéis; age também *em nome de toda a Igreja*, quando apresenta a Deus a oração da mesma Igreja (SC 33) e, sobretudo, quando oferece o sacrifício eucarístico (LG 10). É porque representa Cristo, que o sacerdócio ministerial pode representar a Igreja.

5.2.7 - O Bispo e os *sinais dos tempos*⁸²³

Um dos problemas mais sentido e vivido pelo Concílio Vaticano II foi o das relações da Igreja com o mundo de hoje. A Constituição Pastoral *Gaudium et Spes* é a expressão mais característica desta preocupação. Ratzinger, no denominado “Discurso de Subiaco”,⁸²⁴ também trata da relação da fé cristã com o mundo de

⁸²² A questão da *solicitude* do bispo com toda a Igreja retornará no próximo capítulo, pois trata-se de uma questão essencialmente relacionada com a *colegialidade episcopal*, uma vez que o Bispo deve cultivar em si a “índole ou caráter colegial” (cf. LG 22a /51), a “união colegial” (LG 23a /53), o “afeto colegial” (LG 23d/56; AG 6f/878) e nisso sua participação efetiva na Igreja Universal.

⁸²³ Utilizamos aqui a expressão muito cara ao Concílio, “sinais dos tempos”, para mostrar o pleno reconhecimento da historicidade não só do mundo, mas também da Igreja, que está no mundo (cf. *Jo* 17,11.15.18), apesar de não ser do mundo (cf. *Jo* 17,14.16). O que está acontecendo no mundo em geral jamais pode deixar indiferente a Igreja, muito menos aos bispos. O mundo é o lugar onde a Igreja, seguindo os passos de Cristo, anuncia o Evangelho, testemunha a justiça e a misericórdia de Deus, e participa do drama da vida humana.

⁸²⁴ Proferido por Ratzinger em 1º de abril de 2005, no Convento de Santa Escolástica, em Subiaco. O discurso na íntegra pode ser encontrado em ROWLAND, Tracey. *A fé de Ratzinger. A teologia do Papa Bento XVI*. Campinas: Ecclesiae, 2013, pp. 213 – 225.

hoje e o momento de grande responsabilidade para todos os cristãos. Destaca os grandes perigos e as grandes oportunidades para o homem e para o mundo. Mas constata, sobretudo, as possibilidades que o homem adquiriu de manipular a si próprio, o homem que é capaz de construir por si mesmo o homem, que já não vem ao mundo como dom do Criador, mas produto de seu atuar, das suas escolhas e exigências, de tal modo que já não brilha no homem o esplendor de ser “imagem de Deus”, que é o que confere sua dignidade e inviolabilidade. O homem construiu para si uma sociedade sem Deus.

Ratzinger percebe que, desligado da Igreja, o homem começou a construir um humanismo a seu modo, no qual parece sentir-se relativamente bem ou ao menos não pior que na Igreja. A Igreja na modernidade, ignorando os sinais dos tempos e a situação do homem (o eclipse humano sobretudo na primeira metade do século XX), só tinha um rumo a tomar: transformar-se em grupo ou gueto. Mas no Concílio Vaticano II, despertou com a grande preocupação pastoral: Como salvar o “mundo”, os homens que vivem no “mundo de hoje”? Poderia a Igreja fechar-se à família humana, com todas as realidades no meio das quais vive? E mais, quem deve ser o grande mediador da relação entre a Igreja e o mundo? Nessa mediação, qual é o lugar do bispo no mundo de hoje? Qual o perfil dos bispos do século XXI?

Uma das principais questões o Concílio já respondeu: a Igreja não pode ignorar os sinais dos tempos, a Igreja não pode se isolar do mundo. Por isso, a postura dos bispos, pastores do rebanho, deve ser de diálogo, um diálogo salvífico entre a Igreja e o mundo. Com relação a este problema o Decreto *Christus Dominus*, no n. 13, determina (genericamente):

Como é dever da Igreja estabelecer o diálogo com a sociedade humana na qual vive, é principalmente tarefa dos Bispos irem ao encontro dos homens, procurarem e promoverem o diálogo com eles. A fim de que sempre andem unidas a verdade e a caridade, a inteligência e o amor, este diálogo de salvação se distinga pela perspicácia da palavra e simultaneamente pela humildade e afabilidade, e ao mesmo tempo pela devida prudência unida contudo à confiança, porquanto esta, ao favorecer a amizade, se destina a unir os ânimos.

Na *Gaudium et Spes*, n. 43, o Concílio diz aos Bispos: “Com estudos assíduos tornem-se de tal modo aptos que possam participar do diálogo a ser estabelecido com o mundo e com os homens de todas as opiniões”. E pouco

adiante, no n. 44, que é um parágrafo de extrema importância, depois de proclamar como “lei de toda a evangelização” a necessidade de “adaptar o Evangelho à capacidade de todos e às exigências dos sábios”, declara o Concílio:

Compete a todo o Povo de Deus, principalmente aos Pastores e teólogos, com o auxílio do Espírito Santo, auscultar, discernir e interpretar as várias linguagens de nosso tempo, e julgá-las à luz da palavra divina, para que a verdade revelada possa ser percebida sempre mais profundamente, melhor entendida e proposta de modo mais adequado.

E, ainda no mesmo documento, no n. 62, diz o Concílio que os teólogos “são convidados sem cessar a descobrir a maneira mais adaptada de comunicar a doutrina aos homens de seu tempo”. E este trabalho deve ser apoiado, fomentado e secundado positivamente pelos Bispos, pois é este o primeiro dever deles. Sem isso continuaremos no estado de incompreensão e os homens de hoje prosseguirão em seu afã de construir um mundo dia a dia mais distanciado de Deus, de Cristo e da Igreja. Sem isso a Igreja não será o que proclama ser: “o fermento e alma da sociedade humana” (GS 40), “auxílio geral de salvação” (UR 3), “sacramento universal da salvação” (LG 48; GS 45; AG 1), “instrumento de redenção para todos” (LG 9), “sinal levantado entre as nações” (SC 2; UR 2; AG 36), “sinal de Cristo entre os homens” (AG 21), “sinal de presença de Deus no mundo” (AG 15), “lúcido sinal de salvação” (AG 21). Sem isso não poderá a Igreja cumprir sua missão específica: “Iluminar o mundo inteiro com a mensagem evangélica e reunir em um único Espírito todos os homens, de todas as nações, raças e culturas, para tornar-se sinal daquela fraternidade que permite e consolida um diálogo sincero” (GS 92 a/515). Sem isso continuaremos grupo, não Igreja.

A Constituição Dogmática *Lumen Gentium*, n. 32, faz sua esta bela expressão do Bispo de Hipona, S. Agostinho: “Atemoriza-me o que sou para vós; consola-me o que sou convosco. Pois para vós sou bispo; convosco sou cristão. Aquilo é um dever; isto é uma graça. O primeiro [ser bispo] é um *perigo*; o segundo, salvação”. E hoje, ser bispo é uma arte particularmente perigosa, ao menos um grande desafio. Por isso, Ratzinger se pergunta como deve ser hoje um bispo? Qual seu perfil e sua tarefa?

Ao pensar sobre a questão,⁸²⁵ Ratzinger considera que cada país tem suas próprias características, suas exigências e perspectivas, de tal modo que a imagem do bispo é múltipla, tão múltipla como a Igreja mesma. Mas assim como a Igreja é una em sua multiplicidade, assim na multiplicidade existe também a unidade do que exige este ministério episcopal. Portanto, para estar atento aos *sinais dos tempos* e ser no *tempo de hoje um sinal de Cristo*, Ratzinger propõe duas imagens bíblicas (pastor e pescador) e três virtudes de um bispo (fé, prudência e fortaleza).⁸²⁶

A Bíblia não fala em conceitos, mas em imagens. Já demonstramos que entre as “imagens próprias de bispo” no Novo Testamento, a verdadeira imagem, amplamente preparada pelo Antigo Testamento, é a do *pastor*. Mas, antes de sua vocação, os discípulos eram em grande parte pescadores e, deste modo, tornaram-se *pescadores de homens*. Mesmo que estas imagens não tenham mais a força cultural e social em nossa época, Ratzinger acredita que *pastor e pescador* seguem sendo figuras prototípicas com uma forte mensagem.

Ratzinger recorda que o pastor da época bíblica se caracteriza por preceder ao rebanho. O pastor é aquele que mostra o caminho e o percorre. Sabe distinguir quais são os caminhos transitáveis e os perigosos. Sabe também onde há alimento e onde há descanso. O pastor é aquele que conhece suas ovelhas, cuida delas e sabe o que pode ou não exigir. O pastor, na Escritura, é descrito com abundância de detalhes. Mas o que mais impressiona é o fato de Deus mesmo apresentar-se como Pastor e, no escopo da nossa questão, o bispo ser essencialmente denominado como pastor.

No Novo Testamento, a palavra bispo (*epískopos*), que, de acordo com seu sentido literal, significa “vigilante” e podia designar diferentes profissionais, foi associada a ideia de pastor (1Pe 2,25), de modo que, por essa via, o motivo do “pastor” está presente na designação da profissão própria do bispo. Ao mesmo tempo, se manifesta aí outro aspecto do conjunto: o pastor tem que ver. Tem que ter olhos para ver o conjunto e o indivíduo, o tempo oportuno e o inoportuno. Tem que ser alguém vidente: isto se associou por si

⁸²⁵ Num artigo intitulado: “Como debería ser hoy un obispo? Pensamientos con ocasión de un jubileo” dedicado aos oitenta anos de um cardeal alemão. In.: JROC, XII, pp. 283-293.

⁸²⁶ Os “sinais dos tempos” podem ser descritos como esses acontecimentos ou fenômenos na história humana que, em certo sentido, em razão de seu impacto ou alcance, definem o rosto de um período e dão expressão a particulares exigências ou aspirações da humanidade daquele tempo.

só ao núcleo do ministério pastoral cristão. A fé faz ver. Só a partir de Deus se vê bem.⁸²⁷

O pastor vigilitante, o *epískopos*, deve ser um homem de visão, atento aos sinais dos tempos para distinguir o essencial e não essencial, o provisório e o permanente. No viver a própria existência cotidiana no mundo com fé, o bispo pastor enfrenta o desafio de interpretar os acontecimentos e as crises que surgem nas vicissitudes humanas, e participar das conversações e diálogos em que, inevitavelmente, a fé é questionada e uma resposta é necessária. A Igreja está sempre em diálogo e em movimento, e na comunhão dos batizados todos estão dinamicamente envolvidos, apesar de recair particular responsabilidade sobre bispos, como o Concílio sublinha:

Compete a todo o Povo de Deus, principalmente aos pastores e teólogos, com o auxílio do Espírito Santo, discernir e interpretar as várias linguagens do nosso tempo, e julgá-las à luz da Palavra divina, para que a verdade revelada possa ser percebida sempre mais profundamente, melhor entendida e proposta de modo mais adequado (GS 44).

Através de um diálogo constante com as correntes sociais, religiosas e culturais do tempo, e com abertura a outras ciências que, utilizando seus próprios métodos, examinam esses desenvolvimentos, o bispo pode ajudar a compreender a importância das evoluções, acontecimentos e tendências da história humana, e a discernir e interpretar as formas através das quais o Espírito possa estar falando para a Igreja e para o mundo.

A segunda imagem, a do *pescador*, também é muito rica e amplamente desenvolvida. Mas no contexto de nosso trabalho, Igreja comunhão e colegialidade episcopal, Ratzinger traz uma contribuição muito relevante. Referindo-se aos pescadores neotestamentários, destaca um aspecto que na imagem anterior não aparecia:

Estes pescadores trabalham de forma colaborativa: estavam em *uma só* barca. O estar em somente uma barca com os demais pescadores, o trabalhar no “nós” da mútua dependência e solicitude é uma dimensão essencial do serviço neotestamentário. Nenhum tem o “seu” rebanho, “seus” pastos,

⁸²⁷ JROC, XII, p. 284.

“seu” caminho. Todos são colaboradores, uma barca que somente chega a sua meta na união de uns com os outros.⁸²⁸

A visão da fé do bispo-pastor e a ação colegial do bispo-pescador ajudará no discernimento daqueles elementos que são compatíveis com o Evangelho e aqueles contrários a ele, entre as contribuições positivas e aspectos ideológicos. Esse discernimento é importantíssimo, pois se o mundo da cultura humana se beneficia da atividade da Igreja, também a Igreja se beneficia da história e do desenvolvimento da humanidade. Prestando atenção à palavra final de Deus em Jesus Cristo, os cristãos estão abertos para ouvir ecos de sua voz em outras pessoas, lugares e culturas (At 14,15-17; 17,24-28; Rm1,19-20). Tal como ensina o Concílio:

A experiência dos séculos passados, o progresso das ciências, os tesouros escondidos nas várias formas da cultura humana, pelos quais a natureza do próprio homem se manifesta mais plenamente e se abrem novos caminhos para a verdade, são úteis também à Igreja (GS 44).⁸²⁹

“O povo de Deus acredita que é conduzido pelo Espírito do Senhor, que enche o mundo todo” (GS 11). O Concílio Vaticano II afirmou que a Igreja deve, portanto, estar pronta para discernir “nos acontecimentos, nas exigências e nas aspirações” do mundo de hoje quais são os verdadeiros sinais da ação do Espírito.

Para desempenhar tal missão, a Igreja, a todo momento, tem o dever de perscrutar os sinais dos tempos e interpretá-los à luz do Evangelho, de tal maneira que possa responder, de maneira adaptada a cada geração, às interrogações eternas sobre o significado da vida presente e futura e de suas relações mútuas. É necessário, por conseguinte, conhecer e entender o mundo no qual vivemos, suas esperanças, suas aspirações e sua índole frequentemente dramática (GS 4).

Somente um bispo pastor, zeloso e vigilante, que sabe pescar com os outros, numa colegialidade efetiva e afetiva, terá condições de compreender os sinais dos tempos à luz do Evangelho e ser no tempo sinal do Evangelho. Mas Ratzinger

⁸²⁸ JROC, XII, p. 285.

⁸²⁹ O Concílio também exorta aos fiéis a “familiarizarem-se com suas tradições nacionais e religiosas. Com alegria e respeito descubram as sementes do Verbo aí ocultas” (AG 11). Ele ensinou especificamente que nada do que é “verdadeiro e santo” nas religiões não cristãs deve ser rejeitado, pois preceitos e doutrinas “muitas vezes, refletem lampejos daquela Verdade que ilumina” todas as pessoas (NA 2).

também aponta virtudes para este bispo dos tempos hodiernos, virtudes que se configuram num translado das imagens de pastor e pescador para a vida atual de um bispo em nosso âmbito cultural.

Entre as virtudes clássicas da tradição cristã, Ratzinger trata de forma concreta de três especialmente importantes para o bispo na atualidade: a fé, a prudência e a fortaleza. O bispo tem que ser em primeiríssimo lugar um crente e, desse modo, um testemunho credível. Não deve ser porta voz de teorias impessoais ou de opiniões de grupos, mas tão somente da palavra de Deus, da Vida e da Verdade. Deve falar com uma profunda fé pessoal, isto é, uma fé dialógica, instauradora da relação e comunhão.

O bispo deve ser alguém que crê pessoalmente, mas com os fiéis, pois não pertence a outra “Igreja”, assim será um homem que crê com a Igreja que serve. Para isso a fé não deve ser teoria enrijecida, mas uma novidade que dá vida e sentido à existência. As pessoas que pastoreia são múltiplas e múltiplas são as formas de chegar a fé, por isso sua atitude decidida na fé, no essencial, cria ao mesmo tempo amplitude e liberdade. Somente assim terá a capacidade de encontrar um caminho entre o pluralismo sem limites e a uniformização pastoral. O bispo será um homem de fé, terá uma confiança profunda de que a Igreja e o mundo estão nas mãos de Deus.

A fé é a profunda convicção de que Deus está realmente presente e atua na Igreja através de Cristo no Espírito Santo. Crer significa estar convencido de que Deus é suficientemente grande como para perceber também o pequeno, estar convencido de que ele pode atuar e atua realmente no mundo. [...] A fé só é íntegra ali onde esta convicção marca a figura integral da vida.⁸³⁰

As virtudes da prudência e fortaleza formam uma estreita unidade e também colaboram na formação do perfil do bispo para nossos dias, segundo Ratzinger. Prudência é a capacidade de ver as coisas como elas são: “a prudência é a capacidade de orientar-se pela verdade do ser e pela verdade do homem. Implica capacidade de percepção, realismo, objetividade”.⁸³¹

A prudência, assim compreendida, capacita o bispo a compreender melhor os sinais dos tempos, sobretudo numa sociedade marcadamente relativista, tal como demonstramos na primeira parte do nosso trabalho, mas também com uma

⁸³⁰ JROC, XII, p. 288.

⁸³¹ JROC, XII, p. 289.

preocupante tendência: o moralismo e fundamentalismo. Tanto relativismo como moralismo são ditaduras que se mostram inimigas dos valores supremos, da verdade que liberta. O bispo prudente “representa a verdadeira fé e a verdadeira moral, a dizer, representa a objetividade da razão contra a cegueira da intenção radical”.⁸³² A prudência do “epískopos”, conclui Ratzinger, é a certeza de que só Deus é absoluto.

É a solidez da fé e prudência do bispo que suscita nele a fortaleza para responder com firmeza e verdade aos desafios hodiernos. Por isso, Ratzinger compreende a fortaleza como a perseverança que resiste frente a sedutora tentação de evadir-se comodamente mediante o compromisso com a falsidade; fortaleza é não deixar-se levar pelo medo e trair a verdade e a justiça.⁸³³

Para não trair a verdade e a justiça, o bispo deve ter coragem de contradizer opiniões públicas, contestar sistemas opressores e ideologias que massificam o ser humano, de romper o cômodo convívio grupal, seus guetos e paradigmas, em atenção à missão que como bispo representa. Sobretudo caminhar em comunhão com o colégio episcopal, em comunhão com a única barca da Igreja, mas a unidade, somente, não pode ser critério supremo, pois o profetismo exige, muitas vezes, rompimento com a polarização. Para isso é preciso saber que “unir significa sempre também distinguir; a reta distinção não se opõe a unidade, mas é caminho até ela. O dom de distinguir ou discernir parece um aspecto da ‘fortaleza’ que hoje se requer”.⁸³⁴ Assim, a fortaleza se torna a coragem da verdade que não tem medo de unir pela distinção e distinguir pela união. Na fé, prudência e fortaleza o bispo poderá corresponder às exigências de sua hora e ser, na Igreja, homem de ampla visão para distinguir os sinais dos tempos e homens de verdadeira coragem e verdadeira humildade para servir a Cristo e conduzir o povo de Deus.

5.3 Considerações finais

Abordamos a essência do Sacerdócio Ministerial, sua fundamentação na Escritura, sobretudo no agir de Cristo e práxis da Igreja Apostólica. Depois tratamos da identidade e missão do bispo enquanto pastor e arauto do Evangelho.

⁸³² JROC, XII, p. 290.

⁸³³ Cf. JROC, XII, p. 291.

⁸³⁴ JROC, XII, p. 292.

Desse itinerário podemos colher elementos para uma teologia do episcopado segundo Ratzinger, isto é, considerações fulcrais para compreendermos melhor o ministério episcopal.

a. A afirmação central do que tratamos até aqui pode ser resumida nas palavras do próprio Ratzinger: “o sacerdócio do Novo Testamento instaurado com os Apóstolos tem uma estrutura inteiramente cristológica e significa inserção do homem na missão de Jesus Cristo. Uma ligação pessoal com o Cristo constitui, portanto, essência e fundamento para o ministério sacerdotal”.⁸³⁵

b. Na Igreja, todo ministério hierárquico está vinculado à instituição dos Apóstolos. Tal ministério, querido por Cristo, é essencial para a Igreja; é por seu intermédio que o ato salvador do Senhor se faz sacramental e historicamente presente para todas as gerações. A eleição dos Doze e seu envio, no poder de Cristo, caracterizam o fundamento apostólico do ministério episcopal.

c. Cristo é a fonte de todo o sacerdócio: pois o sacerdócio da [antiga] lei era figura d'Ele, ao passo que o sacerdote da nova lei age na pessoa d'Ele. Na Nova Aliança não há mais que o sacerdócio de Cristo. Este sacerdócio é cumprimento e superação de todos os sacerdócios antigos. Na Igreja todos os fiéis são chamados a participar dele, mas há distinção de função e missão.

d. O sacerdócio de Cristo é essencialmente existencial: Cristo fez o sacrifício perfeito na oferta de si mesmo à vontade do Pai. Portanto, o ministério episcopal é sacerdotal enquanto faz presente o serviço de Cristo na proclamação eficaz da mensagem evangélica, na reunião e direção da comunidade cristã, na remissão dos pecados e na celebração eucarística na qual se atualiza, de maneira singular, o único sacrifício de Cristo.

e. A característica essencial do apostolado é o serviço, mas os ministros, segundo a compreensão de Ratzinger, não recebem pela ordenação uma função puramente exterior, mas uma participação original do sacerdócio de Cristo, em virtude da qual Ele representa a Cristo. O ministério sacerdotal é uma maneira específica de viver o serviço cristão dentro da Igreja. Há uma primazia ontológica que exige uma entrega existencial, a saber, tornar-se como Cristo servo de todos e para todos.

⁸³⁵ RATZINGER, J. *Compreender a Igreja hoje*, p. 71.

f. A legitimidade do poder eclesiástico provém do próprio Cristo. Em Cristo, portanto, reside o poder sacramental dos bispos. Os Bispos, pelo Sacramento que receberam, são “administradores dos mistérios de Deus” (1 Cor 4, 1). A estrutura fundamental dos ministérios cristãos está sustentada na consciência de que não agem por si só, que não são portadores de uma autoridade própria, nem mera funcionalidade ou acordo. O bispo não é alguém escolhido pelo povo, democraticamente eleito pela massa. Ele tem consciência de que está submetido a uma obrigação divina (Mc 8,31), que deve cumprir a vontade daquele que lhe enviou. Sua existência consiste unicamente numa *missão*, uma existência *em prol de, para outros*. O que sustenta os ministérios neotestamentários, e é decisivo para compreender a sucessão apostólica, é a unidade que existe entre *palavra – envio – e serviço*.

g. O Sacramento da Ordem é expressão sacramental do ministério do Apóstolo, isto é, da missão do próprio Cristo, de tal modo que a *sucessão apostólica* é a participação na missão em favor do evangelho. A *sucessio apostolica* é, portanto, expressão da continuidade da Igreja, continuidade da missão confiada por Cristo aos Apóstolos e transmitida aos bispos, mas também, da comunhão episcopal, porque nenhum dos bispos é sucessor de um determinado apóstolo, mas a totalidade dos bispos, isto é, o seu *collegium*, dá continuidade ao *collegium* dos apóstolos. Cada bispo, portanto, faz parte da sucessão apostólica, somente e necessariamente, pelo fato de pertencer a este *collegium*. Pela *sucessão apostólica* compreende-se a importância da *colegialidade episcopal* para a conservação da autenticidade da palavra e a integridade da comunhão.

h. A *instituição dos Doze*, fruto da iniciativa que expressa absoluta consciência e determinação de Jesus (Mc 3,13-16), introduz os discípulos numa comunhão de vida com Ele mesmo tornando-os partícipes de sua missão, mas também exige e instaura a comunhão entre si, numa colegialidade efetiva e afetiva. O ministério da Nova Aliança assumirá esta dimensão colegial, segundo modalidades análogas, seja a dos Bispos em torno ao Papa na Igreja Universal, ou dos sacerdotes em torno a seu Bispo na Igreja Local.

i. Ratzinger reconhece certo período de maturação das estruturas eclesiais na Igreja primitiva, e nesse processo, não vê oposição entre a constituição carismática das Igrejas Paulinas e a constituição ministerial das outras Igrejas,

mas complementaridade entre a liberdade do Espírito e a existência de uma estrutura ministerial.

j. O termo *epískopos*, de origem profana, foi associado a uma função sagrada no Novo Testamento, como imagem e participação do cuidado de Deus pelos homens. A palavra “bispo” continua a tradição do pastor bíblico. O NT identifica o *epískopos* com o modelo bíblico de pastor que alcança sua verdadeira profundidade em Jesus, o Bom Pastor (Jo 10,15; cf. também 1Pe 5,1-4: Cristo como “Arquipastor”).

k. A norma imediata e o ponto de partida do ministério episcopal é o apostolado. Enquanto prolongamento da missão de Cristo, o apostolado consiste no encargo de evangelizar. O ministério episcopal está vinculado diretamente ao serviço da Palavra. A missão primeira do bispo é “anunciar a todos o Evangelho”.

l. A reflexão de Ratzinger está na mesma linha de pensamento da doutrina cristológica do ministério episcopal apresentada pela LG, que reconhece o bispo como sinal e instrumento vivo, sensível, eficaz e eminente de Cristo Eterno Sacerdote.

m. O sacerdócio cristão é *ministerial*: “O encargo que o Senhor confiou aos pastores do seu Povo é um verdadeiro *serviço*” (LG 24). Refere-se inteiramente a Cristo e aos homens. Depende inteiramente de Cristo e do seu sacerdócio único, e foi instituído em favor dos homens e da comunidade da Igreja. O sacramento da Ordem comunica “um poder sagrado”, que não é senão o de Cristo Servo.

Chegamos a um resultado fundamental e importante para a questão central do nosso trabalho. Segundo Ratzinger, o próprio Cristo comunicou a estrutura de sua missão e de sua existência missionária aos Apóstolos, aos quais conferiu seu poder, vinculando-os, assim, a seu sacerdócio. Esta ligação com o Senhor, que capacita o homem a fazer aquilo que não pode, mas que o Senhor realiza, é sinônimo da estrutura sacramental. Neste sentido, a qualificação sacramental da nova forma de missão, que provém de Cristo, é ancorada no cerne da mensagem bíblica. Ao mesmo tempo ficou claro que se trata aqui de um tipo inteiramente novo de ministério, que não pode ser derivado do Antigo Testamento, mas só se explica à luz da Cristologia. A função ministerial da Igreja é a expressão da novidade de Jesus e de sua presença contínua através da História.⁸³⁶

⁸³⁶ Cf. RATZINGER, J. *Compreender a Igreja hoje*, p. 71.

Finalizamos este percurso com uma referência de Ratzinger a uma meditação de Santo Agostinho, o qual tentou esclarecer, para si mesmo e para seus fiéis, a natureza do ministério sacerdotal. Ela lhe veio à mente a partir da meditação sobre a figura de João Batista, no qual vê a prefiguração da função do sacerdote. Ele percebe que João, no Novo Testamento, é denominado como “voz”, enquanto Cristo aparece no Evangelho de João como “a Palavra”. A *relação entre “voz” (vox) e “palavra” (Verbum/Logos)*, ajuda a compreender a reciprocidade entre Cristo e o sacerdote:

A palavra existe no coração e só se torna perceptível fisicamente através da voz. Através da mediação da voz pode-se entrar na percepção do outro e, então, se tornar presente também em seu coração. Sem isso o orador da palavra se perderia. Por isso, o som material, a voz, que contém a palavra de uma pessoa para a outra (ou para as outras), pode passar. A Palavra permanece. *A missão do sacerdote* é, pura e simplesmente, ser *voz da Palavra*: “Eu devo diminuir e ele deve crescer”; a voz não tem outro sentido se não dar lugar à palavra; e então desaparece. A partir desta perspectiva, a grandeza e a miséria do ministério sacerdotal se manifestam em igual medida: o sacerdote é, como João Batista, mero precursor, servidor da Palavra. Não se trata dele, mas de outro. Porém, com toda sua existência, ele é *vox*; sua missão é transformar a si mesmo em voz da Palavra, e, precisamente desta forma, no ser entrega total, participa na grandeza da missão do Batista, na missão do próprio Logos.⁸³⁷

⁸³⁷ RATZINGER, J. *Convocados en el camino de la Fe*, p. 170. Ratzinger, aqui, está comentando o Sermão 293 de Santo Agostinho.